

**MARCOS AURÉLIO NEVES**

**CENTRO POLITÉCNICO DE JARAGUÁ DO SUL E A EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL: QUANDO A DELIMITAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E  
O PRIVADO DESAPARECE**

**Florianópolis/SC  
Abril/2001**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MARCOS AURÉLIO NEVES**

**CENTRO POLITÉCNICO DE JARAGUÁ DO SUL E A EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL: QUANDO A DELIMITAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E  
O PRIVADO DESAPARECE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Mestre em Educação (Linha de Pesquisa - Educação e Trabalho)

Orientadora: Prof. Dra. Edna Garcia Maciel Fiod

**Florianópolis/SC  
Abril/2001**

**MARCOS AURÉLIO NEVES**

**CENTRO POLITÉCNICO DE JARAGUÁ DO SUL E A  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: QUANDO A DELIMITAÇÃO  
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO DESAPARECE**

**BANCA JULGADORA**

**DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

---

**Prof. Dra. Edna Garcia Maciel Fiod (UFSC) – Orientadora**

---

**Prof. Dra. Bernadete Aued (UFSC) - Titular**

---

**Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto (UFF) - Titular**

---

**Prof. Dr. Lucídio Bianchetti (UFSC) - Suplente**

## **À Cida**

Mulher, companheira e pessoa com quem vivi e vivo uma grande experiência de amor.

## AGRADECIMENTOS

Nos últimos dois anos vivi o desafio de mostrar para mim mesmo que é possível conciliar a realização de uma pós-graduação *stricto sensu* com as atividades profissional, familiar e militante.

Foram muitos os momentos que pensei em desistir. Estabelecer uma escala de prioridades. Ter disciplina pessoal foi - e continua sendo - um constante aprendizado. Confesso ser um aprendiz indisciplinado, porém, contei com inúmeros incentivos e cobranças.

Manifesto minha gratidão a todos os colegas de trabalho da ETFSC, do SINASEFE e do Partido dos Trabalhadores que souberam compreender minha ausência em alguns momentos importantes. De forma particular gostaria de agradecer:

À professora Dra. Edna Fiod, minha orientadora, por respeitar o meu espaço e ritmo de produção acadêmica e estar presente nas horas em que precisei;

Ao professor Lucídio Bianchetti, coordenador da Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC que soube separar a condição de amigo e coordenador, sabendo exercer sua autoridade nos momentos necessários;

À professora Eneida Shiroma que, através de suas aulas e orientação bibliográfica, possibilitou-me acompanhar mais de perto o debate contemporâneo do GT Trabalho e Educação da ANPEd;

À Dulcinéia, Gilberto e Nádia, da turma de 1998 do PPGE/UFSC que, nos seminários de dissertação da linha de pesquisa Educação e Trabalho, foram interlocutores nos debates desenvolvidos em sala de aula;

À professora Soni de Carvalho, ex-diretora da ETFSC, pela disposição de colaborar com o resgate histórico do Centro Politécnico;

Aos meus filhos, Mariana e Gabriel que, mesmo não compreendendo direito o que eu estava fazendo, ficaram torcendo para que tudo desse certo;

Aos meus pais, Isaura e Valdevino, pelas orações.

A vitalidade de um pensador se reconhece antes pela garra das suas perguntas do que pelas respostas, fatalmente parciais, que ele conseguiu lhes dar. O que fica é a questão, desde que bem formulada; e o que se herda é a exigência de encontrar a boa solução, e esta pode variar conforme as gerações que a perseguem.

(Alfredo Bosi)

O principal papel do intelectual é o de desconstruir evidências (pelo desvelamento dos mecanismos ideológicos que a produzem), implodir a unanimidade (pela exposição das fissuras existentes em construções que se pretendem sólidas) e apelar à mudança (que, no fundo, é apelar ao exercício da liberdade humana). Nada disso é fácil.

(Cesar Benjamin)



## RESUMO

NEVES, M. A. **Centro Politécnico de Jaraguá do Sul e a Educação Profissional:** quando a delimitação entre o público e o privado desaparece. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

O Centro Politécnico de Jaraguá do Sul, instituição de ensino voltada à educação profissional de jovens e trabalhadores, é uma das 72 escolas comunitárias que conta com o apoio financeiro do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) coordenado pelo MEC. Esse Programa é o principal instrumento para viabilizar o redesenho institucional no âmbito da educação profissional pretendido pelo governo. Analisa-se, nesta dissertação, a coerência programática da reforma da educação profissional, iniciada em 1997, com a reforma do Estado ora em curso, em especial no que se refere à criação de um setor público não-estatal na institucionalidade da educação profissional brasileira. O estudo de caso, sobre o Centro Politécnico, resgata a história de constituição dessa instituição situando-a no contexto econômico e social do município de Jaraguá do Sul, nordeste catarinense. Busca-se identificar todos os agentes sociais envolvidos nesta iniciativa, apontando os limites e as possibilidades do Centro Politécnico vir a tornar-se um centro público de profissionalização de jovens e trabalhadores. Para tanto, há um resgate teórico e histórico da relação público/privado, do conceito de sociedade civil e uma discussão sobre o caráter das transformações contemporâneas do capitalismo e sua repercussão no âmbito da educação profissional.

**Palavras-chave:** Escola Técnica; Educação profissional; Reforma do ensino; Educação-Trabalho

## ABSTRACT

NEVES, M. A. **The Politechnical Center of Jaraguá do Sul and Professional Education: when borders between public and private disappears.** 2001. 173 f. Dissertation (Masters in Education) – Center of Educacion, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

The Politechnical Center of Jaraguá do Sul, an educational institution in charge of professional education of youngsters and workers, is one of the 72 community schools which counts on financial aid of the Professional Education Expansion Program (Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP) coordinated by MEC (Ministry of Education and Culture). This program is the main tool to enable the promotion of institutional changes in professional education aimed at by the government. This dissertation analyses the coherence between the government policy (implemented through the reform started in 1997) and the ongoing changes of the state, specially as concerning the creation of a public non-state sector in the institutionality of Brazilian professional education. The case study on the Politechnical Center approaches historical facts about the foundation of that institution locating it in the economic and social context of Jaraguá do Sul, a city in Northeastern Santa Catarina. The work attempts to identify all the social agents involved in the process, pointing to the limits and possibilities of the Politechnical Center to become a public center of professionalization of youngsters and workers. This study provides a theoretical and historical overview of the civil society concept, and a discussion on the character of the capitalist contemporary transformations, as well as its reflexions upon professional education.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACIJS – Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul  
APOLITEC – Associação Politécnica de Jaraguá do Sul  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos  
ETFSC - Escola Técnica Federal de Santa Catarina  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FERJ – Fundação Educacional Regional Jaraguense  
FETESC – Fundação do Ensino Técnico de Santa Catarina  
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA – Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MARE – Ministério de Administração e Reforma do Estado  
MEC – Ministério da Educação  
MERCOSUL – Mercado Comum do Cone Sul  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONG – Organização Não Governamental  
PEA – População Econômica Ativa  
PES – Planejamento Estratégico Situacional  
PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação Profissional  
PNDA – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios  
PPP – Plano Político Pedagógico

PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados -SP

SEBRAE – Serviço de Apoio às Pequenas e Micro-Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Sistema Nacional de Aprendizagem Rural

SINE – Sistema Nacional de Emprego

UnED/JS – Unidade de Ensino Descentralizada de Jaraguá do Sul da ETFSC

UnED/SJ – Unidade de Ensino Descentralizada de São José da ETFSC

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1 A REFORMA DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: COERÊNCIA PROGRAMÁTICA</b> .....	21
1.1 Organização Social: o <i>redesenho institucional</i> da relação Estado e Sociedade .....	21
1.2 A Reforma da Educação Profissional e a constituição do <i>espaço público não-estatal</i> .....	25
1.3 Programa de Expansão da Educação Profissional: um instrumento operacional da reforma da educação profissional .....	28
<b>CAPÍTULO 2 CONTEXTO E HISTÓRIA DO CENTRO POLITÉCNICO DE JARAGUÁ DO SUL/SC</b> .....	33
2.1 O espaço do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul .....	33
2.2 Os agentes sociais de Jaraguá do Sul e a demanda por educação profissional .....	41
2.3 A história da Unidade de Ensino da ETFSC em Jaraguá do Sul .....	47
2.4 O projeto do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul encaminhando ao PROEP .....	55
2.5 A transição da Unidade de Ensino da ETFSC para o Centro Politécnico de Jaraguá do Sul .....	59
<b>CAPÍTULO 3 O PÚBLICO E O PRIVADO NA CONSTITUIÇÃO DO CENTRO POLITÉCNICO DE JARAGUÁ DO SUL</b> .....	69
<b>CAPÍTULO 4 O CARÁTER DAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPRÂNEAS DO CAPITALISMO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b> .....	78
<b>CAPÍTULO 5 LIMITES E POSSIBILIDADES DO CENTRO POLITÉCNICO COMO INSTITUIÇÃO DO <i>SETOR PÚBLICO NÃO-ESTATAL</i></b> .....	88
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	96

## **ANEXOS**

<b>Anexo 1</b> – Legislação da Reforma da Educação Profissional .....	105
<b>Anexo 2</b> – Estatuto da Associação Politécnica de Jaraguá do Sul .....	108
<b>Anexo 3</b> – Quadro da equipe e instituições responsáveis pela implantação do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul .....	117
<b>Anexo 4</b> – Quadro da análise do contexto externo do Centro Politécnico – Seminário de Planejamento Estratégico – 25/09/98 .....	120
<b>Anexo 5</b> – Quadro dos objetivos estratégicos por área do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul .....	122
<b>Anexo 6</b> – Correspondência dos sindicatos patronais de Jaraguá do Sul à ETFSC .....	124
<b>Anexo 7</b> – Lei municipal de Jaraguá do Sul nº 1.642/92 .....	127
<b>Anexo 8</b> – Correspondência da ACIJS à ETFSC .....	129
<b>Anexo 9</b> – Lei estadual de Santa Catarina nº 1.172/94 .....	131
<b>Anexo 10</b> – Portaria ministerial nº 724/94 do MEC com a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul .....	133
<b>Anexo 11</b> – Convênio (extrato) do MEC com a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul .....	135
<b>Anexo 12</b> – Contrato de Comodato da ETFSC com a WEG S.A. ....	137
<b>Anexo 13</b> – Correspondência da ACIJS aos parlamentares de Santa Catarina .....	140
<b>Anexo 14</b> – Convênio realizado entre ETFSC e Associação Politécnica de Jaraguá do Sul ...	144
<b>Anexo 15</b> – Roteiros das entrevistas realizadas .....	147
<b>Anexo 16</b> – Reportagens 1997 – 2000 – Jornais diversos .....	151

## INTRODUÇÃO

Um sistema particular de acumulação pode existir porque seu “esquema de reprodução é coerente”. O problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes político-econômicos – assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. Tem de haver, portanto uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre os comportamentos individuais e o esquema de reprodução. (David Harvey)

Como afirma Harvey (1998) na epígrafe, a materialização do novo padrão de acumulação de capital num sistema particular impõe coerência para manter sua reprodução. Essa coerência é observada ou não, quando analisamos as normas, leis, hábitos e as *redes de regulamentação*.

Quando se detecta uma incoerência neste corpo de regras e processos sociais, denominados de *modo de regulamentação*<sup>1</sup>, pode-se dizer que se está diante de uma crise<sup>2</sup> cuja profundidade permite classificá-la de conjuntural (de superfície) ou estrutural (toca na própria estrutura da sociedade). Desenvolvimento capitalista e crise devem ser entendidos como partes de um todo.

Uma política pública setorial de educação profissional é parte das normas, leis, hábitos e redes de regulamentação que dá consistência entre os comportamentos individuais e o esquema de reprodução.

---

<sup>1</sup> Sobre a Teoria da Regulação ver Moura (1996).

<sup>2</sup> Sobre o conceito de crise ver Nascimento (1991).

Ao investigar o *redesenho institucional* da educação profissional no Brasil a partir de 1997<sup>3</sup>, de imediato coloca-se um desafio: diagnosticar a (in)coerência na relação entre **forma** e **conteúdo** da educação profissional para que se possa dimensionar a profundidade da crise por que passa a educação profissional e como sua reforma busca responder à crise.

A institucionalidade da educação profissional (**forma**) e o perfil profissional do trabalhador (**conteúdo**), exigido pela materialidade do mundo do trabalho, devem responder, para manter coerência, às tendências de transformações do sistema produtivo.

A incoerência da relação entre **forma** e **conteúdo** da educação profissional pode configurar-se como parte de uma crise mais geral.

O desenvolvimento capitalista no Brasil engendra suas próprias crises cíclicas. A particularidade da formação social e econômica do Brasil dentro do sistema capitalista mundial remete ao estudo das tendências de transformações do sistema produtivo no Brasil.

A alteração na materialidade do mundo do trabalho consiste num conjunto de mudanças tecnológicas e organizacionais introduzidas na produção e nos serviços. Trata-se de inovações na base técnica, com ênfase na utilização da microeletrônica (informática, automação, robótica e telemática); mudanças nas relações entre empresas (terceirização, condomínios industriais, consórcios modulares); mudanças na organização da produção (células, minifábricas, *just-in-time*<sup>4</sup>, *kanban*<sup>5</sup>); o trabalho (polivalência, trabalho em equipe) e novas formas de gestão das empresas (qualidade total, implantação das normas técnicas internacionais). O conceito que precisa esse processo é a *reestruturação produtiva*.

<sup>3</sup> Toma-se como data referência a edição do Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997.

<sup>4</sup> Sistema de organização da produção orientado para fabricar determinado produto apenas na quantidade e no momento exatos. A produção é puxada por vendas e internamente, o mesmo ocorre, com os processos finais “pedindo” componentes para os processos anteriores. A expressão inglesa pode ser traduzida por “na hora certa”. (DIEESE, 1994, p. 356)

<sup>5</sup> É o sistema de informação que alimenta o funcionamento da produção *just in time*. Originalmente, se compõe de cartões coloridos; sua presença define a necessidade de determinado produto. Entretanto, esta sinalização pode ser feita VISUALMENTE por meio de uma série de instrumentos bastante simples (anéis, plaquinhas, etc.). Algumas empresas usam, porém, relatórios emitidos pelo sistema de computadores que interliga seus diversos departamentos ou mesmo seus clientes e fornecedores. (Ibid., p. 356)



A reestruturação produtiva no Brasil é um fenômeno ambíguo, como mostra Paulo Tumolo:

Os resultados das pesquisas apontam que, sob diversos aspectos, o único consenso é o dissenso. Em outras palavras: não é possível encontrar, pelo menos dentro dos parâmetros teórico-metodológicos dos referidos estudiosos, nenhuma homogeneidade e nenhum padrão único ou mesmo determinante no que se refere a vários aspectos dos processos de trabalho: introdução de novas tecnologias, organização e gestão do trabalho, qualificação/desqualificação etc. Tendo como base as pesquisas realizadas, é possível afirmar que a marca distintiva do chamado processo de reestruturação produtiva no Brasil é a heterogeneidade generalizada que ocorre não só entre empresas, mas também, no interior delas. (TUMOLO, 1998, p. 3).

A ambigüidade da reestruturação produtiva no Brasil marca a ambigüidade na relação entre **forma** e **conteúdo** da educação profissional desse país.

O modelo institucional da Educação profissional no Brasil, que ora se altera, teve sua formatação e consolidação na década de 40, do século XX, quando o Estado cumpria um papel importante na industrialização da sociedade brasileira. Caracteriza-se este período de desenvolvimento de *substituição de importações*. As empresas pelo menos no setor mais dinâmico do capital industrial, organizam seu processo de trabalho fundadas nos princípios taylorista<sup>6</sup> e fordista<sup>7</sup>.

É lugar comum na atual reflexão teórica afirmar que aquela institucionalidade da educação profissional não dá conta hoje dos novos desafios impostos, tanto pelo capital, quanto pelo trabalho. O dissenso inicia-se quando se põe em prática uma nova política pública para reestruturar a rede de educação profissional hoje existente no Brasil, seja ela pública,

---

<sup>6</sup> Modelo de produção que procura estabelecer o controle gerencial e a intensificação dos ritmos de trabalho a partir da prescrição de tarefas aos trabalhadores da produção, através da separação completa entre as tarefas de planejamento/concepção e as tarefas de execução; e da divisão funcional, técnica e social do trabalho, com redução das tarefas à sua expressão mais simples, especialização dos diversos setores (produção, controle de qualidade, manutenção etc.) e rígida estrutura hierárquica de controle e supervisão. Ibid., p. 358

<sup>7</sup> Ampliou a aplicação dos princípios *tayloristas* através da produção em grande escala e da linha de montagem, que incorpora na própria maquinaria o controle sobre os tempos de execução das tarefas. Difundiu-se como paradigma produtivo tendo como princípios a produtividade, a eliminação das decisões no chão da fábrica, a economia de material e trabalho e a padronização de produtos e processos. Ibid., p. 356.

privada ou do Sistema Nacional de Aprendizagem da indústria, do comércio e da agricultura, conhecido como sistema “S” (SENAI, SENAC e SENAR).

O *redesenho institucional* da educação profissional, pretendido pela reforma, é algo em construção e sua configuração final dependerá da correlação de forças estabelecida na sociedade, em especial, entre os representantes do capital e do trabalho.

O debate sobre o *redesenho institucional* da educação profissional tem, necessariamente, um caráter multidisciplinar cujas contribuições provêm de várias áreas do conhecimento: Educação, Sociologia e Economia do Trabalho, Ciências Políticas, Engenharia de Produção, Psicologia das Organizações e Administração. E envolve múltiplos *agentes sociais* – empresários, trabalhadores, educadores, governos, pesquisadores, jovens etc.

Diante desse caráter multidisciplinar do objeto desta dissertação – *redesenho institucional* da educação profissional no Brasil - alguns recortes foram escolhidos, para melhor focalizar a reflexão. Ao abordar a institucionalidade da educação profissional atual optou-se por enfocá-la como materialização de uma *política pública*.

“Em um plano mais concreto, o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente”. (AZEVEDO, 1997, p. 5).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, ao dedicar um capítulo específico para a educação profissional, assim a define:

A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (BRASIL, 1996, art. 39 e art. 40).

Observa-se que a educação profissional abrange uma multiplicidade de ações e instituições. Além dos três níveis estabelecidos pela legislação, básico, técnico e tecnológico,

a educação profissional é compreendida como parte de uma política pública de trabalho e renda.

A responsabilidade da gestão da política pública de educação profissional, no âmbito do governo federal, cabe parte ao Ministério de Educação e parte ao Ministério de Trabalho e Emprego<sup>8</sup>.

A reflexão sobre o *redesenho institucional* da educação profissional no Brasil, nesta pesquisa está restrita ao que ocorre no âmbito da educação profissional de nível técnico, que é “destinada a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio” e “terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este” (BRASIL, Decreto nº 2.208,1997).

Segundo o Censo<sup>9</sup> da Educação Profissional, existem no Brasil 2.216 instituições educacionais que oferecem ensino de nível técnico – 120 públicas federais, 689 públicas estaduais, 152 públicas municipais, 1.255 privadas e 172 do Sistema “S”.

A política pública de educação profissional voltada para este nível tem como principal instrumento o Programa de Expansão da Educação Profissional<sup>10</sup> (PROEP) cujos recursos financeiros estão disponíveis para:

- 1) reestruturar as redes públicas (estatal) federal e estaduais de educação profissional;
- 2) implantar uma “rede” de instituições de educação profissional de nível técnico e tecnológico que não estarão nem no âmbito da rede pública estatal, nem no da rede privada, mas naquele a que se convencionou chamar de “**setor público não estatal**”. Estas instituições serão constituídas a partir de uma linha própria de financiamento e serão denominadas de *escolas do segmento comunitário*.

<sup>8</sup> O Ministério do Trabalho e Emprego é responsável pela articulação e coordenação nacional da política e programas de educação profissional, no âmbito do sistema público de emprego. Tem a delegação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para gestão dos recursos financeiros destinados à qualificação e requalificação do trabalhador. O Plano Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR) é o programa que articula todas as iniciativas do Ministério na área de educação profissional. Um dos mecanismos de implementação do PLANFOR são os Planos Estaduais de Qualificação, elaborados e coordenados pelas Secretarias de Trabalho dos estados e aprovados pelas Comissões Estaduais de Emprego e Renda.

<sup>9</sup> Censo da Educação Profissional realizado, no ano 2000, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) – órgão governamental vinculado ao MEC.

<sup>10</sup> Os dados e conteúdo do PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (PROEP) do MEC são apresentados no item 1.3 desta dissertação.

De 1997 até setembro de 2000, o PROEP havia aprovado 72 (setenta e dois) projetos de escolas do “segmento comunitário”, num total de 700 pedidos<sup>11</sup> encaminhados ao Programa. Para o estado de Santa Catarina foram 8 (oito) projetos<sup>12</sup>.

A implantação das *escolas do segmento comunitário* como parte de uma política pública de educação profissional, induz a um desenho institucional até então inexistente, determinando a expansão da oferta de vagas para o ensino técnico, tanto do ponto de vista numérico, quanto daquele da distribuição geográfica.

O foco desta dissertação concentra-se no redesenho da institucionalidade da educação profissional de nível técnico no Brasil e, mais especificamente, refere-se a um estudo sobre a implantação das *escolas do segmento comunitário*, financiadas pelo PROEP como estratégia de expansão de oferta de vagas na educação profissional de nível técnico e como parte da redefinição da relação do Estado com a Sociedade, no âmbito da educação profissional.

Nesta particularidade encontra-se cada um dos 72 (setenta e dois) projetos já aprovados pelo PROEP. Isso significa que as *escolas do segmento comunitário* encerram aspectos universais de uma política pública. A novidade consiste em exatamente acrescentar à institucionalidade que se gesta, uma nova forma de propriedade e gestão, qual seja, estabelecer um “**setor público não- estatal**” de educação profissional.

Um aspecto central das *escolas do segmento comunitário* se manifesta nas características singulares dos *agentes sociais* que tomam a iniciativa para viabilizá-las junto ao PROEP.

A escolha do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul/SC, um dos 72 (setenta e dois) projetos de *escolas do segmento comunitário* aprovados pelo PROEP, deveu-se a dois critérios: o regional e o profissional. O primeiro, por sua localização em Santa Catarina,

---

<sup>11</sup> Dado obtido da **Revista Educação Profissional**. MEC, ano I, nº 2, p. 5, out. 2000.

<sup>12</sup> Ver na página eletrônica do PROEP/MEC, <<http://www.mec.gov.br/semtec/proep/RelProj>>, a relação dos Projetos Escolares por Unidade da Federação aprovados até setembro de 2000.

facilita o acesso aos dados primários; o segundo é a contrapartida do MEC no projeto final e envolve diretamente a ETFSC, instituição na qual o autor é docente.

Lüdke e André (1987, p. 17-22) sobre o estudo de caso, afirma:

A preocupação central ao desenvolver esse tipo de pesquisa (estudo de caso) é a compreensão de uma instância singular. Isso significa que o objeto estudado é tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada. Desse modo, a questão sobre o caso ser ou não ‘típico’, isto é, empiricamente representativo de uma população determinada, torna-se inadequada, já que cada caso é tratado como tendo um valor intrínseco (...)

Dentro da própria concepção de estudo de caso que pretende não partir de uma visão predeterminada da realidade, mas apreender os aspectos ricos e imprevistos que envolvem uma determinada situação, a fase exploratória se coloca como fundamental para uma definição mais precisa do objeto de estudo.

O estudo de certa especificidade não impede que se resgate uma visão histórica e o contexto nacional/internacional em que se insere o objeto do estudo, pois, segundo Rattner (apud FERRETI, 1994, p. 80)

não pesquisamos apenas para acrescentar mais um ponto às evidências empíricas já existentes. Em certos momentos, há necessidade de se fazer uma espécie de resumo e perguntar o que a sociedade fará com esses resultados. Isto, me parece, não pode ser inferido apenas a partir das descrições. É necessário também fazer algumas inferências e deduções e, se não for possível tirar conclusões, pelo menos fazer projeções ou extrapolações dessas tendências, para nos situarmos dentro do processo histórico.

O trabalho de pesquisa foi estruturado em cinco partes, conforme segue:

- a apresentação de uma visão geral da reforma do Estado e da reforma da educação profissional do atual governo ressaltando a coerência programática dessas duas reformas;
- a contextualização e histórico do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul, descrevendo tanto o espaço local, quanto a movimentação dos agentes sociais daquele município;
- a fundamentação teórica e histórica da relação do público/privado, do papel do Estado e do conceito de sociedade civil;

- traçado do cenário estrutural, ou seja, do caráter das transformações contemporâneas do capitalismo e suas implicações no âmbito da educação profissional;
- considerações buscando apontar os limites e as possibilidades do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul e responder à seguinte questão: sendo parte do *redesenho institucional* da educação profissional e uma das *72 escolas do segmento comunitário do PROEP*, o Centro Politécnico percebe-se como gestor de uma política que visa afirmar os direitos sociais da maioria da população, ou, ao contrário, vê-se como administrador de uma nova experiência de privatização dos recursos públicos no âmbito da educação profissional?

## CAPÍTULO 1

# REFORMA DO ESTADO E REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: COERÊNCIA PROGRAMÁTICA

### 1.1 Organização Social: o *redesenho institucional* da relação Estado e Sociedade

O Centro Politécnico de Jaraguá do Sul/SC é um caso emblemático de uma Organização Social.

Mas o que é uma Organização Social?

Para compreendê-la, faz-se necessário apresentar o conteúdo da reforma do Estado desencadeada pelo governo Federal, a partir de 1995.

O Governo Federal, na apresentação do documento Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) em 1995, assim justifica a Reforma do Estado: “a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais”. (BRASIL, 1995, apresentação, grifo nosso).

Como instrumento indispensável, a reforma do Estado se propõe a atacar quatro problemas básicos:

- a) a delimitação do tamanho do Estado;
- b) a redefinição da capacidade financeira do Estado;

c) a recuperação da capacidade financeira e administrativa de implementar decisões políticas tomadas pelo governo (governança);

d) o aumento da capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar (governabilidade).

Para o governo, tais problemas surgem a partir da constatação de que a “crise brasileira da última década foi também uma crise de Estado” (BRASIL, 1995).

Ao falar em delimitação do tamanho do Estado, fala-se, na verdade, na delimitação dos espaços de atuação do Estado e do “mercado”, segundo documento do MARE.

No diagnóstico da crise brasileira, afirma-se que “o Estado em razão do modelo de desenvolvimento adotado (substituição da importação), desviou-se de suas funções precípua para atuar com grande ênfase na esfera produtiva”. (BRASIL, 1995).

Parte-se do pressuposto que “num sistema capitalista, **Estado** e **Mercado**, direta ou indiretamente, são duas instituições centrais que operam na coordenação dos sistemas econômicos”. (BRASIL, 1995).

Para o Governo Federal, a causa da crise do sistema capitalista nos anos 80 do século XX encontra-se no âmbito do Estado, ao contrário do que ocorreu entre os anos 20 e 30 desse século, onde a crise econômica surgia no âmbito do mercado.

Tal diagnóstico não é exclusivo do governo brasileiro. A redefinição do papel do Estado na economia capitalista é tema recorrente de debate durante toda a década de 90, em todos países centrais do mundo capitalista.

Segundo o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*:

a crise de Estado define-se então (1) como crise fiscal, caracterizada pela crescente perda de crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; (2) o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado(...) (3) a superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração burocrática.

Nesse sentido, são inadiáveis: (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o



enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) inovação dos instrumentos de política social proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar a sua 'governança', ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (BRASIL, 1995, p. 2).

A crise fiscal toma dimensões privilegiadas, a tal ponto que nesse diagnóstico ela é apresentada como a principal causa de redução das taxas de crescimento econômico.

O *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* faz uma distinção metodológica entre Estado e Aparelho do Estado, o que facilita a compreensão da estratégia geral das reformas constitucionais e infra-constitucionais que vêm sendo implementadas pelo Governo Federal.

Segundo ele:

Entende-se por aparelho do Estado a administração pública em sentido amplo, ou seja, a estrutura organizacional do Estado, em seus três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e três níveis (União, Estados-membros e Municípios). O aparelho do Estado é constituído pelo governo, isto é, pela cúpula dirigente nos três poderes, por um corpo de funcionários, e pela força militar. O Estado, por sua vez, é mais abrangente que o aparelho, porque compreende adicionalmente o sistema constitucional-legal, que regula a população nos limites de um território. O Estado é a organização burocrática que tem o monopólio da violência legal, é o aparelho que tem o poder de legislar e tributar a população de um determinado território. (BRASIL, 1995, p. 2).

Para Bresser Pereira (1997), na época ministro do Ministério da Administração e Reforma do Estado, a reforma do aparelho do Estado segue as estratégias abaixo:

1 - A delimitação da abrangência do Estado. No processo de redução de sua abrangência estão envolvidas as idéias de privatização, "publicização" e terceirização. Compreende-se este problema como um problema de ordem econômica-política;

2 - A distinção no interior do Estado de quatro setores: i) núcleo estratégico - poderes legislativo e judiciário, Ministério Público e poder executivo- ii) atividades exclusivas de Estado - fiscalização e regulamentação -; iii) serviços não exclusivos - educação, saúde, pesquisa etc.; iv) produção de bens e serviços para o mercado - empresas estatais e bancos públicos .

3 - Enquanto nos setores i) e ii) admite-se que a propriedade tem que ser necessariamente estatal, no setor iii) - não exclusivo de Estado - considera-se que a propriedade ideal é a *pública não-estatal*, compreendida como uma terceira forma de propriedade - entre a estatal e privada - constituída por organizações sem fins lucrativos que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público;

4 - No que se refere à delimitação do seu tamanho, apóia-se na absorção dos serviços não-exclusivos do Estado por um *setor público não-estatal*, em que uma vez fomentados pelo Estado, assumirão a forma de Organizações Sociais;

5 - Com as *Organizações Sociais*, compreendidas como formas de parceria entre Estado e Sociedade, visa-se a uma ação pública mais ágil e submetida ao controle social. Essas instituições teriam maior autonomia administrativa do que aquela possível dentro do aparelho do Estado.

Assim posto, fica mais fácil compreender o que é, na ótica do governo, uma ***Organização Social***. São instituições constituídas pelas associações civis sem fins lucrativos e que, não sendo propriedade de nenhum indivíduo ou grupo, têm como objetivo:

- transferir para o *setor público não-estatal* os serviços não exclusivos do Estado;
- dar autonomia e flexibilidade aos dirigentes destas instituições;
- lograr um maior controle social dos serviços públicos (educação, saúde, pesquisa etc.);
- obter uma parceria baseada em resultados, ou seja, um melhor atendimento ao cidadão-cliente.

Atualmente esse redesenho institucional do Estado, caracterizado pela transferência dos serviços considerados não-exclusivos de Estado para o âmbito do setor público não-estatal, acha-se regulado pela Lei nº 9.637/98, que preceitua:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. (BRASIL, 1995, p. 9).

A *Organização Social* é, assim, a materialização institucional de uma relação entre o Estado e a Sociedade Civil. E o Centro Politécnico de Jaraguá do Sul/SC é a materialização, no âmbito de uma política pública de educação profissional, da *Organização Social*.

No próximo item procura-se explicitar a coerência programática da atual reforma da educação profissional com a reforma do Estado.

## 1.2 A reforma da educação profissional e a constituição do *setor público não-estatal*

O primeiro semestre de 1997 pode ser tomado como marco inicial da reforma da educação profissional. Deparava-se naquele semestre com um conjunto de medidas legais do governo federal que visavam a alterações significativas na institucionalidade da educação profissional em geral e, de forma mais específica, das redes públicas federal e estaduais.

A primeira iniciativa do Governo Federal ocorre em março/97, através da edição da Medida Provisória nº 1549-28, que preconiza o seguinte:

Art. 44 – O art. 3º da Lei N. 8948, de 8 de dezembro de 1994, passa vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 5º a expansão do ensino técnico, mediante criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino;

§ 6º fica a União autorizada a realizar investimento em obras e equipamentos, mediante repasses financeiros para os fins mencionados no parágrafo anterior;

§ 7º o Poder Executivo regulamentará a aplicação no disposto no § 5º deste artigo nos casos das escolas técnicas e agrotécnicas federais que não tenham sido implantadas até 17 de março de 1997. (BRASIL, 1997, Medida Provisória nº 1549-28).

A Lei nº 8948/94, citada no artigo acima, trata da criação do Sistema Nacional do Ensino Técnico e Tecnológico.

Como pode-se ver pelo conteúdo do artigo 44, nenhum recurso financeiro será investido na expansão da atual Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico (Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs), cessando assim a opção de crescer a partir do sistema público, estatal e autárquico estruturado nacionalmente. Além do que, através daquela medida provisória, abre-se espaço para que recursos públicos sejam repassados para o *setor público não-estatal* que ofereçam educação profissional, em nível técnico ou tecnológico.

Outra iniciativa do Governo Federal ocorre no mês de abril/97 quando da edição do decreto nº 2.208 de 17/04/97, que regulamenta o artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei de Diretrizes e Base Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96 -, definindo um conjunto de regras para o desenvolvimento da educação profissional no Brasil.

O artigo 5º do decreto nº 2.208/97 é decisivo para definir o caráter institucional das redes pública federal e estaduais de educação profissional de nível técnico e estabelece que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida concomitante ou seqüencial a este”.

Em maio/97, é editada a Portaria Ministerial do MEC nº 646/97 que regulamenta o Decreto nº 2.208/97, cujo conteúdo visa disciplinar a implantação dos preceitos desse decreto na rede federal de educação profissional.

No conteúdo da Portaria Ministerial nº 646/97 fica evidente a preocupação do MEC em centralizar e coordenar a implantação da reforma na educação profissional nas Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica, estabelecendo o ano de 1998 como início do processo e, também, o prazo de 120 (cento e vinte) dias para as escolas adaptarem seus regimentos internos às exigências do Decreto nº 2.208/97.

Durante todo o ano de 1996, esteve em debate o Projeto de Lei nº 1603/96, encaminhado pelo governo federal à Câmara Federal, que tratava da reforma da educação profissional.

A retirada do Projeto de Lei nº 1.603/96 da Câmara Federal, pelo governo, no final de 1996, deveu-se às sucessivas derrotas que o governo teve nas comissões de Educação e de Trabalho da Câmara Federal, quando os relatores começaram, através das audiências públicas, a absorver inúmeras sugestões que “feriam de morte” o núcleo central da proposta do governo. Este, no entanto, foi incorporado posteriormente à Medida Provisória nº 1.549-28/97 e ao decreto nº 2.208/97.

E qual é o núcleo central da reforma da educação profissional?

É a proposta de constituir uma rede de educação profissional separada da rede regular da educação básica. Este *redesenho institucional* vem acompanhado de um novo conteúdo, expresso nas Diretrizes Nacionais para a Educação Profissional consolidadas no Parecer 16/99 e na Resolução 04/99 do Conselho Nacional de Educação.

Um grande esforço está sendo realizado para mobilizar os atores sociais, diretamente envolvidos na educação profissional, para incorporá-los no processo de reforma da educação profissional. Segundo preceitos governamentais,

Para garantir educação profissional em bases contínuas, para parcelas crescentes da PEA – População Economicamente Ativa –, é preciso mobilizar e articular em um projeto comum, a competência, os recursos humanos, físicos e financeiros da ampla diversidade de agências de educação profissional públicas e privadas existentes no País. Um conjunto que movimenta, em estimativa conservadora, mais de R\$ 5 bilhões ao ano (...) e atende, hoje, a um contingente de 4,7 milhões de trabalhadores, (...), incluindo as seguintes agências:

- Sistema de ensino técnico federal, estadual, municipal e privado (...);
- O sistema S, que inclui os Serviços Nacionais de Aprendizagem e o Serviço Social mantidos por contribuições obrigatórias sobre a folha de pagamento(...);
- Universidades públicas e privadas que oferecem serviços de extensão à comunidade(...);
- Escolas e centros mantidos por sindicatos de trabalhadores;
- Escolas e fundações diretamente mantidas por grupos empresariais(...);
- Organizações não governamentais (...);
- Ensino profissional livre, que atua principalmente em centros urbanos e/ou por correio. (BRASIL, 1999b).

A mobilização dos atores sociais com o fito de ampliar a base social de apoio à reforma da educação profissional se dá no contexto da redefinição do papel do Estado. Segundo documento do próprio governo:

É preciso recuperar e consolidar a função e a natureza pública da educação profissional. Ao contrário da educação básica, direito universal e inalienável do cidadão, educação profissional é questão a ser negociada no e pelo setor produtivo – trabalhadores e empresários. Isso não quer dizer que se trata de questão privada. É preciso recuperar sua função e natureza pública, na qual o Estado deve exercer papel de articulador e fomentador de políticas globais, saindo cada vez mais, da esfera da execução de ações diretas, centralizadas (BRASIL, 1999b, p. 15 - grifo nosso).

Definir que o Estado exercerá o papel de articulador e fomentador, retirando-o da esfera da execução, transferindo a responsabilidade executiva ao *setor público não-estatal*, não dá ao governo automaticamente a condição de articulador e fomentador. É preciso adquirir capacidade operacional para viabilizar-se como tal.

A legislação atual da educação profissional (ver anexo 1) constitui o marco legal sobre o qual o governo busca viabilizar o *redesenho institucional* da educação profissional, transferindo parte da execução da demanda por profissionalização ao *setor público não-estatal*. Essa política pública de educação profissional, porém, ora em vigor, não teria eficácia governamental caso não contasse com o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Hoje, a capacidade operacional do governo para implantar a reforma da educação profissional está diretamente ligada a este Programa.

A seguir, mostra-se de que forma o PROEP, como principal instrumento de implantação da reforma de educação profissional, guarda coerência programática com a reforma do Estado.

### 1.3 Programa de Expansão da Educação Profissional: um instrumento operacional da reforma da educação profissional

O Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) é um programa interministerial - Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O PROEP é o principal agente financiador da implantação do Sistema Nacional de Educação Profissional. O Programa<sup>13</sup> preconiza:

- democratização e diversificação dos sistemas de educação profissional;

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/semtec/proep>>

- construção de redes de parcerias;
- articulação com os setores produtivos.

Esse programa surge dentro do contexto das diretrizes traçadas pela reforma da educação profissional e pretende transformá-las em prática.

As ações do programa de Expansão da Educação Profissional têm como objetivos primordiais:

1. A ampliação e diversificação da oferta de cursos, nos níveis básico, técnico e tecnológico;
2. A separação formal entre o ensino médio e a Educação Profissional;
3. O desenvolvimento de estudos de mercado para a construção de currículos sintonizados com o mundo do trabalho e com os avanços tecnológicos;
4. O ordenamento de currículos sob forma de módulos;
5. O acompanhamento do desempenho dos(as) formandos(as) no mercado de trabalho, como fonte contínua de renovação curricular;
6. O reconhecimento e certificação de competências adquiridos dentro ou fora do ambiente escolar;
7. A criação de um modelo de gestão institucional inteiramente aberto. (BRASIL, MEC/PROEP, 2000, Internet).

Conforme documento legal, o PROEP se propõe às seguintes ações:

- realização de estudos de pré-investimentos necessários à elaboração de planos estaduais para a Reforma e Expansão do Ensino Médio - PEM e Expansão da Educação Profissional - PEP, bem como de projetos escolares;
- investimento na área de Educação Profissional, incluindo ações de reforma/ampliação de instituições federais e/ou estaduais de Educação Profissional já existentes;
- construção de Centros de Educação Profissional sob a responsabilidade dos Estados/Distrito Federal e do Segmento Comunitário;
- aquisição de equipamentos técnicos-pedagógicos e de gestão;
- aquisição de materiais de ensino-aprendizagem;
- capacitação de docentes e pessoal técnico-administrativo;
- prestação de serviços e consultorias para a realização de estudos nas áreas técnico-pedagógica e de gestão (BRASIL, MEC/PROEP, 2000, Internet).

O Programa de Expansão da Educação Profissional é fruto de um convênio entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) cujo aporte financeiro é de US\$ 500 milhões, sendo US\$ 250 milhões provenientes de empréstimo do BID e US\$ 250 milhões do orçamento da União – US\$ 125 do MEC e US\$ 125 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Castro (1999) ao tratar das vantagens comparativas do envolvimento do BID nos programas de reformas educacionais na América Latina, em documento que versa sobre estratégias de capacitação profissional, assim se posiciona:

La formación profesional necesita, en la región, algo más que remiendos ocasionales y una expansión cuantitativa; presenta un cuadro de atolladeros y demandas insatisfechas. Tratar de resolver los problemas a fuerza de dinero o inventando soluciones técnicas elegantes es insuficiente. La reforma institucional y los cambios estructurales requeridos son policamente delicados y implican trasiegos de personal, instituciones y mecanismos de financiación. El alto nivel de legitimidad del BID en la región y su capacidad de movilizar a las personas y recursos indispensables lo colocan en posición única para apoyar activamente la reforma. (grifo nosso)

Em recente missão do BID ao Brasil - maio/2000 - para avaliar a implantação do PROEP, da qual participa CASTRO, consideram-se positivas as ações até aqui desenvolvidas pelo Programa. Cinco pontos sustentam a avaliação positiva:

- 1) a efetiva separação dos cursos técnico-profissionais dos cursos acadêmicos nas redes públicas federal e estaduais;
- 2) o crescimento de projetos apresentados e aprovados no segmento comunitário;
- 3) a apresentação dos Planos Estaduais de Educação Profissional (PEPs) e sua implantação nos estados;
- 4) o melhor uso dos recursos do FAT como consequência da compra dos cursos básicos do PLANFOR pelas Escolas Técnicas Federais, Estaduais e do segmento comunitário apoiadas pelo PROEP;
- 5) a criação de uma eficiente estrutura de acompanhamento, gestão e assistência técnica aos projetos em cursos.

O PROEP atende a instituições de educação profissional em três segmentos: *segmento federal* composto por escolas públicas federais; *segmento estadual* composto por escolas públicas estaduais e *segmento comunitário*, composto por conjunto de entidades da sociedade civil organizada - sindicatos patronais e de empregados, entidades filantrópicas, instituições



privadas sem fins lucrativos, organizações não governamentais, preferencialmente articuladas em parcerias, com ou sem a participação do poder público e prefeituras municipais.

Até novembro/2000, o quadro de projetos financiados pelo PROEP era de um total de 172 (cento e setenta e dois) contabilizando R\$331,2 milhões, sendo: 46 (quarenta e seis) projetos para o *segmento federal* (R\$ 90,9 milhões); 55 (cinquenta e cinco) para o *segmento estadual* (R\$ 98,9 milhões) e 71 (setenta e um) para o *segmento comunitário* (R\$ 141,4 milhões).

Aqui destaca-se o *segmento comunitário*, em que se enquadra o projeto do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul/SC.

O *segmento comunitário* é considerado, pelo PROEP, ao lado do *segmento estadual*, como o principal veículo de expansão da rede de escolas voltadas para a Educação Profissional no país. Isso se dará mediante investimentos de recursos do PROEP para a construção, implantação, reforma e/ou ampliação de Escolas ou Centros de Educação Profissional, solicitados por entidades do *segmento comunitário*, isoladamente, ou em parceria com outras instituições.

Especificamente esses recursos serão destinados para:

- a) infra-estrutura - refere-se à construção e/ou reforma e/ou ampliação de Escolas ou Centros de Educação Profissional; aquisição de equipamentos técnico-pedagógicos, de gestão e administração e material permanente;
- b) gestão da educação profissional - refere-se à disponibilização de recursos para concepção e implementação de conselhos de administração e ensino e outros, implementação de sistemas de avaliação institucional, implantação de sistemas de informação e gerenciamento institucional e aquisição de sistemas informativos de apoio aos processos de gestão e administração;
- c) desenvolvimento técnico-pedagógico - diz respeito ao financiamento para desenvolvimento de estudos de mercado de trabalho local, implantação de sistemas de acompanhamento de egressos, construção de currículos adequados às necessidades do mundo do trabalho, definição de conteúdos curriculares, desenvolvimento de inovações educacionais no ensino profissional, aquisição de acervo bibliográfico e softwares educativos e aquisição de material pedagógico;
- d) capacitação de recursos humanos - refere-se ao financiamento de programas de capacitação de docentes e de pessoal das áreas técnico-pedagógica e administrativa e de formação e atualização de gestores (BRASIL, MEC/PROEP, 2000, Internet).

Até setembro/2000, o MEC recebeu mais de 700 cartas-consultas, porém, a maioria delas foi reprovada, pois as entidades comunitárias que as encaminharam não cumpriam principalmente três pré-requisitos: a) capacidade de auto-gestão administrativa; b) autonomia financeira; c) oferta de, pelo menos, 50% das vagas de forma gratuita e universal.

Segundo o MEC, para ter acesso aos recursos do PROEP “linha comunitária”, a entidade arcará com as seguintes responsabilidades:

- oferecer o terreno onde será implantado a Escola ou o Centro de Educação Profissional solicitado, quando se tratar de construção de uma unidade nova;
- arcar com todas as despesas de custeio ( manutenção e operação) da Escola;
- demonstrar a existência de articulação da Escola ou Centro de Educação Profissional com a comunidade e o setor produtivo local (BRASIL, MEC/PROEP, 2000, Internet).

Dentro do PROEP estrutura-se um conjunto de ações que lhe dão consistência, quais sejam:

- a) apresentar um Plano de Implantação da Reforma – principalmente no que se refere à separação do ensino médio da educação profissional;
- b) valer-se de uma metodologia de pesquisa de mercado denominada PAER – Pesquisa da Atividade Econômica Regional - desenvolvida e aplicada pela Fundação Seade do Governo de São Paulo;
- c) estruturar um sistema de informações: avaliação institucional; acompanhamento dos egressos; acompanhamento de receitas/despesas; mercado da educação profissional, currículos de educação profissional;
- d) exigir do sistema estadual de ensino o PEP – Plano Estadual de Educação Profissional;
- e) implantar o programa em cinco anos, tendo como base 1998.

## CAPÍTULO 2

# CONTEXTO E HISTÓRIA DO CENTRO POLITÉCNICO DE JARAGUÁ DO SUL/SC

### 2.1 O espaço do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul<sup>14</sup>

O município Jaraguá do Sul, situado na região nordeste do Estado, é o terceiro maior pólo industrial de Santa Catarina. O parque industrial é composto predominantemente pelos setores eletro-mecânico, têxtil e de alimentos.

Hoje, Jaraguá do Sul conta com aproximadamente 108 mil habitantes<sup>15</sup> e é um dos municípios com maior índice de crescimento populacional do estado de Santa Catarina. Parte significativa desse crescimento populacional deve-se ao processo migratório iniciado na década de 80 do século XX, em especial, o proveniente do sudeste paranaense.

---

<sup>14</sup> Os dados aqui expostos sobre o município de Jaraguá do Sul não atendem um requisito formal de contextualizar a experiência do Centro Politécnico no espaço urbano, mas responder a uma provocação teórica feita por Milton Santos, principal geógrafo brasileiro. Para Santos: “A acumulação de capital tenta prescindir cada vez mais do espaço tempo, mas as populações vivem profundamente imersas no espaço e no tempo. Por isso, o capital desconhece o conjunto de efeitos que ele mesmo provoca e induz. Seu interesse se reduz a um número muito limitado de relações. [ ] O mercado, tal como é tratado nos compêndios, é um conjunto de variáveis que se realizam num cenário a-espacial ou que, quando muito, leva em conta alguns pontos do território. Uma infinidade de outros pontos não é contemplada. Esses outros pontos, no entanto, agem também. E reagem. Eles abrigam a maioria da população e uma parte essencial da própria economia. Ou melhor, abrigam a economia que interessa àquela maioria da população que não cabe na economia competitiva, flexível”. (BENJAMIM; ELIAS, 2000, p. 21-34).

<sup>15</sup> Segundo dados do Censo de 2000 do IBGE.

O município surge dentro do contexto das imigrações européias, que aqui chegaram especialmente através das companhias de colonização no final do século XIX.

A imigração européia explica-se a partir das grandes mudanças que ocorreram na Europa continental provocadas pelo desenvolvimento capitalista na segunda metade do século XIX. Tais mudanças implicam, também, a marginalização de milhões de pessoas e a destruição de pequenos empreendimentos familiares no campo e na cidade, particularmente na Alemanha e na Polônia. (SCHÖRNER, 2000; SILVA, 1997; ROCHA, 1994).

Conforme Schörner (2000, p. 19),

No início do século XIX a situação econômica alemã compelia uns à mais completa ociosidade e outros à produção da riqueza alheia pelo trabalho excedente. A maioria não tinha mais a menor possibilidade de prover a sua existência na Europa, seja pela terra, seja pelo salário. Portanto, o quadro apresentado na Alemanha, desde o início do século XIX até o ano da unificação (1871), não possibilitava aos camponeses e operários a esperança de um futuro melhor. Vivem a fome, a partilha da terra, as guerras, as perseguições políticas, os baixos salários e as condições miseráveis de trabalho, enfim, vivem os laços de uma servidão que não apresentava outra alternativa a não ser a saída, a emigração. Aqui, esse camponeses vão estabelecer uma sociedade agrícola que em muito se assemelhava a da Alemanha, mas, ao mesmo tempo, construirão um novo ambiente.

Os imigrantes europeus (alemães, húngaros, poloneses, italianos, dentre outros) que colonizaram o nordeste de Santa Catarina trouxeram como bagagem cultural uma tradição de organização social relativamente complexa, em que a divisão do trabalho é bastante marcante. Imigram para essa região, além dos camponeses, profissionais e artesãos que vão constituir os primeiros núcleos industriais, cuja base técnica é repassada de pai para filho.

A preocupação com o desenvolvimento dessa base técnica e, portanto, com a educação profissional, é parte integrante da cultura dos imigrantes europeus que colonizaram o nordeste catarinense. Certamente, a transmissão, de uma geração para outra, dessa base técnica não se

deu através do ensino formal, porém esse “caldo” cultural não deve ser menosprezado quando é analisada a origem da industrialização da região nordeste de SC<sup>16</sup>.

A industrialização do município de Jaraguá do Sul ocorre efetivamente a partir da segunda metade do século XX.

Observando hoje os indicadores sócio-econômicos do município de Jaraguá do Sul<sup>17</sup>, alguns dados se ressaltam:

- 77% das pessoas residentes estão na área urbana;
- 67 % das pessoas residentes têm entre 15 e 64 anos;
- 30% das pessoas residentes com mais de 4 anos de idade freqüentam a escola -

aproximadamente 30 mil pessoas.

- 59 % das crianças, de 4 a 6 anos, frequentam a pré escola;
- 98 % dos crianças, de 7 a 9 anos, frequentam a escola;
- 96 % dos adolescentes, de 10 a 14 anos, frequentam a escola;
- 56 % dos jovens, de 15 a 19 anos, frequentam a escola;
- 18 % dos jovens de 20 a 24 anos frequentam a escola;

---

<sup>16</sup> Michels (1998) faz um balanço das diversas interpretações presentes nos estudos acadêmicos sobre a industrialização da economia catarinense. Este autor aponta as seguintes versões sobre a industrialização catarinense: a) *os periféricos*, cujo fator determinante na industrialização do Estado de Santa Catarina é a relação periférica que a economia catarinense estabelece com o sudeste do país; b) *os schumpeterianos*, cujo fator determinante é a ação empreendedora, o pioneirismo, a visão inovadora dos empresários catarinenses; *os desenvolvimentistas*, que mais do que análise sistemática da economia fizeram política econômica, ou seja, compreendem a industrialização a partir da associação da burguesia local com o Estado através do planejamento econômico e dos financiamentos públicos; d) *outras contribuições*: 1) *Armen Manigoniam*, sustentando que a base da acumulação de capital e a evolução econômica de Santa Catarina está na pequena produção mercantil; 2) *Paul Singer*, “que ao analisar a formação e o desenvolvimento de Blumenau, adota como variáveis básicas a produção camponesa e a lenta e segura inserção da economia catarinense na nacional, através de mercadorias de boa qualidade”. (p. 114). Michels, após traçar o quadro comparativo das diversas versões sobre a industrialização catarinense, conclui de forma crítica: “Os periféricos, os Schumpeterianos, as outras contribuições e os Desenvolvimentistas analisaram a economia e a sociedade catarinense de múltiplas formas, mas todas, sem uma única exceção, deixaram de captar no processo de acumulação de capital em Santa Catarina a superexploração do trabalho e a intervenção estatal como fatores preponderantes para o crescimento das indústrias e das pequenas estruturas familiares. As duas variáveis supra citadas são fundamentais para compreender a atual situação econômica e social do Estado, na qual, de um lado, historicamente ampliaram-se os patrimônios privados, ideologicamente atribuídos à competência empresarial dos atuais grandes grupos econômicos e, de outro, ampliou-se o empobrecimento social catarinense”. (MICHELS, 1998, p. 231).

<sup>17</sup> Estas informações foram organizadas pontualmente a partir dos dados disponibilizados na página do IBGE, <<http://www.ibge.gov.br/município>>. Os dados tabulados são de 1996.

- o nº de matrículas no pré escolar é de 3.682 (dados de 1997), sendo 320 na rede pública estadual, 2.806 na rede pública municipal e 556 na rede privada
- o nº de matrículas no ensino fundamental é 17.290, sendo 6.209 na rede pública estadual, 9.356 na rede pública municipal e 1.725 na rede privada;
- o nº de matrículas no ensino médio é de 5.499; sendo 274 na rede pública federal, 4499 na rede pública estadual e 726 na rede privada;
- 56 estabelecimentos de ensino fundamental, sendo 14 da rede pública estadual, 37 da rede pública municipal e 5 da rede privada;
- 19 estabelecimentos de ensino no ensino médio, sendo 1(uma) da rede pública federal – ETFSC -, 14 da rede pública estadual e 4 da rede privada;
- 62 estabelecimentos de ensino na educação pré-escolar; sendo 9 da rede pública estadual, 46 da rede pública municipal e 7 da rede privada;
- os domicílios particulares permanentes são 24.468;
- as pessoas migrantes, não residentes no município em 01/09/91, com mais de 4 anos de idade correspondem a 12.793 pessoas, 15 % da população total na época (1997); destes 46 % são provenientes de SC;
- pessoal ocupado nas unidades locais (empresas): 40.537;
- 7 empresas com mais de 1000 pessoas, perfazendo um total de 11.556 trabalhadores (28,5% do pessoal ocupado);
- 01 empresa com 500 a 999 pessoas, perfazendo um total de 914 trabalhadores (2,2 % do pessoal ocupado);
- 13 empresas com 250 a 499 pessoas, perfazendo um total de 4.631 trabalhadores (11,4% do pessoal ocupado);
- 30 empresas com 100 a 249 pessoas, perfazendo um total de 4.987 trabalhadores (12,3% do pessoal ocupado);

- 43 empresas com 50 a 99 pessoas, perfazendo um total de 3.101 trabalhadores (7,6% do pessoal ocupado);
- 798 empresas com 5 a 49 pessoas, perfazendo um total de 9.020 trabalhadores (22,2% do pessoal ocupado);
- 3.148 empresas com 1 a 4 pessoas, perfazendo um total de 6.328 trabalhadores (15,8% do pessoal ocupado);
- 91,3% das empresas têm seu ano de fundação a partir de 1980;
- as 4 (quatro) maiores empresas empregam 21% do pessoal ocupado; as 8 (oito) maiores empresas empregam 31 % do pessoal ocupado;
- as empresas com data de fundação anterior a 1969 empregam 9.065 pessoas (22,4% do pessoal ocupado);
- as empresas com data de fundação entre 1970 e 1979 empregam 6.374 pessoas (15,7% do pessoal ocupado);
- as empresas com data de fundação entre 1980 e 1989 empregam 12.988 pessoas (32% do pessoal ocupado);
- as empresas que surgiram na década de 90 empregam 12.110 pessoas (29,9% de pessoas ocupadas);
- 20 empresas na área de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, basicamente pequena empresa (1 a 4 pessoas ocupadas); no total, ocupam 135 pessoas;
- 5 empresas da área extrativa, basicamente pequena empresa; no total, ocupam 7 pessoas;
- 928 empresas da área indústria da transformação, sendo 43 com mais de 100 pessoas ocupadas, 19 com 50 a 99 pessoas ocupadas, 122 com 10 a 49 pessoas ocupadas e 644 com 0 a 10 pessoas ocupadas; no total, ocupam 24.865 pessoas;

- 2 empresas da área de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, sendo 1 com 30 a 49 pessoas ocupadas; no total ocupam 49 pessoas;
- 120 empresas na área de construção, sendo 2 (duas) relativamente grande com 50 a 99 pessoas ocupadas, 90 (noventa) com 1 a 10 pessoas ocupadas; no total ocupam 937 pessoas;
- 1817 empresas na área do comércio: reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, sendo que 1515 com 1 a 4 pessoas ocupadas (83,4 % das empresas) e 17 (dezesete) com mais de 30 pessoas ocupadas; no total, ocupam 6.249 pessoas;
- 318 empresas da área de alojamento e alimentação, sendo 276 com 1 a 4 pessoas ocupadas e 5 (cinco) com mais de 20 pessoas ocupadas; no total ocupam 916 pessoas;
- 156 empresas da área de transporte, armazenagem e comunicações, sendo 134 com 1 a 4 pessoas ocupadas; 1(uma) com mais de 100 pessoas ocupadas e 8 (oito) com 20 a 99 pessoas ocupadas; no total ocupam 1.225 pessoas;
- 39 empresas da área de intermediação financeira, sendo 24 (vinte quatro) com 1 a 4 pessoas ocupadas; 1 (uma) com mais de 100 pessoas ocupadas e 6 (seis) com 20 a 99 pessoas ocupadas; no total, ocupam 613 pessoas;
- 520 empresas da área de imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, sendo 443 com 1 a 4 pessoas ocupadas; 66 com 10 a 20 pessoas ocupadas e 1(uma) com mais de 50 pessoas ocupadas; no total, ocupam 1.767 pessoas;
- 2 empresas da área de administração pública, defesa e seguridade social, sendo 1(uma) com 1 a 4 pessoas ocupadas e 1(uma) com mais de 100 pessoas ocupadas; no total, ocupam 1.503 pessoas;



- 53 empresas de educação, sendo 34 com 1 a 4 pessoas ocupadas; 6 (seis) com 20 a 99 pessoas ocupadas e 1 (uma) com mais de 100 pessoas ocupadas; no total, ocupam 615 pessoas;
- 57 empresas da área de saúde e serviços sociais, sendo 44 com 1 a 4 pessoas ocupadas; 5 (cinco) com 20 a 99 pessoas ocupadas e 2 (duas) com mais de 100 pessoas ocupadas; no total, ocupam 911 pessoas;
- 180 empresas da área outros serviços coletivos, sociais e pessoais, sendo 137 com 1 a 4 pessoas ocupadas e 8(oito) com 20 a 99 pessoas ocupadas; no total, ocupam 745 pessoas;
- em 1996, o município teve R\$ 41,4 milhões de receita, sendo R\$ 19,3 milhões de arrecadação de ICMS e R\$ 7,4 milhões de receita tributária; a despesa de custeio com pessoal é de R\$ 16,1 milhões de um total de R\$ 26 milhões.

Os dados acima, colocados de forma pontual, possibilitam uma “imagem estática”, uma “fotografia” do município de Jaraguá do Sul. Deve-se acrescentar a tais informações uma visão histórica da evolução das relações de trabalho e de poder no município, dos aspectos culturais e da inserção nacional/internacional de sua economia, sob pena de não se apreender a dinâmica das relações sociais, seja no âmbito da produção, seja no de reprodução social.

Ao longo do texto, procurar-se-á complementar as informações que permitam esta apreensão dinâmica do espaço local, porém, algumas conclusões já podem ser tiradas da análise dos dados acima.

Jaraguá do Sul é um caso emblemático do processo de desconcentração da produção industrial no Brasil a partir da década de 70. Conforme ressalta Santos & Silveira (2001), “a produção industrial torna-se mais complexa, estendendo-se sobretudo para novas áreas do Sul e para alguns pontos do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte (Manaus)”.

Este fenômeno de “descentralização” industrial é confirmado pelos seguintes dados estatísticos:

O Sul desponta como a região ganhadora nesse rearranjo do trabalho industrial no Brasil, pois aumenta, entre 1970 e 1990, o número de estabelecimentos (de 14.534 para 43.969), o número de pessoal ocupado (de 358.100 para 2.520.493) e o valor da transformação industrial (de 1.343.666.303 dólares para 15.299.863.312 dólares). Em 1970, enquanto essa região acolhia apenas 14,79% do pessoal ocupado do país, São Paulo concentrava 50,97%. Vinte anos depois, São Paulo reunia 35,35% do emprego industrial e a região Sul, que já havia ultrapassado esse umbral, ostentava 36,49% do total nacional. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 107).

Jaraguá do Sul, cidade pólo da microrregião do Vale do Itapocu – apresenta índices educacionais bem acima da média educacional, em especial, na faixa etária dos jovens.

Observa-se que a região abriga etapas importantes da cadeia produtiva nos dois principais ramos da economia local – elétrico-metal-mecânico e têxtil-vestuário –. Evidencia-se também um nível alto de concentração de capital nesses ramos.

Lins (2000), ao analisar a competitividade e inserção das pequenas e médias empresas – PMEs – do setor têxtil-vestuarista do nordeste catarinense nos anos 90 do século XX assim conclui:

A oferta de mão-de-obra é um dos grandes atributos do Nordeste catarinense para as atividades têxteis e vestuaristas, conforme as empresas estudadas. Igual importância está associada à existência de uma quantidade significativa de unidades de trabalho (firmas, a maioria de porte micro, e também trabalhadores em domicílio), em boa parte caudatárias do próprio declínio do setor na região, que favorece a externalização de atividades, com redução de custos e flexibilização produtiva. (LINS, 2000, p. 203).

O que o autor reconhece, porém, é que no tocante às pequenas e médias empresas têxtil e vestuarista, há uma lacuna no tecido institucional da região, em especial a ausência de créditos e frágil cooperação interfirma.

Dois aspectos importantes são ressaltados por Santos & Silveira (2001), na análise da desconcentração industrial no Brasil, que ajudam a entender o município de Jaraguá do Sul: a guerra fiscal e as especializações territoriais.

O nordeste do Estado de Santa Catarina (Jaraguá do Sul, Blumenau e Itajaí) revela certa concentração de importantes indústrias de equipamentos elétricos, com a presença das empresas Weg, Transformadores Mega, Waltec, Lorenzetti-Inebrasa, Kohlbach Motores e Schneider Electric. Essa especialização territorial não se faz sem o apoio do poder público do Estado e, não raro da União. Ainda hoje organizadas em estruturas familiares, várias destas firmas diversificaram-se regionalmente, abrangendo outros setores. É o caso da *holding* Weg S.A., que controla 17 empresas. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 139).

Para uma análise do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul, torna-se fundamental ter este cenário estrutural da desconcentração industrial do Brasil, do qual o município de Jaraguá do Sul é um caso emblemático da sua materialização.

Essa nova divisão territorial do trabalho aumenta a necessidade do intercâmbio, que agora se dá em espaços mais vastos. Afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar, de um saber-fazer ancorado num dado arranjo de objetos destinados à produção. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.135).

## 2.2 Os agentes sociais de Jaraguá do Sul e a demanda por educação profissional

Recuperando brevemente o contexto econômico do município na década de 80 do século XX, verifica-se que o principal ramo da economia de Jaraguá do Sul – o setor elétrico-metal-mecânico (em especial a WEG e a Kohlbach) – apresentou naquela década, um intenso crescimento do emprego dada à estratégia de verticalização das empresas.

Em 1991, as duas principais empresas – WEG e Kohlbach - chegaram a absorver 9% dos 76.994 habitantes que o município tinha na época. (SILVA, 1997).

O setor têxtil também contribuiu decisivamente para a situação de pleno emprego vivida em Jaraguá do Sul nesta década. Neste, adotou-se estratégia empresarial diferenciada, em relação ao setor elétrico-metal-mecânico. As grandes empresas do setor têxtil crescem “pulverizando” suas unidades fabris pelos municípios vizinhos de Jaraguá do Sul. Adotam, simultaneamente, o sistema de trabalho domiciliar, denominado de facção, cujos trabalhadores são denominados de faccionistas. Conforme Silva (1997, p. 98),

Esse vigoroso crescimento do emprego, porém, não se fez apoiado tão-somente em um mão-de-obra de origem regional. Na verdade, desde o final dos anos setenta observa-se um reorientação geográfica das proveniências do operariado, pois que somando-se aos primeiros efetivos oriundos da própria zona alemã catarinense entre as décadas de sessenta e setenta, temos agora um expressivo contingente de operários originários de outras regiões do Estado e mesmo de outros Estados do País, destacando-se aí o norte e o sudoeste do Paraná, como estão demonstrando aos dados do grupo WEG.

O dados sobre a procedência da origem espacial da força de trabalho do grupo WEG S.A. entre os anos 1987 a 1991, estão apresentados no quadro abaixo.

FIGURA 1: Origem espacial da força de trabalho da WEG S.A.

REGIÃO	ANO 1987	ANO 1991
Jaraguá do Sul; Norte do Estado de SC; Baixo, Médio e Alto Vale do Itajaí	74,70%	72,12%
Outras regiões de SC	9,30%	10,80%
Outros estados do Brasil	15,50%	16,71%

Fonte: WEG S.A.

“Esta tendência migratória tendeu a se confirmar na década de 90 do século XX, em especial a corrente migratória do norte e sudoeste paranaense e da região metropolitana de Curitiba”. (SILVA, 1997, p. 99).

Diz, ainda, o mesmo autor:

Entretanto, se a mão-de-obra não especializada tem uma origem em grande parte rural, e por isso precisa ser fortemente treinada, como veremos adiante, a parcela especializada nos conduz a um quadro um pouco diferente. Trata-se, neste caso, de pessoas muito mais afeitas às atividades urbano-industriais, pois que se originam tanto das oficinas artesanais dos aglomerados urbanos da região, resultado direto da riqueza artesanal da colonização alemão, quanto das empresas já estabelecidas no complexo industrial regional. (SILVA, 1997, p. 100).

Ancelmo Schörner, ao descrever, em sua dissertação, a história da composição da classe trabalhadora de Jaraguá do Sul, ressalta a diferenciação interna desta destacando três segmentos: os colonos-operários, o operário urbano (local ou migrante) e os faccionistas. O colono-operário é característico da região e determina no município tanto as relações de trabalho, quanto o poder de negociação da classe trabalhadora e a “cultura do trabalho”:

A peculiaridade do processo de industrialização da cidade de Jaraguá do Sul e os problemas fundiários resultantes do processo de colonização implantado ao longo dos rios Itapocú e Jaraguá a partir do início da década de 1890, (...), determinaram a emergência de uma classe específica de operários, que recebem o nome de worker-peasant .... Workers-peasant (em alemão Arbeiter-bauer) é a categoria analítica que designa os camponeses que têm emprego regular fora da agricultura, mas continuam trabalhando nela nos períodos que não estão na fábrica (part-time-farming – agricultura em tempo parcial).

Os colonos-operários são um grupo peculiar de trabalhadores: moram no campo e são donos de pequenas propriedades de terra, nas quais plantam o necessário para a sobrevivência do grupo doméstico e também para a comercialização. O aspecto importante desse trabalhador é a sua dupla condição, isto é, ser, ao mesmo tempo, proprietário e dono, e trabalhador fabril subordinado aos ditames do capital dentro das fábricas da região. (SCHÖRNER, 2000, p. 89-91).

Também Schörner, em suas considerações finais sobre a classe trabalhadora e sua organização no município de Jaraguá do Sul, aponta que:

devemos entender os trabalhadores metalúrgicos e vestuaristas de Jaraguá do Sul, bem como o seu movimento operário sindical, levando-se em consideração o peso das diferenciações na composição da classe trabalhadora e na estrutura produtiva, a disseminação da “ cultura alemã do trabalho”, mediadora direta entre o trabalho e a produção, bem como a visão peculiar de mundo e de trabalho que daí advém. Ou seja, o conjunto analisado contribui significativamente para que o movimento operário sindical dos trabalhadores metalúrgicos e do vestuário não avance além do assistencialismo e se atenha a políticas de prestação de serviços, como se fosse uma extensão dos balcões de órgãos governamentais, prática requerida pelos próprios trabalhadores (SCHÖRNER, 2000, p. 217).

É senso comum na região atribuir papel importante para o sucesso empresarial do município à criatividade tecnológica e ao “espírito empreendedor” dos migrantes europeus. Essa visão *schumpeteriana* do processo de industrialização de Jaraguá do Sul cumpre um papel ideológico ao esconder dois dados importantes no processo de acumulação de capital na região: a intervenção estatal, via mecanismos de créditos, incentivos e isenções, como fator decisivo nas décadas de 70 e 80 do século XX, para o crescimento de diversas empresas; a superexploração do trabalho, dadas as raízes culturais da força de trabalho, disciplinada, dedicada e sempre disposta a colaborar com os programas determinados pela alta direção da empresa.

Um exemplo típico dessa visão *schumpeteriana* pode ser visto no artigo “Globalização: quero ser Gigante” disponível em dezembro de 2000 na página da internet da WEG S.A. Décio da Silva, presidente do grupo, afirma no referido artigo: “Até 2007 seremos a líder de motores no mundo. Sonhar grande, mas levantar cedo, trabalhar com persistência e sempre ser fiel à visão de futuro foi o segredo de nosso crescimento”. Afirma ainda: “o crescimento da WEG aconteceu apoiado em três pilares – treinamento, tecnologia e exportação”.

Contudo, Udo Michels, ao tratar do enriquecimento privado dos principais setores da economia catarinense, assim se refere ao setor de material elétrico, em especial ao do grupo WEG:

A WEG, fundada em 1961, teve, desde o ano de sua fundação até 1986, uma inacreditável expansão patrimonial: 120.000%. Desde que se instalou, a WEG manteve íntima relação com os agentes estatais. “E multiplicavam-se as viagens a Brasília, para obter junto ao Ministério da Indústria e do Comércio e ao Consider, a elevação de cotas (chapas de aço) para a WEG, a fim de que a empresa pudesse efetivamente atender à demanda do mercado por motores elétricos.... Também amplia seu patrimônio através do apoio estatal às exportações. Constata-se, também, o “perfeito relacionamento” com o Banco do Brasil, especialmente no contato com gerentes, diretores e mesmo um ex-presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Roberto Colin: “então diretor administrativo do banco, que viria a presidir durante .... Hoje Oswaldo R. Colin integra o Conselho de Administração da WEG”. Coincidência ou não, foi exatamente no último ano do governo do General Figueiredo, quando Colin presidia o Banco do Brasil, que em apenas um ano a WEG aumentou o seu patrimônio líquido em 137%. (MICHELS, 1998, p. 219).

Michels (1998) lembra ainda a presença, nada desprezível, no Conselho de Administração da empresa do atual deputado federal e ex-governador Antônio Carlos Konder Reis.

Quanto à relação capital/trabalho na WEG, Michels (1998) analisa os números relativos à produção anual de motores da WEG e conclui:

Entre os anos de 1960 e 1985, de acordo como os dados de que se dispõe, as Rendas do Trabalho nunca ultrapassaram a faixa dos 23% (1980), chegando a corresponder a somente 13% em 1975. Na média, entre os anos supracitados, tem-se uma Renda do Trabalho correspondente a somente 18%. Aos proprietários do capital couberam, ao longo da história da WEG, em média, 82% de toda a produção de riquezas. Em outras palavras, no ano de 1985, com uma produção de motores elétricos prevista para aproximadamente 1 milhão de unidades, coube aos “colaboradores”, na forma de salários, o correspondente, somente a 180 mil motores, enquanto os empresários “empreendedores e inovadores” apropriaram-se de 820 mil motores. (MICHELS, 1998, p. 221).

Este contraponto à visão *schumpeteriana* sobre o processo de industrialização de Jaraguá do Sul faz-se necessário a fim de que se tenham elementos críticos para avaliar o envolvimento de atores sociais na constituição da Unidade da ETFSC, em Jaraguá do Sul, durante a primeira metade da década de 90 do século XX.

A Unidade da ETFSC em Jaraguá do Sul criou as condições para oferecer à micro-região do Vale do Itapocú – Jaraguá do Sul, Corupá, Guaramirim, Schroeder e Massaranduba – uma oportunidade de ampliação e aperfeiçoamento da parcela especializada da força de trabalho.

No início da década de 90 do século XX, todos os setores econômicos, em especial os empresários nacionais, viveram sob forte impacto da abertura comercial e da competição internacional e os programas de qualidade e produtividade implementados pelo governo federal configuravam tal política, aprofundada no período de Collor de Mello na presidência da República.

A partir de 1994, o Plano Real amplia o impacto da abertura comercial sobre a economia brasileira. A valorização da moeda nacional exigiu, dos diversos segmentos da economia, a ampliação dos programas de reestruturação produtiva.

Os programas de reestruturação produtiva, pressionados pela concorrência vinda da abertura comercial, exigem das empresas de Jaraguá do Sul, sobretudo do setor de material elétrico, têxtil e alimentação, inovações na base técnica da produção, que envolvem alterações no processo e na gestão do trabalho, como círculo de controle de qualidade, entre outros.

A microrregião do Vale do Itapocu, assim como o nordeste catarinense, caracterizam-se por serem região com vantagens competitivas do ponto de vista do capital – infra-estrutura viária, energia e telecomunicações e um mercado de trabalho marcado por uma mobilidade de “competências técnicas”. Em consequência, porém, da nova etapa de acumulação do capital mundial, da inserção subordinada do Brasil ao mercado internacional e do fim de uma etapa histórica da economia brasileira caracterizada como de “substituição de importações”, tais vantagens passam a ser relativas no âmbito da competição intercapitalista.

No que se refere ao mercado de trabalho, o investimento em treinamento da força de trabalho não especializada, através do SENAI ou mesmo das Escolas-empresas (a exemplo do Centro de Treinamento da WEG - CENTROWEG), perde sua importância na determinação da competitividade da empresa. Tornam-se necessários forte investimento em treinamento e capacitação dos quadros técnicos de nível médio e superior, ampliação do intercâmbio tecnológico com o exterior e estágios em empresas multinacionais, com vistas a futuras associações ou fusões empresariais.

Cabe observar que o CENTROWEG representa uma iniciativa incomum no empresariado nacional. Na segunda metade da década de 90 do século XX, esse centro de treinamento consumia US\$ 1,5 milhão por ano, oferecendo cerca de 250 cursos, tendo



formado quase 2.000 (dois mil) profissionais desde sua fundação em 1968. Deste total, 75% permanecem trabalhando na empresa. (SCHÖRNER, 2000, p. 153).

Quanto às entidades sindicais do município de Jaraguá do Sul, cabe lembrar que em maio de 1987, a oposição metalúrgica, ligada à CUT, conquistou o sindicato. Em abril de 1989, os trabalhadores metalúrgicos realizaram uma importante greve que foi a primeira com efetiva participação da categoria. (SCHÖRNER, 2000).

O Sindicato dos Metalúrgicos de Jaraguá do Sul, coordenou, em 1998, a implantação do projeto *Integrar*, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) da CUT, cujo objetivo era a certificação de ensino fundamental e profissionalização dos metalúrgicos desempregados e/ou que estivessem em ocupações com risco de extinção. O projeto *Integrar* contava com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e foi autorizado pelo MEC. A certificação cabia à ETFSC.

É dentro do contexto econômico e social acima expresso que devemos compreender o movimento dos agentes sociais de Jaraguá do Sul para viabilizar, no município, primeiramente a Unidade da ETFSC em 1994 e, posteriormente, em 1998, através de parceria com o governo federal, o Centro Politécnico de Jaraguá do Sul.

### 2.3 A história da Unidade de Ensino da ETFSC em Jaraguá do Sul

Procura-se neste item revelar (desvelar) a história que resulta no Centro Politécnico. O resgate desta história possibilitará, posteriormente, a análise de como a mobilização dos agentes sociais (empresários, trabalhadores, jovens, educadores, governos municipal e estadual, parlamentares) articula-se com a política pública de educação profissional do governo federal e quais os limites e possibilidades do Centro Politécnico como uma instituição educacional do *setor público não estatal*, dentro do município de Jaraguá do Sul.

A história que resulta na aprovação do projeto do Centro Politécnico em 1998, pelo PROEP, confunde-se com a história de constituição da Unidade de Ensino Descentralizada de Jaraguá do Sul, da Escola Técnica Federal de Santa Catarina (UnED/JS) em 1994.

A singularidade do Centro Politécnico está exatamente no fato de ele incorporar uma Unidade da ETFSC, instituição pública estatal já estabelecida e em funcionamento. Em geral, as 71 (setenta e uma) outras *escolas do segmento comunitário*, aprovadas pelo PROEP, constituem-se de escolas já em funcionamento ou que são construídas por iniciativa de agentes sociais locais.

Todas as *escolas comunitárias* de educação profissional, aprovadas pelo PROEP, trazem consigo uma história. Os agentes sociais que as viabilizam junto ao MEC estão, de uma forma ou de outra, inseridos nos ramos industrial, comercial ou de serviço em que a *escola comunitária* atua ou atuará prioritariamente.

Esses agentes sociais, em geral, demonstram certa competência de articulação de setores que já possuem uma tradição no âmbito da educação profissional, seja ela acumulada no sistema “S”, nas ONGs, nos sindicatos patronais e de trabalhadores ou nas universidades e escolas técnicas públicas ou privadas.

Esta competência na articulação dos agentes sociais para viabilizarem, junto ao MEC, recursos do PROEP para as *escolas comunitárias* de educação profissional deve ser analisada caso a caso.

Em Santa Catarina, até setembro de 2000, além do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul outros 7 (sete) projetos<sup>18</sup> já foram aprovados pelo MEC.

---

<sup>18</sup> 1) Escola Técnica General Osvaldo Pinto da Veiga, cuja mantenedora é a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão - SATC de Criciúma, que já é uma escola constituída; 2) Escola Sindical Sul Canto da Ilha de Hotelaria e Turismo de Florianópolis, que é uma escola em funcionamento, administrada pela CUT em parceria com a ETFSC; 3) Escola Técnica Vale do rio do Peixe – ETVARPE, cuja mantenedora será a Fundação Centro Tecnológico de Produção Industrial – CETEPI, de Luzerna/Joaçaba; 4) Centro de Educação Profissional de Gastronomia e Alimentação – Artes Culinárias de Florianópolis; 5) Escola de Artes Cênicas de Joinville; 6) Centro Tecnológico Industrial Metal Mecânico – CETIMM, cuja mantenedora será a Fundação de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico – FUNDITEC, de Xanxerê e 7) Fundação Adolpho Bózio de Educação e Tecnologia no Transporte de Concórdia.

Qual é a história do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul e como os agentes sociais articulam esta experiência?

Apesar do projeto (*carta-consulta*) do Centro Politécnico ter sido aprovada em 1998, sua história começa com a articulação para viabilizar uma Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Santa Catarina no município de Jaraguá do Sul.

Em 29 de outubro de 1993, o jornal local de Jaraguá do Sul – Correio do Povo – anuncia a oficialização da criação da Unidade de Ensino Descentralizada da ETFSC em Jaraguá do Sul (UnED/JS). Confirma-se, também, na reportagem, que em março de 1994, a referida Unidade estaria em funcionamento.

Parte da reportagem é uma entrevista com o então presidente da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul (ACIJS), Sr. Vicente Donini (setor têxtil – Marisol), cuja matéria traz como título, “Uma aspiração comunitária”. Nela tem-se que:

Para o presidente da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul, Vicente Domini, a criação e construção da Escola Técnica “é a consolidação de um veemente desejo de toda a comunidade de Jaraguá do Sul”. Foi exatamente na Associação Comercial, durante a gestão do presidente Gilmar Antônio Moretti – hoje secretário de Indústria, Comércio e Turismo do município - que, foi levantada a idéia de construção da escola.

Donini, empolgado com a confirmação, destacou que “o importante é que com a escola técnica, poderemos formar melhor a nossa mão-de-obra, especializando-a, o que sem dúvida vai contribuir para a evolução, também, da produção das indústrias do município”. Ele disse também que o município ganha por outro aspecto, na medida em que toda a estrutura da escola será construída pelo Governo Federal. (CORREIO DO POVO, 1993, p. 5).

As Unidades de Ensino Descentralizadas (espécie de *campus avançado*) das Escolas Técnicas Federais surgiram a partir de uma política de interiorização e de expansão da educação profissional no governo José Sarney, época em que Jorge Bornhausen foi Ministro da Educação (1985/1986). Na época, foram autorizadas por lei a criação de 200 (duzentas) Unidades de Ensino Descentralizadas em todo o Brasil.

À medida que as Unidades eram implantadas instituíam-se, por lei, um quadro de pessoal próprio da Unidade. Foi o que aconteceu com a Unidade de Ensino Descentralizada da ETFSC em São José/SC, em 1989.

No município de Jaraguá do Sul, o processo de implantação de uma Unidade da Escola Técnica de Santa Catarina em 1994, foi precedido de várias ações dos agentes sociais locais.

As entidades sindicais representativas do empresariado de Jaraguá do Sul e região iniciaram, em 1991, um forte *lobby*, pressionando a Direção Geral da Escola Técnica e a bancada dos deputados estaduais e federais catarinenses, para a construção e instalação de uma Unidade de Ensino Descentralizada da ETFSC no município de Jaraguá do Sul.

Em correspondência enviada ao Diretor Geral da ETFSC em 1991, na época Alfeu Hermenegildo, os sindicatos patronais de Jaraguá do Sul buscam justificar a necessidade de uma Unidade da ETFSC no município, atribuindo importância ao parque industrial da região. Ressaltam ainda, como dado social, a demanda por profissionalização dos adolescentes da região, citando, por exemplo, o deslocamento de cerca de 500 alunos (15 ônibus) diariamente para Blumenau e Joinville, para realizarem cursos profissionalizantes de nível médio. (Anexo 6).

Para viabilizar o pleito, a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul fez doação de um terreno de 16.795,00 m<sup>2</sup> para a ETFSC. A doação foi autorizada pelo legislativo através da Lei 1.642 de 16 de dezembro de 1992. (Anexo 7).

É dado à ETFSC um prazo de 2 (dois) anos para a construção e instalação do prédio da UnED/JS no terreno doado. Enquanto não é concretizada a instalação definitiva da Unidade da ETFSC, a escola foi provisoriamente instalada em um prédio da rede estadual de ensino.

Nesse ínterim, a Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul definiu o curso técnico de nível médio que seria implantado: Eletromecânica. Este atende uma demanda do ramo da economia mais forte no município: elétrico-metal-mecânico. (Anexo 8).

O que se constata, porém, é que a análise da documentação histórica contém algumas contradições quanto ao processo de implantação da UnED/JS.

A primeira contradição é que, no parecer técnico do MEC de dezembro de 1992, é negada a implantação da Unidade uma vez que o local cedido para o funcionamento provisório era pequeno para abrigar o curso de eletromecânica dadas as exigências de salas de aula e de laboratórios, o que demandaria reformas com custos para o governo federal em prédio do Estado de Santa Catarina. (ETFSC, 1996, p. 131).

Para equacionar o impasse - negativa do parecer técnico -, a Associação Comercial e Industrial e a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul continuaram articulando, durante o ano de 1993, a implantação da Unidade da ETFSC no prédio da rede estadual anteriormente definido. Para tanto, buscou-se na Assembléia Legislativa de Santa Catarina a doação do prédio da rede estadual de ensino, pertencente ao Estado de Santa Catarina, à União, em particular à ETFSC. Tal ato legal permitiu a aplicação de recursos federais na reforma e ampliação do prédio. Esse intento teve sucesso e, em abril de 1994, aprovou-se a doação através de Lei Estadual nº 1.172. ( Anexo 9).

A segunda contradição é que somente em abril de 1994 é enviado o projeto da estrutura pedagógica da UnED/JS ao MEC. Até então, tinha-se enviado ao MEC apenas uma justificativa geral sobre as demandas educacionais da região para a implantação da Unidade. Ao contrário do que noticiou, tanto o jornal local Correio do Povo (29/10/93), quanto o diretor da ETFSC, professor Alfeu Hermenegildo, até 1993 não havia autorização do MEC para implantação da Unidade da ETFSC em Jaraguá do Sul.

Somente em 13/05/94, através de portaria ministerial, o MEC autoriza o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada ETFSC em Jaraguá do Sul. E, somente em 16/05/94, é firmado o convênio entre o MEC e a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, com prazo de 5 anos de vigência dando condições para o *funcionamento provisório* da UnED/JS. (Anexos 10 e 11).

O projeto da estrutura pedagógica enviado ao MEC, em novembro de 1993, previa a abertura de 348 vagas, distribuídas em 12 turmas no ano de 1994, para os cursos de Eletromecânica e Têxtil. No final de 1997, a Unidade da ETFSC contaria com 1536 alunos (desconsiderando as evasões), distribuídos em 48 turmas. A demanda de docentes prevista era de 30 professores em regime de 20 horas para a implantação em 1994, com uma projeção de 120 em regime de 20 horas, para 1997. (ETFSC, 1996, p. 157-158).

Ao analisar o Relatório de Avaliação da UnED/JS de abril de 1996, observa-se que até aquele momento, tinha-se realizado somente 298 matrículas, com 190 alunos efetivamente cursando. O primeiro exame de seleção foi realizado em junho de 1994 - 45 vagas para o turno vespertino e 45 vagas para o turno noturno. (ETFSC, 1996, p. 22).

No relatório de gestão do exercício de 2000 da ETFSC, a UnED/JS ofereceu 224 vagas (112 para eletromecânica e 112 para têxtil) para ingresso, totalizando no ano 504 matrículas e 71 concluintes/formandos.

Observe-se que depois de 6 (seis) anos em funcionamento, o número de matrículas na UnED/JS está bem aquém do pretendido no projeto da estrutura pedagógica elaborado em 1994 e enviado ao MEC. Além disso, não houve diversificação na oferta de cursos.

Uma terceira contradição é que, ao contrário do que previa a proposta de implantação da UnED/JS, não houve contratação de professores pelo MEC. Isso ocorreu porque a Unidade de Ensino não foi implantada por lei, logo não se criou o quadro permanente de pessoal. O

convênio assinado pelo MEC com a Prefeitura responsabiliza esta pela contratação de docentes durante o período de provisoriedade da escola.

De julho a dezembro/94, a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul responsabilizou-se pela cessão de 10 (dez) professores - contratos provisórios até dezembro/94 – para atender à demanda de disciplinas básicas do chamado núcleo comum. Quanto aos professores para atender às disciplinas da área técnica ficou indefinida a contratação, já que a demanda só ocorreria em semestres seguintes.

Somente em 1995, com a nova gestão da ETFSC, é realizada a contratação de professores pela ETFSC. O quadro permanente de pessoal da UnED/JS até hoje não foi aprovado. Esta Unidade depende das vagas do pessoal docente disponibilizado pela Unidade Sede da ETFSC situada em Florianópolis.

O mobiliário necessário para iniciar as atividades didáticas e administrativas da UnED/JS foi conseguido através de Contrato Particular de Comodato entre a ETFSC e WEG S.A. (Anexo 12).

Em julho de 1994, uma comissão de verificação *in loco* do Departamento de Desenvolvimento Educacional do MEC sugere que a ETFSC adie em um semestre a implantação da UnED/JS devido às condições da infra-estrutura. Este parecer não foi respeitado. Em agosto/94, iniciaram-se as duas primeiras turmas dos cursos de Eletromecânica e Têxtil, apesar de apenas o primeiro curso ter sido aprovado pelo MEC. A UnED/JS não possuía, no momento, Regimento Interno, do qual faz parte a organização didática – “documento básico que regula a vida do estudante”. (ETFSC, 1996, p. 180).

Vivia-se neste momento, na ETFSC, uma transição da Direção Geral. Em julho/94 é empossada, na Direção Geral da ETFSC, a professora Soni de Carvalho, cuja responsabilidade será, entre outras, viabilizar a UnED/JS.

Ao ser questionada sobre as condições em que recebeu a UnED/JS, a diretora assim respondeu:

Eu encontrei a Unidade de Ensino de Jaraguá do Sul recém iniciando, já com o prédio de propriedade da ETFSC para o funcionamento da própria Unidade, mas só o prédio, mais nada. As carteiras que ali estavam (...) eram doação da WEG, os professores que iriam ministrar a parte de cultura geral eram cedidos pela prefeitura e dois funcionários da prefeitura. A ETFSC só tinha ali o professor José Maria que era o responsável por responder pela escola frente à ETFSC. (INFORMAÇÃO VERBAL, Anexo 15).

Na condição de Diretora Geral da ETFSC coube à professora Soni de Carvalho toda a intermediação junto ao MEC para viabilizar a UnED/JS. O diálogo com o setor empresarial local fez-se necessário para viabilizar no MEC os recursos necessários para manutenção da Unidade.

Questionada sobre quais atores sociais se envolveram na fase inicial de implantação da Unidade da ETFSC em Jaraguá do Sul, a professora Soni de Carvalho respondeu:

Ela surge, na realidade, de um envolvimento político do até então deputado Paulo Bauer, com a Prefeitura de Jaraguá do Sul, os empresários locais e o Deputado José Carlos Vieira, articulados com o Professor Alfeu Hermenegildo. Surge então a Unidade de Jaraguá do Sul. O que foi feito neste íterim? Para garantir o início da Unidade de Jaraguá do Sul, o deputado Paulo Bauer, até então Secretário de Educação do Estado de Santa Catarina, doou, com a devida aprovação da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, o terreno e construção onde está atualmente a escola, na Avenida Getúlio Vargas, em Jaraguá do Sul.

Quando eu assumi, a escola já tinha alguns alunos matriculados e já tinha aquele prédio. Temendo que, terminado o mandato do governo Kleinübing, em 1994, eles fizessem cessar esta lei ou a excluíssem num decreto legislativo, eu fui fazer a legalização do terreno que a escola recebeu da Secretaria de Educação do Estado e a averbação do prédio, até para garantir a propriedade efetiva da escola para não termos problemas depois(...)

Assim que assumi, recebi um telefonema do presidente da WEG, Décio João da Silva. Junto com o Sr. Donini, ele foi pessoalmente na escola buscar o compromisso de que a nova direção não romperia o compromisso que Jaraguá tinha conquistado. Eles foram a Florianópolis buscar o comprometimento pessoal, mostrando o que eles já tinham locado e de que não aceitariam em hipótese nenhuma que houvesse uma parada no processo de Jaraguá do Sul. (INFORMAÇÃO VERBAL, Anexo 15).

Em setembro de 1995, a professora Soni de Carvalho encaminha ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul e do grupo WEG S.A, Décio João da



Silva, relatório da situação da UnED/JS. Solicita seu empenho para, com os representantes políticos de Santa Catarina no Congresso Nacional, criarem mecanismos orçamentários para o ano de 1996, a fim de viabilizar a Unidade da ETFSC em Jaraguá do Sul, sob pena de colocar em risco a continuidade da Unidade (ETFSC, 1996, p. 219). As duas principais reivindicações são: criar um quadro de pessoal permanente para a UnED/JS e recursos para iniciar a construção do prédio definitivo da escola.

O pedido da Diretora Geral da ETFSC foi prontamente atendido e o presidente da ACIJS enviou carta à bancada federal de Santa Catarina no Congresso, pleiteando recursos financeiros para construção do prédio próprio da UnED/JS no terreno já doado pelo município. (Anexo 13).

Observa-se que a mediação da ETFSC junto ao MEC foi determinante para consolidação da UnED/JS. Fica em aberto se essa mediação continuará sendo decisiva na transição da UnED/JS para o Centro Politécnico.

#### 2.4 O projeto do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul encaminhado ao PROEP

O Centro Politécnico de Jaraguá do Sul/SC, estabelecimento de ensino técnico-profissional, é concebido dentro dos critérios estabelecidos pelo Programa de Expansão do Ensino Profissional para acessar os recursos financeiros junto à linha de financiamento denominada “*Linha Comunitária*”. Os critérios adotados pelo PROEP são os seguintes:

- a) estar amparado nos incisos II, III e IV do artigo 20 da LDB<sup>19</sup>, quando se tratar de instituições privadas sem fins lucrativos, que possam garantir uma oferta, igual ou superior a 50% de vagas à comunidade beneficiária do projeto pleiteado;
- b) estar constituído como entidade de direito privado, quando se tratar de Escolas ou Centros de Educação Profissional a serem construídos;

---

<sup>19</sup> O artigo 20 da LDB trata das categorias das instituições privadas de ensino. Os incisos II, III e IV tratam de instituições privadas de caráter comunitário, confessional e filantrópico, respectivamente

- c) apresentar um plano inicial relativo às atividades a serem implantadas e aos objetivos a serem alcançados. Este Plano deve incluir estudos preliminares de mercado e mostrar consistência com os Planos de Desenvolvimento Estaduais;
- d) ter, preferencialmente, formado parcerias com o setor produtivo para o desenvolvimento de ações integradas;
- e) demonstrar capacidade financeira para arcar com os custos de manutenção e operação da Escola ou Centro de Educação Profissional. (BRASIL. MEC/PROEP, 1999, Internet).

O projeto do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul, encaminhado e aprovado pelo PROEP, estabelece a responsabilidade de cada agente social envolvido na parceria (ver anexo 3). Sendo assim definido<sup>20</sup>:

- a) os gastos de custeio, manutenção e reserva para investimento até o auto gerenciamento do Centro Politécnico serão rateados pelas entidades representativas dos empresários locais: Clube dos Diretores Lojistas (CDL), Associação Comercial e Industrial (ACIJS), Sindicatos patronais das indústrias, Têxtil, Eletromecânica e Alimentícia e Prefeitura Municipal. Um conjunto de empresas da base das entidades empresariais citadas se responsabilizam em oferecer estágios e absorver parte dos egressos. Estas empresas são sócias contribuintes do Centro Politécnico;
- b) a implantação dos cursos e administração didática pedagógica do Centro Politécnico ficará ao encargo da Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC). O Diretor Geral do Centro Politécnico será eleito em Assembléia Geral, cuja plenária será composta pelos representantes das entidades mantenedoras.

Para que o projeto do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul fosse enquadrado no PROEP *Linha Comunitária*, tornou-se necessária a constituição de uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, que recebeu o nome de Associação Politécnica de Jaraguá do Sul (APOLITEC). Sua finalidade é ser mantenedora do Centro Politécnico. Esta entidade foi fundada em março de 1998. (Anexo 2).

---

<sup>20</sup> Estas informações constam do documento ETFSC. **Projeto do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul.** Florianópolis: ETFSC/APOLITEC, 1998, mimeo.

O Centro Politécnico de Jaraguá do Sul oferecerá cursos técnicos e tecnológicos. Os cursos técnicos atenderão a alunos que estejam cursando o ensino médio, nas redes pública ou privada, ou que já tenham concluído a educação básica. O cursos tecnológicos atenderão somente àqueles que já tenham concluído a educação básica.

A infra estrutura do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul - prédio e laboratórios - será construída com recursos liberados pelo PROEP.<sup>21</sup> Cabe à APOLITEC a responsabilidade, na condição de mantenedora, de mobilizar os recursos necessários para a manutenção e busca de novos investimentos, que podem ser com recursos privados ou públicos. Está prevista para o primeiro semestre de 2001 a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros aprovados.

Uma das características desse modelo de instituição educacional – *escola do segmento comunitário* – refere-se à sua estrutura curricular. Ela deverá submeter-se às diretrizes curriculares nacionais para educação profissional aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

No tocante à estrutura de gestão escolar do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul o projeto encaminhado ao PROEP enfatiza a transparência na gestão financeira, a produtividade/qualidade e a flexibilização da rotina.

Uma vez instalado, o Centro Politécnico deve assumir 10% (dez por cento) dos alunos que freqüentarem os cursos oferecidos pela instituição, de forma pública e gratuita. Os demais alunos deverão pagar mensalidade, podendo receber bolsas de estudos parciais, no mínimo de 30% do valor da mensalidade, desde que estejam dentro do limite dos 50% do custeio que a mantenedora é obrigada a arcar.

A seleção dos alunos com direito a essas bolsas, integral ou parcial, será feita a partir do perfil sócio-econômico dos candidatos inscritos e aprovados no teste de seleção dos cursos oferecidos, tendo por base os critérios estabelecidos pela APOLITEC.

---

<sup>21</sup> Para este fim foram destinados R\$ 1.997.830 ,29. Dado constante da página do PROEP/MEC <<http://www.mec.gov.br/semtec/proep/RelProj>>.

Será de responsabilidade das empresas, sócias contribuintes da APOLITEC, o custeio de 50% (cinquenta por cento) do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul.

Os funcionários e docentes necessários para a expansão das ofertas de cursos e vagas do Centro Politécnico serão contratados pela APOLITEC, sob regime da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas.

O Centro Politécnico absorverá os cursos de Eletromecânica e Têxtil oferecidos de forma gratuita, pela Unidade da ETFSC em Jaraguá do Sul, além do curso de Informática, oferecido pela Fundação de Ensino Técnico de Santa Catarina (FETESC) vinculada à ETFSC, cujos alunos já pagam mensalidade.

Coube ao MEC, como contrapartida, disponibilizar ao Centro Politécnico de Jaraguá do Sul 30 (trinta) professores efetivos e/ou de contrato temporário, 02 (dois) servidores técnico-administrativos efetivos e 05 (cinco) cargos comissionados pertencentes ao quadro permanente do pessoal da ETFSC, como está escrito no documento Projeto do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul: “Os concursos para suprimento do quadro de pessoal permanente em caráter temporário para suprir a dotação colocada à disposição do Centro Politécnico pela ETFSC serão gerenciados por ela e com verbas do orçamento da ETFSC”. (ETFSC, 1998, mimeo).

Outras questões<sup>22</sup> são acordadas no documento-base (*carta-consulta*) do projeto do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul enviado ao MEC, para que se efetivasse a aprovação e liberação dos recursos financeiros pelo PROEP, quais sejam:

- 1) as verbas de custeio, recebidas através de parceria ou de convênios a serem firmados com a ETFSC, serão repassadas integralmente aos alunos, proporcionalmente aos gastos efetuados pelos mesmos, mediante redução de suas mensalidades;

---

<sup>22</sup> ETFSC. **Projeto do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul**. Florianópolis: ETFSC/APOLITEC, 1998, mimeo.

- 2) os alunos atuais, matriculados na Unidade da ETFSC em Jaraguá do Sul, continuarão subordinados ao Regimento Interno da ETFSC, mesmo quando da transferência para o Centro Politécnico;
- 3) os alunos que ingressarem após a incorporação da Unidade de Ensino da ETFSC ao Centro Politécnico, estarão sujeitos ao Regimento Interno deste, extinguindo-se desta forma, o ingresso através de seleção pública da ETFSC;
- 4) no período de transição, até a conclusão dos cursos existentes, os custos referentes a esses alunos continuarão sendo repassados pela ETFSC;
- 5) a Associação Politécnica de Jaraguá do Sul, mantenedora do Centro Politécnico, compromete-se conceder bolsas de estudo a, pelo menos 60% (sessenta por cento) das vagas oferecidas. Está prevista a implantação dos cursos de Construção Civil, Mecânica, Alimentação e Eletrônica, além dos já existentes: Eletromecânica, Têxtil e Informática.

A formatação do projeto encaminhado pela APOLITEC ao PROEP, chamado de *carta-consulta*, segue formulários padrões e devem ser preenchidos por todas as entidades privadas de ensino, sejam elas de caráter comunitário, confessional ou filantrópica que desejem acessar os recursos do *PROEP linha comunitária*.

## 2.5 A transição da Unidade da ETFSC para o Centro Politécnico de Jaraguá do Sul

Em 1995, com a posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, inicia-se uma nova etapa na política pública de educação profissional que irá alterar os procedimentos adotados até então pelo MEC, quanto à expansão institucional da rede de educação profissional.

A política pública de educação profissional adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso será, num primeiro momento (de 1995 a 1997), marcada pela dubiedade.

No governo Sarney, adotara-se um política de expansão da rede federal de educação profissional, através das Unidades de Ensino Descentralizadas vinculadas às Escolas Técnicas Federais. Com a posse de Fernando Collor de Mello e, posteriormente, com Itamar Franco, esta política de expansão sofrerá um refluxo.

A partir de 1995, a nova equipe de governo procura retirar do Estado o papel de executor da política de educação profissional, cabendo a ele tão somente o papel de provedor de fundos para cobrir “imperfeições” do mercado, regulamentar o mercado de formação profissional, fixar as políticas de financiamentos, auditar custos e avaliar resultados da educação profissional. Porém, entre a formulação programática e a sua execução há um longo caminho a percorrer. Dessa forma, viveu-se entre 1995 e 1997 iniciativas que iam de encontro às políticas de expansão da oferta de educação profissional, tanto via setor público estatal, quanto via *setor público não-estatal*. A partir de 1997, com a reforma da educação profissional, tal dubiedade desapareceria.

Esta dubiedade da política pública de educação profissional, entre 1995 e 1997, foi responsável pelas dificuldades enfrentadas pela ETFSC quanto à implantação definitiva da UnED/JS. As Unidades de Ensino Descentralizadas que não tinham sua situação de direito regularizada (criadas por lei e com quadro próprio de pessoal permanente) ficaram em “banho-maria”.

Conforme relata a professora Soni:

quando houve a mudança de governo, a política também mudou, no sentido da expansão do ensino técnico. A Medida Provisória em relação à educação técnica negou a existência ou a continuidade da expansão do (tradicional) ensino técnico no Brasil (...) também negou-se todas as instituições que não tinham sido criadas por lei, (...) eu quero crer que foi o afogadilho do interesse político do final do governo passado, anterior a Fernando Henrique Cardoso, que na realidade dificultou a criação da Unidade de Jaraguá do Sul. Não houve uma percepção, uma visão de futuro do próprio diretor da ETFSC (...) em perceber que não se criava Escola

Técnica com portaria de autorização de curso, mas sim com lei. Mas não havia lei do quadro da escola, nem da instituição Unidade de JS e isso, na realidade, foi o que aconteceu. Quando mudou o governo, mudou a política e passou-se ‘uma borracha’, vamos dizer assim. Por isso, eu coloquei na questão anterior que o governo realmente ‘puxou o tapete’, tanto dos empresários de Jaraguá do Sul, dos setores sociais envolvidos e interessados na Unidade da ETFSC em Jaraguá do Sul, quanto da própria direção da escola que se viu com o ‘pincel na mão e sem escada’. (INFORMAÇÃO VERBAL, Anexo 15).

Os recursos financeiros para construção do prédio definitivo e dos laboratórios da UnED/JS na ordem de US\$ 2.000.000,00 nunca vieram. Este fato, obrigou a ETFSC ir administrando a crise de implantação da UnED/JS, utilizando o prédio provisório e reformando-o quando necessário. Coube à Direção Geral da ETFSC a responsabilidade de assumir o custeio de mais uma Unidade, sem qualquer previsão orçamentária.

Sobre essa responsabilidade assumida pela ETFSC, a professora Soni de Carvalho responde:

Não é nem assumir, é que não tinha mais retorno. Primeiro, porque o prédio já era da escola, já existia aluno matriculado e um processo em andamento. Como educadora, me perguntei: tem como abandonar esta estrutura? Tem como abandonar estes alunos? Não. Então qual foi a alternativa de gerenciamento assumida pela direção da escola? Foi tentar buscar, dentro do possível, convênio para UnED/JS, convênio que ajudasse a manter Jaraguá do Sul e manter sim com o custeio da ETFSC e não só o custeio mas recursos humanos também. Em 1995, houve uma distribuição de vagas e por força de uma luta muito árdua nós conseguimos crescer um projeto de lei de distribuição de vagas docentes, nós conseguimos 45 vagas a mais no quadro da escola exatamente no sentido de poder fazer frente às necessidades de Jaraguá e Joinville, mas estas vagas vieram para a Unidade Sede da ETFSC. Nós sabíamos que elas vinham com endereço certo que era alocar em Jaraguá e Joinville até porque começava a criar um compromisso maior do governo federal com o que ele tinha estabelecido anteriormente em 1994. O que não poderíamos aceitar é que ele (governo federal) abandonasse literalmente a Unidade de Jaraguá do Sul como se não fosse responsável pelo caos que ele mesmo estabeleceu em Santa Catarina e em outros estados. (INFORMAÇÃO VERBAL, Anexo 15).

Observa-se, pelos relatos das entrevistas, que jamais houve a desmobilização do setor empresarial de Jaraguá do Sul quanto à implantação definitiva da Unidade da ETFSC em Jaraguá do Sul. Mesmo assim, essa mobilização não conseguiu arrancar do governo federal as verbas necessárias.

A dificuldade entre um governo que, teoricamente, representava a burguesia local e, ao mesmo tempo, lhe negava uma reivindicação mostra que, mesmo tendo o Estado um caráter

de classe, as contradições entre as diversas frações da classe dominante se movem em meio a conflitos de interesses ou discordâncias com as políticas públicas adotadas pelo Estado.

Somente com o surgimento do PROEP *linha comunitária*, em 1998, é que será atendida a reivindicação da Direção Geral da ETFSC, dos empresários locais, dos estudantes e dos educadores da UnED/JS: a construção definitiva dos laboratórios e do prédio da Unidade no terreno doado pelo município.

A “solução” encontrada para receber os recursos, porém, trouxe uma novidade para todos: os recursos financeiros viriam para construção de uma *escola comunitária* – o Centro Politécnico de Jaraguá do Sul –, não mais para consolidar a Unidade da ETFSC em Jaraguá do Sul.

O Diretor de Ensino da ETFSC, na época responsável pela elaboração do projeto para o PROEP, professor Wilson B. Zapelini, assim descreve a situação:

A intenção dos empresários e dos políticos de Jaraguá do Sul era que a escola técnica lá, fosse instituída como *segmento federal*, tanto é que na época não se tinha nem presente no próprio governo a intenção de uma *escola de segmento comunitário*, não se pensava nesta proposta nem se tinha recurso. Para Jaraguá do Sul, o interesse era que a escola fosse construída e mantida pelo governo federal. Essa foi sempre uma opinião, uma definição de toda a classe de lá, a empresarial e os políticos pensavam desta forma. Todavia, como não havia essa possibilidade de obtenção de recursos para construção e para manutenção da escola o governo acenou com recursos do PROEP da *linha comunitária*. Tanto é que o ministro Paulo Renato sempre cita que o Prefeito de Jaraguá do Sul (obs.: nesta época é prefeito o Sr. Geraldo Werninghaus um dos fundadores da WEG), junto com o Décio, ‘forçaram a barra’, eles queriam que fosse construído. Então o Paulo Renato comprometeu-se em construir uma escola em Jaraguá do Sul, mas com financiamento federal, aliás, recursos que ia buscar do PROEP, que seria do BID, do governo federal via MEC/FAT. Eu já vi o ministro falando uma, ou duas vezes, de Jaraguá do Sul como exemplo de escola que o governo iria construir, iria equipar, mas que não iria manter. Quem iria manter seria a própria comunidade. Mas, logicamente, não se tinha idéia, não se tinha clareza disso, os próprios empresários (...) isso não existe no país, nenhuma instituição com esta característica de administração. Sabe-se que tem em outros países, como os Estados Unidos, mas no Brasil não tinha. Logicamente, o interesse deles era que fosse construída, equipada e depois a manutenção era um outro processo que iria se discutir à parte. Logicamente se pensava que ia ser mantido pelo *segmento federal*. Aí, iniciaram-se as discussões para se elaborar o Projeto, mas sempre tendo em mente a perspectiva de que a escola iria ser do *segmento federal*, que a ETFSC inclusive iria ceder os professores – trinta professores e dois técnicos administrativos – a partir disto, tinha-se clareza que não iria ser do *segmento comunitário*. Então, foi encaminhado o projeto, que ficou algum tempo sem ser analisado. Quando ele foi efetivamente para análise, eles mandaram de volta porque o projeto estava todo “errado”. O projeto tinha sido elaborado como



*escola de segmento federal* e ele deveria ser elaborado como *escola de segmento comunitário*. Então, foi um trabalho enorme. Foram praticamente dois projetos que foram feitos para lá, com enfoques diferentes. Mas, houve a restrição da própria comunidade, que queria que a escola fosse do *segmento federal* e não do *segmento comunitário*. Parece-me que a coisa ficou um tanto confusa no processo de discussão com o governo federal, com os representantes do empresariado, a Prefeitura Municipal e a Escola Técnica. Essa articulação parece que não ficou muito bem elaborada: uns estavam entendendo que era uma coisa e, outros estavam entendendo que era outra. Houve uma complicação, foi um processo bastante difícil de ser levado à frente pela oposição que tinha a comunidade, especialmente os professores. Os próprios alunos não aceitavam essa condição de ser uma escola que hoje teria a condição de *segmento federal* e amanhã de *segmento comunitário*. Hoje, os alunos não pagam mensalidade, mas, no futuro, ou quando estivesse construída, estariam pagando um certo valor. Isso foi bastante problemático, muito confuso para se chegar a um termo e poder levar à frente o projeto. (INFORMAÇÃO VERBAL, Anexo 15).

Esta longa citação faz-se necessária para que se possam explicitar contradições do processo de constituição do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul.

Nesse momento, dois atores sociais surgem de forma organizada, qual seja, os educadores, cujo vínculo de trabalho com a ETFSC os tornavam servidores federais e os alunos que ingressaram na UnED/JS, através de teste de seleção pública, para cursarem gratuitamente os cursos oferecidos.

Tanto para os educadores, quanto para os estudantes da UnED/JS, a “solução” encontrada (criação do Centro Politécnico) coloca-lhes uma nova situação: como se daria a transição de uma escola pública, gratuita e estatal para uma *escola do segmento comunitário*, ou seja, uma instituição do *setor público não-estatal*, cuja gratuidade ficaria (e ficará) na dependência das regras a serem estabelecidas pela mantenedora – Associação Politécnica de Jaraguá do Sul?

Ao ser inquirido sobre a participação dos professores nessas discussões, assim respondeu o professor Edilson Tarachucki, diretor da UnED/JS:

eles têm uma apreensão muito grande, eles são funcionários, são professores efetivos da ETFSC e serão colocados à disposição de uma instituição privada. Na verdade, terá um processo administrativo completamente diferente da Escola Técnica federal. A questão da autonomia e da prática docente deles também é uma preocupação. Vai haver uma continuidade ou uma ruptura? Vamos entrar numa nova sistemática? É lógico que tem aí toda uma tradição da ETFSC, o próprio processo da reforma veio

reforçar nossa posição de referência com relação à educação técnica profissional - 90 anos não são 9 dias, nem 9 semanas - e tem também, o respaldo que já adquirimos junto a comunidade em relação à qualidade da formação profissional dos nossos técnicos. ... O que o setores de recursos humanos das empresas nos trazem é que a qualidade do técnico formado pela UnED/JS ETFSC, apesar de todas dificuldades apresentadas, ainda é um técnico de topo de linha da formação profissional, quer dizer, eles estão recebendo um técnico com surpresa, pela capacidade que o indivíduo tem de criação, de envolvimento, de participação dentro do processo.

Então isto tranquiliza os professores porque eles sabem que o trabalho que está se desenvolvendo é um trabalho bom, e que isto não pode ser descartado. (INFORMAÇÃO VERBAL, Anexo 15).

É interessante observar que o acesso aos recursos do PROEP - *segmento comunitário* - foi dificultado pelo fato de o Programa exigir que não houvesse duplicação de esforços na região, ou seja, não seria possível construir uma *escola comunitária* que oferecesse os mesmos cursos que a UnED/JS da ETFSC já oferecia. Logo, a UnED/JS e o Centro Politécnico não poderiam ser duas instituições distintas.

A exigência do MEC para liberar os recursos para Jaraguá do Sul, especificamente para o Centro Politécnico, era a incorporação da Unidade da ETFSC à *escola comunitária*.

Essa exigência forçada do MEC só foi possível pelo fato de a UnED/JS não ser, juridicamente uma Unidade da ETFSC. A UnED/JS foi autorizada a funcionar através de portaria e não por lei. Assim não tinha o seu próprio quadro permanente de pessoal o que dificultava por parte da Direção Geral da ETFSC a obtenção de recursos para a Unidade.

Por outro lado, não era possível ao MEC desconhecer a existência de fato da UnED/JS, principalmente porque no ano de 1998, formou-se a primeira turma com grande repercussão social na cidade.

Os empresários locais ao perceberem que a possibilidade de constituição de uma Unidade da ETFSC em Jaraguá do Sul, de direito e de fato, era cada vez mais remota buscaram acessar os recursos do PROEP - *segmento comunitário* - por iniciativa própria. Porém, seu intento foi frustrado porque já existia a UnED/JS. A “solução” teve que ser

negociada entre a ETFSC e a mantenedora do Centro Politécnico - Associação Politécnica de Jaraguá do Sul. (Anexo 14).

Encontra-se nisso a singularidade do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul, qual seja, ser a única experiência do *segmento comunitário* do PROEP que tem uma instituição federal de educação profissional participando de sua gestão e de seu projeto político pedagógico.

Como foi visto anteriormente, para acessar os recursos do PROEP - *linha comunitária* - a entidade mantenedora (APOLITEC) deve cumprir os critérios adotados pelo Programa. Caso não os cumpra, o projeto (*carta-consulta*) encaminhado ao MEC será automaticamente rejeitado pela comissão técnica responsável. Boa parte das entidades que encaminham a *carta-consulta* ao MEC tem seus projetos reprovados, pois não atendem aos pré-requisitos de capacidade de autogestão administrativa, autonomia financeira e capacidade de ofertar, pelo menos, 50% das vagas de forma gratuita e universal.

Uma observação importante é que o compromisso de manutenção de 50% das vagas oferecidas mediante bolsas de estudo, consta do estatuto da mantenedora.

A APOLITEC ao aprovar o projeto do Centro Politécnico o fez sob determinadas condições já transcritas no item anterior.

O estatuto da entidade mantenedora permite associar-se à APOLITEC pessoas físicas ou jurídicas (Anexo 2). O quadro social da entidade é composto por três categorias de associados: a) sócios co-mantenedores; b) sócios contribuintes e c) sócios honorários. Os sócios a) e c) são admitidos através de Assembléia Geral. Os sócios contribuintes devem encaminhar proposta para a presidência para ser aceito.

Somente os sócios co-mantenedores que promoveram e assinaram os atos constitutivos da APOLITEC, neste caso, os sindicatos patronais, a FERJ e a Prefeitura Municipal, têm o direito de tomar parte de todas as discussões e deliberações da APOLITEC. Outras entidades poderão adquirir essa condição desde que comprometam-se a cooperar de “maneira

substancial” para a realização dos objetivos sociais da APOLITEC. A Escola Técnica Federal de Santa Catarina na condição de autarquia federal foi incluída como sócia co-mantenedora.

O Centro Politécnico de Jaraguá do Sul é compreendido como instituição integrante da APOLITEC. O artigo 36 do estatuto da APOLITEC prevê a possibilidade de existir convênio do Centro Politécnico com a ETFSC para implantação de cursos, administração didático-pedagógica e atividades docentes através de cessão de professores e funcionários.

Como se vê, a APOLITEC é parte da institucionalização do Centro Politécnico. Portanto este conjunto – mantenedora + instituição de educação profissional – configura o contorno da institucionalização de uma política pública de educação profissional na região do Vale do Itapocú.

A condição em que se dá a institucionalização de uma *escola comunitária* de educação profissional financiada pelo PROEP é fruto da correlação de forças entre os diversos agentes políticos e sociais que intervêm na realidade local, de suas concepções teóricas (consciente ou não) e da história do município.

O espaço local (município) e as relações sociais que se estabelecem nesse espaço adquirem dimensões relevantes quando se trata de criar *escolas comunitárias* (organizações sociais), compreendidas como a materialização institucional do *setor público não-estatal* na área educacional. Principalmente porque coloca-se sob “gestão” da sociedade civil um serviço público essencial como é a profissionalização de jovens e adultos.

O funcionamento efetivo do Centro Politécnico só se dará no ano 2002. No presente momento encontra-se em fase de licitação para construção do prédio e da compra dos equipamentos para os laboratórios. Porém, o projeto aprovado pelo MEC já aponta os contornos do processo de transição.

Quanto ao *processo de transição* da UnED/JS para o Centro Politécnico, algumas questões são levantadas pelos professores, conforme demonstra o depoimento do professor Edilson, diretor da Unidade de Ensino:

na verdade hoje não existe nenhuma discussão com relação ao regimento do Centro Politécnico. Não existe nenhuma discussão sobre as estratégias a serem adotadas, sobre as metodologias e a organização didática do Centro Politécnico.

Nós esperamos que seja, até para não causar traumas, e pela tradição da Escola Técnica, que seja adotado o nosso regimento e organização didática, talvez com algumas adaptações (...) têm algumas coisas do regimento e da organização didática que são bem características de uma autarquia federal, guardadas essas peculiaridades que vão ter que surgir dentro da organização didática e dentro do regimento interno, nós gostaríamos que a metodologia de trabalho dentro do Centro Politécnico fosse a mesma que adotamos dentro da ETFSC. Na verdade, essa é a maior angústia dos professores, quer dizer, de não ter esse planejamento, essa discussão prévia a respeito do funcionamento do Centro Politécnico, independentemente, de se ele vai surgir, daqui a seis meses, daqui a um ano, daqui a duas semanas, isto independe, mas que todo mundo tenha consciência e saiba exatamente o que é que vai acontecer dentro do Centro Politécnico.

Não tendo essa discussão prévia das políticas de funcionamento dentro do Centro Politécnico, você começa a fazer uma série de divagações que às vezes, são infundadas, sem base, sem fundamentação, mas que acabam gerando um certo desconforto para aqueles que já trabalham na UnED/JS: os professores efetivos, os técnicos administrativos (...) Eu estou vendo hoje que o principal problema na implantação do Centro Politécnico é essa aproximação entre a UnED/JS com a APOLITEC para discutir como a coisa vai funcionar. Já tivemos iniciativa em chamar o presidente da APOLITEC para colocar quais são as aspirações deles, como eles estão vendo essa transição (...) e saber quais são as aspirações de cada um, para começar a engajar todos (...). (INFORMAÇÃO VERBAL, Anexo 15).

As preocupações levantadas pelos professores sobre o processo de transição da UnED/JS para Centro Politécnico, são marcadas por questões internas – regimento interno e organização didática. Tais questões são importantes no processo de transição e certamente marcaram o cotidiano da instituição.

A tarefa que se coloca neste momento, contudo, é pensar como este *redesenho institucional*, centrado no *setor público não-estatal* pode ou não atender a uma demanda social de profissionalização de jovens e trabalhadores no município de Jaraguá do Sul e região. E mais, como esta experiência garante, ou não, o caráter público do Centro Politécnico?

Pensar esse *redesenho institucional* e o caráter público do Centro Politécnico exige, neste momento, uma reflexão de maior fôlego sobre: a relação entre público e privado e o caráter das transformações contemporâneas do capitalismo.

Busca-se nos próximos dois capítulos dar conta dessas reflexões, para que nas considerações finais possam ser apontados os limites e possibilidades da experiência do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul.

## CAPÍTULO 3

### O PÚBLICO E O PRIVADO NA CONSTITUIÇÃO DO CENTRO POLITÉCNICO DE JARAGUÁ DO SUL

A expressão *economia política* é curiosa. Com efeito, a palavra *economia* vem do grego, *oikonomia* composta de dois vocábulos, *oikos* e *nomos*. *Oikos* é a casa ou família, entendida como unidade de produção (agricultura, pastoreio, edificações, artesanato, trocas de bens entre famílias ou trocas de bens por moeda, etc.). *Nomos* significa regra, acordo convencionado entre seres humanos e por eles respeitado nas relações sociais. *Oikonomia* é, portanto, o conjunto de normas de administração da propriedade patrimonial ou privada, dirigida pelo chefe de família, o *despotes*.

Vimos que os gregos inventaram a política porque separam o espaço privado – a *oikonomia* – e o espaço público das leis e do direito – a *polis*. Como, então, falar em “economia política”? Os dois termos não se excluem reciprocamente?

A crítica da economia política consiste, justamente, em mostrar que, apesar das afirmações grego-romanas e liberais de separação entre a esfera privada da propriedade e a esfera pública do poder, a política jamais conseguiu realizar a diferença entre ambas. (Marilena Chauí).

O Centro Politécnico de Jaraguá do Sul uma *escola do segmento comunitário*, financiada pelo Programa de Expansão da Educação Profissional –PROEP –, guarda coerência com o projeto de Reforma do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso, como demonstrado anteriormente no texto.

A reforma do Estado no Brasil, iniciada na última década do século XX, mais do que uma solução técnica é, fundamentalmente, uma resposta política à crise do regime de acumulação do sistema capitalista no último quartel do século XX..

Claro está que uma solução técnica pode ser também política, uma vez que não é neutra. Mas cabe aqui ressaltar que a reforma do Estado pauta questões fundamentais como: a relação do público e privado, o papel do Estado e a relação do Estado/sociedade civil.

As três questões acima levantadas serão aqui abordadas com a finalidade de ressaltar algumas dimensões da atual política pública de educação profissional, em especial o seu *redesenho institucional*.

Bresser Pereira (1999, p. 7) identifica alguns consensos básicos em torno da reforma do Estado. Um deles é: “Outro consenso básico é que, para tais fins (*renovar a própria institucionalidade do Estado*), é preciso não só que o aparato do Estado se torne realmente público, mas também que o espaço público não se esgote no estatal”.

O consenso fica por conta do autor, mas não há dúvida de que ele pauta um importante debate acerca da concepção do que seja público nos dias atuais:

Orienta a construção desta obra precisamente a consciência de que é necessário reconceitualizar o público, para propiciar assim a sua revalorização e, inclusive, a sua delimitação com referência ao âmbito do privado. Nesses aspectos, a ênfase está colocada no público não-estatal, reconhecido em sua dupla dimensão como controle social e como forma de propriedade. (BRESSER PEREIRA, 1999, p. 7).

Cabe lembrar que Bresser Pereira assumiu, como Ministro de Estado, o comando da reforma administrativa no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A partir dessa condição, ele articulou um coletivo de intelectuais orgânicos necessários para formular propostas que respondessem pela reforma do Estado. *Reconceituar* o público, como pretende o Ministro, pressupõe o resgate de um debate clássico da relação público/privado.

Bobbio (1987) trata da relação público/privado como conceitos dicotômicos. Essa dicotomia público/privado, para o autor, tem dois significados: um descritivo e outro valorativo. Diz ele:



Como se trata de dois termos que no uso descritivo comum passam a ser contraditórios, no sentido de que no universo por ambos delimitado um ente não pode ser simultaneamente público e privado, e sequer nem público nem privado, também o significado valorativo de um tende a ser oposto ao do outro, no sentido de que, quando é atribuído um significado valorativo positivo ao primeiro, o segundo adquire um significado valorativo negativo, e vice-versa. Daí derivam duas concepções de relação público e privado, que podem ser definidas como a do primado do privado sobre o público, a primeira, e a do primado do público sobre o privado, a segunda. (BOBBIO, 1987, p. 20).

Para Bobbio (1987), o público e o privado não podem ser pensados separadamente uma vez que os dois conceitos se condicionam reciprocamente:

na linguagem jurídica, a escritura pública remete imediatamente por contraste à escritura privada e vice-versa; na linguagem comum, o interesse público determina-se imediatamente em relação e em contraste com o interesse privado e vice-versa. Enfim, no interior do espaço que os dois termos delimitam, a partir do momento em que este espaço é totalmente ocupado (*tertium nom datur*), eles por sua vez se delimitam reciprocamente, no sentido de que a esfera do público chega até onde começa a esfera do privado e vice-versa. (BOBBIO, 1987, p. 14).

O espaço do público e do privado e seus respectivos valores, ou seja, a primazia que se dá a um, ou outro, é uma construção histórica. Não se pode, porém, perder de vista o caráter dicotômico dessa relação.

Conceber a relação público/privado como construção histórica torna-se uma questão *sine qua non* para compreender tal fenômeno.

Habermas (1984, p. 13)) assim a define:

Concebemos a “esfera pública burguesa” como uma categoria típica de época; ela não pode ser retirada do inconfundível histórico do desenvolvimento dessa “sociedade burguesa” nascida no outono da Idade Média européia para, em seguida, ao generalizá-la num ideal-tipo, transferi-la a constelações formalmente iguais de situações históricas quaisquer.

O conceito público e privado também tem sua historicidade. Segundo Habermas (1984, p. 15-16):

Tratam-se de categorias de origem grega que nos foram transmitidas em sua versão romana. Na cidade-estado grega desenvolvida, a esfera da *pólis* que é comum aos cidadãos livres (*koiné*) é rigorosamente separada da esfera do *oikos*, que é particular a cada indivíduo (*idia*). A vida pública, *bios politikos*, não é, no entanto, restrita a um local: o caráter público constitui-se na conversação (*lexis*), que também pode assumir a forma de conselho e de tribunal, bem como a de *práxis* comunitária (*práxi*), seja na guerra, seja nos jogos guerreiros. (Para legislar, com frequência são

chamados estrangeiros; legislar não pertence aí propriamente às tarefas públicas.). A ordenação política baseia-se, como se sabe, na economia escravagista em forma patrimonial. Os cidadãos estão efetivamente dispensados do trabalho produtivo, a participação na vida pública depende, porém de sua autonomia como senhores da casa (*oikos*). [...] A posição na *pólis* baseia-se, portanto, na posição de déspota doméstico: sob o abrigo de sua dominação, faz-se a reprodução da vida, o trabalho dos escravos, o serviço das mulheres, transcorrem o nascimento e a morte; o reino da necessidade e da transitoriedade permanece mergulhado nas sombras da esfera privada. Contraposta a ela, destaca-se a esfera pública – e isso era mais que evidente para os gregos – como um reino da liberdade e da continuidade. Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos.

Este arcabouço ideológico da sociedade helênica tem continuidade ao longo dos séculos, com menor ou maior afinidade, e é visível a sua influência na estruturação da esfera pública a partir do surgimento do Estado moderno burguês.

Habermas, já na década de 60 do século XX, reconhece, ao analisar a realidade alemã, uma diluição dos fundamentos da esfera pública como *res pública* :

tendências à decadência da esfera pública não se deixam desconhecer: enquanto a sua esfera se amplia cada vez mais grandiosamente, a sua função passa a ter cada vez menos força. Ela é, evidentemente, algo mais e outra coisa do que um fragmento da ideologia liberal de que a social-democracia pudesse desfazer-se sem prejuízos. Caso seja possível entender historicamente, em sua estrutura, a complexidade do que hoje, de um modo tanto confuso, subsumimos sob o título de ‘esfera pública’, podemos então esperar, além de uma explicação sociológica do conceito, conseguir entender sistematicamente a nossa própria sociedade a partir de uma de suas categorias centrais. (HABERMAS, 1984, p. 17).

O autor está refletindo uma realidade em que o *welfare state* é um fato. No Brasil, as reflexões sobre público/privado tomam outras dimensões. Porém, continua a ser um debate importante, em que os atores sociais deverão necessariamente se posicionar.

O debate público/privado adquire complexidade quando se admite que o que é estatal é, em princípio, público, porém, o que é público pode não ser estatal se não fizer parte das atividades essenciais do Estado.

E é justamente a partir dessa formulação, da possibilidade de existência do *setor público não-estatal*, que Bresser Pereira reivindica originalidade quanto a reforma do Estado.

Conforme sua concepção:

Uma das inovações fundamentais se vincula com a importância que crescentemente adquirem as formas de propriedade e de controle social públicos não-estatais, de modo que é possível presumir que o século XXI será o século em que o público não-estatal poderá constituir-se numa dimensão chave da vida social.

Referir-se ao público não-estatal poderia ser um contra-senso para aqueles que circunscrevem o público estritamente ao Estado. Também pode sê-lo para os que assumem que o que não é estatal é necessariamente privado e, como tal, sujeito ao âmbito da soberania pessoal e das regulações do mercado. Uns e outros, no entanto, representam as posições radicais que marcaram as discussões dos últimos dois terços do século XX, ao atribuir ao Estado ou ao mercado o papel de organizador exclusivo da vida social. (BRESSER PEREIRA, 1999, p. 16-19).

Ora, se o *setor público não-estatal* irá, ou não, constituir-se numa dimensão chave da vida social no século XXI é uma questão que se coloca no âmbito da especulação. A questão chave a ser respondida é: qual materialidade determina o *redesenho institucional* da relação entre a esfera do público e do privado e como esse *redesenho institucional* da superestrutura da sociedade preserva a distinção entre o público e o privado.

Como afirma Marilena Chauí na epígrafe deste capítulo, até o momento, as teorias liberais do Estado não conseguiram equacionar a separação entre a esfera privada da propriedade de esfera pública do poder.

O contra-senso não está no conceito de *público não-estatal*, mas na forma como a teoria liberal de Estado, que fundamenta a reforma de Estado do atual governo, trata o papel do Estado na sociedade capitalista.

Carnoy (1994, p. 11), analisando as teorias sobre o Estado diz:

Eu sustento que essas diferenças entre concepções gerais da teoria do Estado e as diferenças internas de cada uma são a base para a compreensão das diferentes estratégias político-econômicas de mudança e controle sociais nas sociedades capitalistas avançadas e no Terceiro Mundo. As teorias do Estado são, pois, teorias de política.

Torres (1994, p. 111)), resgatando a importância para a educação do debate sobre a teoria do Estado, diz:

Em resumo, o Estado, como pacto de dominação e como sistema administrativo auto-regulado, exerce um papel central como mediador no contexto da crise do capitalismo, especialmente nas contradições entre acumulação e legitimação. A discussão sobre a teoria do Estado tem importância fundamental para a educação, não somente porque as definições de quais são os problemas educacionais e suas soluções dependem em grande parte das teorias do Estado que justificam (e subjazem) ao diagnóstico e à solução, como também porque as novas modalidades de ação estatal, muitas vezes definidas como Estado neoliberal, refletem uma mudança significativa na lógica da ação pública do Estado na América Latina. Por sua vez, esta mudança no caráter do Estado pode refletir também novas visões da natureza e alcance do pacto democrático, e também das características que deve ter a educação e a política educacional na globalização mundial do capitalismo.

No âmbito da educação profissional convive-se com formulações de diversos agentes sociais – trabalhadores, empresários, jovens e educadores. A possibilidade de um pacto democrático, em torno de uma política pública de educação profissional, pressupõe um diálogo entre esses agentes e o governo em que as diferentes estratégias político-econômicas, que explicita ou implicitamente traduzem uma concepção do papel do Estado, possam se expressar.

Uma dimensão importante do debate sobre o papel do Estado é a questão do controle social da *res pública*.

A experiência do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul concebido como pertencente ao *setor público não-estatal* traz subjacente o debate do controle social e da gestão da educação profissional por parte da sociedade civil.

Mas o que é a sociedade ou sociedade civil? Qual a historicidade desse conceito?

O conceito sociedade civil normalmente aparece em contraposição ao Estado, porém indissoluvelmente ligado a este. Essa contraposição tem suas razões históricas.

Marx, na condição de redator do jornal *Gazeta Renana*, publicado em Colônia (Alemanha) entre 1842/43, depara-se com uma série de debates – deliberação do Parlamento

Renano sobre roubo de madeiras e parcelamento da propriedade fundiária, polêmicas com o governador da província Renana sobre a situação dos camponeses do vale do Mosela; debate sobre o livre-comércio e proteção aduaneira - que irão obrigá-lo a posicionar-se politicamente. Ele confessa ter se colocado em apuros por ser obrigado a tomar parte do debate. Tal situação levou-o a fazer uma revisão crítica da filosofia do direito de Hegel, além de lhe dar motivo para ocupar-se de questões econômicas. Nascia aí, a primeira formulação sobre sociedade civil e Estado na tradição marxista. É Marx que afirma:

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil” (*bürgerliche Gesellschaft*), seguindo os ingleses e franceses do século XVII; mas que a anatomia da sociedade burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*), deve ser procurada na Economia Política. O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-se de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (MARX, 1999, p. 51-52).

Observa-se que para Marx a sociedade civil é o local em que se dá a relação entre os possuidores de mercadoria (relações materiais). Ela se identifica com o momento estrutural.

Bobbio (1982) vai identificar uma inovação na formulação de Gramsci em relação à tradição marxiana:

A sociedade civil, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura. (...)  
 Basta citar uma passagem fundamental de um dos textos mais importantes dos *Cadernos*: “ Podem ser fixados, por enquanto, dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado ‘sociedade civil’, ou seja, o conjunto de organismos habitualmente ditos privados, e o da sociedade política ou Estado. E eles correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda sociedade; e a do domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico” (...)  
 (...) a sociedade civil compreende, para Gramsci, não mais “todo o conjunto das relações materiais”, mas sim todo o conjunto das relações ideológico-culturais; não mais “todo o conjunto da vida comercial e industrial”, mas todo o conjunto das da vida espiritual e intelectual. (BOBBIO, 1982, p. 32-33).

As diferenças entre Marx e Gramsci, na conceituação da sociedade civil, têm implicações prático-políticas, em especial no que se refere à complexidade das relações entre estrutura econômica e a superestrutura ideológica. Gramsci, porém, “assume todos os pressupostos marxistas a respeito das origens materiais de classe e do papel da luta e da consciência de classe na transformação social”. (CARNOY, 1994, p. 90).

Gramsci, segundo Carnoy (1984, p.91),

ênfaticou de forma muito mais aguda que os teóricos precedentes o papel da superestrutura na perpetuação das classes e na prevenção do desenvolvimento da consciência de classe. (...) atribuiu ao Estado parte dessa função de promover um conceito (burguês) único da realidade e, conseqüentemente, emprestou ao Estado um papel mais extenso (ampliado) na perpetuação das classes.

Considerando que as instituições responsáveis pela educação profissional dos jovens e trabalhadores encontram-se no âmbito da reprodução da vida social e, portanto, da superestrutura ideológica, a qual inclui a sociedade civil, faz-se necessário compreender como Gramsci formula o conceito de hegemonia. Diz ele que:

O conceito gramsciano de hegemonia tem dois significados principais: o primeiro é um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante. A fração dirigente detém o poder e a capacidade para articular os interesses das outras frações (...)

O segundo é a relação entre as classes dominantes e as dominadas. A hegemonia compreende as tentativas bem sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal. (...) A hegemonia não é uma força coesiva. Ela é plena de contradições e sujeita ao conflito. (CARNOY, 1984, p. 95).

A visão gramsciana de Estado e de sociedade civil permite compreender a dinâmica social. Uma dinâmica marcada por interesses de classes que perpassam tanto o Estado quanto a sociedade civil.

Identifica-se nos documentos oficiais um alinhamento geral com a tradição liberal, que compreende o Estado e a sociedade civil como campo neutro de debate e propõe orientar as políticas públicas para assegurar o maior bem social para o maior número de pessoas, mascarando a condição de classe destas políticas públicas, do Estado e da sociedade civil.

A fragilidade das formulações dos documentos oficiais sobre o *setor público não-estatal* está exatamente em abstrair a realidade das lutas de classes.

Por outro lado, a força dos documentos oficiais, tanto da reforma do Estado, quanto da reforma da educação profissional, está no fato de “tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas”. (CHAUÍ, 1981).

Logo podemos claramente identificar nos documentos oficiais um discurso ideológico. Sobre a ideologia Chauí (1981, p. 114) afirma:

Na qualidade de corpo teórico e de conjunto de regras práticas, a ideologia possui uma coerência racional pela qual precisa pagar um preço. Esse preço é a existência de “brancos”, de “lacunas” ou de “silêncios” que nunca poderão ser preenchidos sob pena de destruir a coerência ideológica. O discurso ideológico é coerente e racional porque entre suas “partes” ou entre suas “frases” há “brancos” ou “vazios” responsáveis pela coerência. Assim, ela é coerente não *apesar* das lacunas, mas *por causa ou graças* às lacunas. Ela é coerente como ciência, como moral, como tecnologia, como filosofia, como religião, como pedagogia, como explicação e como ação apenas porque *não diz tudo e não pode dizer tudo*. Se dissesse tudo, se quebraria por dentro.

## CAPÍTULO 4

# O CARÁTER DAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO CAPITALISMO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Filho de imigrantes russos, casado na Argentina com uma pintora judia, casou-se pela segunda vez com uma princesa africana no México. Música hindú contrabandeada por ciganos poloneses faz sucesso no interior da Bolívia. Zebras africanas e cangurus australianos no zoológico de Londres. Múmias egípcias e artefatos incas no museu de Nova York. Lanternas japonesas e chicletes americanos nos bazares coreanos de São Paulo. Imagens de um vulcão nas Filipinas passam na rede de televisão em Moçambique. Armênios naturalizados no Chile procuram familiares na Etiópia. Casas pré-fabricadas canadenses feitas com madeira colombiana. Multinacionais japonesas instalam empresas em Hong Kong e produzem com matéria-prima brasileira para competir no mercado americano. Literatura grega adaptada para crianças chinesas da comunidade europeia. Relógios suíços falsificados no Paraguai, vendidos por camelôs no bairro mexicano de Los Angeles. Turista francesa fotografada semi-nua com o namorado árabe na baixada fluminense. Filmes italianos dublados em inglês com legenda em espanhol nos cinemas da Turquia. Pilhas americanas alimentam eletrodomésticos ingleses na Nova Guiné. Gasolina árabe alimenta automóveis na África do Sul. Crianças iraquianas fugidas da guerra não obtém visto no consulado americano do Egito para entrarem na Disneylândia (TITÃS).

A forma (*redesenho institucional*) e o conteúdo da educação profissional que está emergindo encontram justificativas nas transformações sociais e econômicas vividas hoje pelo sistema capitalista.

Os diagnósticos sobre realidade mundial e brasileira apresentados nos documentos oficiais do Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego e suas teses



acadêmicas (BRASIL, 1995; BRASIL, 1999b; KIRSCHENER, 1993) captam apenas a aparência das transformações do sistema capitalista de produção.

Essa debilidade teórica, ou seja, ficar na aparência do fenômeno, que aparece nos diagnósticos produzidos pelos documentos oficiais e que norteia as políticas públicas educacionais e de trabalho e renda é necessária às justificativas da acumulação do capital. O reconhecimento das transformações no mundo do trabalho desses diagnósticos não colocam em questão o modo de produzir e de distribuir a riqueza e nem podem fazê-lo.

Para apreender os limites e possibilidades do projeto do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul, faz-se necessário ir além dos diagnósticos produzidos pelos documentos oficiais que dão base às reformas da educação profissional e do Estado. É preciso identificar qual o caráter das transformações por que passa o capitalismo hoje.

Para o documento “Reconstruindo a institucionalidade da educação profissional no Brasil” do Ministério do Trabalho e Emprego, as transformações são assim caracterizadas:

A crise da antiga institucionalidade (da educação profissional) se explicita e se agudiza na confluência de novas tendências econômicas que marcam a economia e a sociedade brasileira (...) a partir dos anos 80, em múltiplas dimensões: economia, política, organização empresarial, trabalho e qualificação.

Economia.

(...) processo de globalização ou de internacionalização da ordem econômica vivido em escala mundial. As mudanças atingiram os padrões monetários, tecnológicos e de competição no mercado, explicitando o esgotamento do modelo protegido de substituição de importações, com elevado endividamento externo e interno. (...) como reflexo da crescente globalização e da inserção do País na economia mundial, novas regras e padrões de competitividade começaram a se propagar em escala cada vez mais ampla. Planos e políticas liberalizantes, ainda que mal saídos do papel, passam a configurar “ameaças”, mobilizando o setor produtivo em torno de novos conceitos, como qualidade e produtividade.

Empresa.

(...) Recessão, avanço das teses liberais, mobilização da sociedade civil – o peso combinado desses fatores vem atuando como pressões e estímulos à revisão de conceitos e práticas produtivas. (...) o setor produtivo começa a se reestruturar, portanto, em função da necessidade de ajuste a novas regras de competição internacional e ao novo perfil da demanda interna. “Qualidade”, “produtividade”, “competitividade”, “flexibilidade” tornam-se palavras-chave na economia, especialmente para empresas de ponta, da indústria, do comércio e serviços. (...) As mudanças rebatem, assim, nos métodos de produção, na gestão e na organização das empresas, nas relações e processos de trabalho e, diretamente, nos perfis de qualificação. (...)

Trabalho.

(...) a sociologia e a sociedade começaram a deparar com o fenômeno trabalho em facetas múltiplas, diversas, nem sempre facilmente identificáveis como tais. Tanto a sociologia como as instituições – inclusive, da área de educação - estavam preparadas para reconhecer e atuar em relação a um tipo bem definido de trabalho: formal, assalariado, masculino, industrial, metalúrgico. Isso era “trabalho”. Para isso havia necessidade de mecanismos de preparação. Em síntese, trabalho e emprego eram até então sinônimos. (BRASIL, 1999b, p. 11-13).

Esse documento é de suma importância no presente trabalho, por se tratar da série “avanço conceitual” do Ministério do Trabalho e Emprego e, portanto, voltado para a disputa das idéias. Tais formulações confirmam que os registros, embora reconhecendo as mudanças, não afirmam o que é essencial.

Conforme Harvey (1998, p. 7), o essencial está no fato de que “essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova”.

Considerando a tese de Harvey, cabe enumerar alguns traços fundamentais do caráter das transformações do sistema capitalista em suas múltiplas dimensões.

Para o fim a que se propõe esta dissertação, busca-se chamar a atenção sobre os aspectos que incidem diretamente no objeto de reflexão, qual seja, o *redesenho institucional* da educação profissional no Brasil.

O primeiro aspecto importante a ressaltar é a interação crescente entre Trabalho e Conhecimento Científico, dada a repercussão desta interação na educação profissional.

Constata-se cada vez mais uma redução do *trabalho vivo* – da dimensão variável do capital - no processo produtivo e um crescimento do *trabalho morto* – dimensão constante do capital. O conhecimento científico cumpre no processo produtivo um papel preciso: aumentar a produtividade do trabalho intensificando-se, assim, a extração do sobre-trabalho, em tempo cada vez mais reduzido.

Antunes (1999, p. 122) ao polemizar com Habermas sobre “a tese da transformação da ciência ‘na principal força produtiva’, em substituição ao valor-trabalho”, assim se posiciona:

Mesmo reconhecendo o hiperdimensionamento assumido pela ciência no mundo contemporâneo, o conhecimento social gerado pelo progresso científico tem seu objetivo *restringido* pela lógica da reprodução do capital. Impossibilitado de instaurar uma forma societal que *produza coisas úteis com base no tempo disponível*, resta à *cientificização da tecnologia* adequar-se ao *tempo necessário para produzir valores de troca*. A ausência de *independência* frente ao capital e seu ciclo reprodutivo a impede de romper essa lógica.

Prisioneira dessa base material, menos do que *cientificização da tecnologia* há, conforme sugere Mészáros, um processo de *tecnologização da ciência*.

Compreender essa materialidade do conhecimento científico passa ser importante para desfazer algumas ilusões quanto ao caráter emancipatório da educação tecnológica e profissional, pelo menos, enquanto prevalecer o sistema capitalista. O mesmo autor esclarece:

Ela (ciência) *interage* com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. *Não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca de seu mecanismo*. Essa interpenetração entre atividades laborativas e ciência associa e articula a *potência constituinte do trabalho vivo à potência constituída do conhecimento tecno-científico na produção de valores (materiais ou imateriais)*. O saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo produtivo contemporâneo sem que o primeiro ‘faça cair por terra’ o segundo. (ANTUNES, 1999, p. 123).

O segundo aspecto a ressaltar é a relação da qualificação com o processo de reestruturação produtiva em curso, no final de século XX e início do século XXI.

Duas importantes revisões bibliográficas<sup>23</sup> sobre a relação qualificação e reestruturação produtiva ajudam a apontar a fragilidade das formulações teóricas, nos documentos oficiais, que atribuem à reestruturação produtiva aspecto positivo quanto ao aumento da qualificação da força de trabalho.

---

<sup>23</sup> Ver Paiva (1989) e Shiroma & Campos (1997)

Os documentos oficiais sobre a reforma da educação profissional são bastante otimistas quanto à crescente exigência de qualificação da força de trabalho decorrente das transformações no mundo do trabalho de hoje.

Shiroma & Campos (1997), em suas considerações finais do balanço do debate sobre a relação qualificação-reestruturação produtiva, alertam que a capacidade explicativa dessa relação está em reconhecer as possibilidades históricas dos diversos contextos nacionais e, dentro de um país, os contextos regionais. Afirmam que:

Apesar do alerta, defrontamo-nos, no início dos anos 90, com uma avalanche homogeneizadora de pesquisas e documentos de organismos internacionais que prescreviam o urgente aumento de escolaridade e universalização das habilidades básicas de aprendizagem como condição *sine qua non* para adoção de inovações tecnológicas e organizacionais capazes de recuperar a economia nacional dos desfalques da década perdida. Ou seja, maior qualificação e escolaridade eram apresentadas como requisitos cruciais para adoção de sistemas de produção mais competitivos. (SHIROMA & CAMPOS, 1997, p. 29).

É importante ressaltar que formulações dos organismos internacionais estão presentes, hoje, nos documentos oficiais da reforma da educação profissional. Fazer uma transposição mecânica das teses da relação qualificação-reestruturação produtiva dos países capitalistas centrais para os países capitalistas periféricos é desconsiderar o que já alertava Shiroma & Campos ao citar Vanilda Paiva:

Diferente dos tipos ideais de produção flexível difundidos pela literatura, a flexibilização “à brasileira” tem sido construída num contexto de desregulação do mercado de trabalho, de formas espúrias de terceirização, de exploração do serviço temporário, de exploração do trabalho infantil, de crescimento vultuoso do mercado informal, gerando um quadro de precarização do emprego e de crescente exclusão social.

A informalização, o desemprego, o analfabetismo, a exploração do trabalho colocam-se como grandes desafios à requalificação e a formação profissional na atualidade. (SHIROMA; CAMPOS, 1997, p. 29).

A educação profissional (qualificação) como promessa de acesso ao mercado formal de trabalho presente nos documentos oficiais, estabelece uma positividade ao processo de

qualificação da força de trabalho. Essa formulação expressa, de certa maneira, a ilusão liberal que atribui à escola um papel de integração social.

Gentili (1998), ao dialogar com esta visão hegemônica da positividade da relação qualificação-emprego, procura mostrar o quanto a crise do capitalismo, a partir dos anos 70 do século XX, marca uma alteração substantiva na função econômica atribuída à escolaridade.

Diz ele:

A crise capitalista dos anos setenta marcará o início de uma profunda desarticulação dessa promessa integradora em todos os seus sentidos. No que se refere à sua dimensão econômica, a questão que nos preocupa neste trabalho, o processo tem sido, no mínimo, paradoxal. Com efeito, a ruptura da promessa integradora da escola começou a produzir-se de forma definitiva nos anos oitenta, justamente num contexto de revalorização do papel econômico da educação (...), da proliferação de discursos que começaram a enfatizar a importância produtiva dos conhecimentos (...), e de uma crescente ênfase oficial nos aportes supostamente fundamentais que as instituições escolares deviam realizar para a competitividade das economias na era da globalização. (GENTILI, 1998, p. 79).

O autor caracteriza o atual momento de transformações do capitalismo como um tempo de *desintegração da promessa integradora*, no que se refere ao papel da escola, afirmando que:

A desintegração da promessa integradora implicou a construção de uma nova esperança, só que desta vez muito mais arriscada para os indivíduos e com um custo social cuja evidência não expressava outra coisa senão a natureza estruturalmente excludente dos novos tempos: a *empregabilidade*. Mais do que pensar a integração dos trabalhadores ao mercado de trabalho, o desenho das políticas educacionais deveria orientar-se para garantir a transmissão diferenciada de competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutar nos exigentes mercados laborais pelos poucos empregos disponíveis. A garantia do emprego como direito social (e sua defesa como requisito para as bases de uma economia e uma vida política estável) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece. (GENTILI, 1998, p. 89).

O terceiro aspecto, refere-se à gestão da força do trabalho nos processos contemporâneos de trabalho.

Uma atitude fundamental que se deve tomar, para melhor compreender o caráter das transformações no sistema capitalista, é diferenciar trabalhador, força de trabalho e trabalho.

O trabalho se traduz, do ponto de vista histórico, como dispêndio da força de trabalho. Na condição de “cidadão livre”, o trabalhador comparece à esfera da circulação para estabelecer uma relação contratual com o capitalista – proprietário dos meios de produção -, qual seja, vender a sua força de trabalho por um tempo determinado. Portanto, o capitalista compra a força de trabalho e não o trabalho, resultado do dispêndio da força de trabalho. O trabalho é uma promessa a realizar-se. Após este ato de celebração do “contrato” na esfera da circulação, ambos caminham para a esfera da produção.

É Marx (1983, p. 145) que caracteriza

O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de sua força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o curtume.

A diferenciação entre trabalhador, trabalho e força de trabalho faz-se necessária para compreender qual o dado invariante na mudança das velhas, para as novas formas de gestão do trabalho.

Todas as alterações aparentes na gestão dos processos de trabalho, não alteram algo fundamental: a necessidade do capitalista ter o controle da força de trabalho para que esta mercadoria, ao dispendir energia, produza trabalho.

A análise das contradições de classe expressa no “chão de fábrica” foge do escopo deste trabalho, porém, é importante chamar a atenção para o processo histórico que leva à *subsunção formal* do trabalho ao capital expressa na extração de mais-valia absoluta, no âmbito do processo produtivo.

Da *subsunção formal* se passa para a *subsunção real* expressa na extração da mais-valia relativa. E dessa para à *subsunção real da vida social* ao capital.

Sobre isso, esclarece Tumolo (2000, mimeo), ao dizer que:

O atual padrão de acumulação de capital, que começa a se configurar no início dos anos 70 do século XX, herda do padrão taylorista-fordista essa mesma característica, qual seja, a necessidade do duplo controle, do processo de trabalho e da vida do trabalhador. Não obstante, minha hipótese é a de que os polos da relação se invertem, de tal forma que o controle da vida do trabalhador tenha se tornado determinante em relação ao controle do processo de trabalho e de que tal fenômeno se deveu à própria dinâmica, ao movimento mesmo do capital.

O domínio sobre praticamente todas as atividades humanas, sobre a produção social da vida e redução generalizada do preço da força de trabalho combinada com um imenso (e insolúvel) contingente supérfluo de trabalhadores, eis os ingredientes fundamentais para o controle do capital sobre a vida dos trabalhadores. A subsunção real do trabalho e a subsunção formal da vida dos trabalhadores ao capital se transforma, na contemporaneidade, em subsunção real da vida dos trabalhadores ao capital. Mais do que isto, tendo em vista o controle do capital sobre toda a vida social, se transforma em subsunção real da vida social ao capital.

Um último aspecto a ser ressaltado sobre as transformações do capitalismo contemporâneo, é a identificação do novo arcabouço jurídico-político-institucional decorrente das mudanças qualitativas no processo de produção em nível internacional e nacional, que foi forjado na década de 40 do século XX e vem sofrendo aceleradas mudanças.

A intencionalidade expressa nos documentos dos organismos internacionais - FMI, OCDE, Banco Mundial, OMC -, para construção de um novo arcabouço são mediadas, em cada país, por um conjunto de parâmetros sócio-político-culturais, que expressam relações de poder historicamente cristalizadas.

Esses parâmetros de cada país irão mediar a ação daqueles organismos internacionais. Assim, as análises teóricas, que se mantêm excessivamente ao nível do movimento geral do capital e das determinações gerais da sociabilidade capitalista, pouco contribuem para compreender as determinações específicas em cada país.

Para compreender como o *redesenho* do arcabouço jurídico-político-institucional brasileiro contribui para o processo de valorização do capital e de sua reprodução em

condições determinadas, busca-se ajuda no aporte teórico da Escola da Regulação<sup>24</sup>. Segundo essa teoria, apresentada por Moura (1996, p. 91),

A questão básica que se põe para os regulacionistas é a de como é possível a apreensão teórica das formas históricas concretas do processo de acumulação do capital, o qual sempre ocorre inserido numa rede de instituições, normas e valores, que possibilitam a regulação dos conflitos sociais de forma a viabilizar a reprodução capitalista. Ou, dito de outra forma, como é possível a reprodução de uma forma de sociabilidade, cuja dinâmica interna tende a tensionar ao limite suas contradições iminentes? Como entender suas diferentes configurações.

Harvey (1998) em seu trabalho *A condição pós-moderna*, ao fazer opção pela Escola da regulação como referencial teórico assim se manifesta:

Esse tipo de linguagem é útil, em primeira instância, como recurso heurístico. Ele concentra a nossa atenção nas complexas inter-relações, hábitos, práticas políticas e formas culturais que permitem que um sistema capitalista altamente dinâmico e, em consequência, instável adquira suficiente semelhança de ordem para funcionar de modo coerente ao menos por um dado período de tempo. (HARVEY, 1998, p. 117).

A materialização da sociabilidade capitalista no Brasil num arcabouço jurídico-político-institucional mantém coerência com o esquema de reprodução do capital e determina o comportamento dos agentes sociais. Este arcabouço, porém, não é pura expressão e reflexo desse esquema de produção e reprodução do capital.

O arcabouço jurídico-político-institucional por ser resultado da estratégia de ações dos agentes sociais desta realidade pode, em determinado momento, entrar em contradição com a sociabilidade capitalista. Sendo assim, a história é e será sempre um campo de possibilidades.

Harvey (1998) detecta duas áreas de dificuldades, decorrentes da luta de classes nesta sociedade, que “tem que ser negociadas com sucesso para que esse sistema permaneça viável” e acrescenta:

A primeira advém das qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços, e a segunda deriva da necessidade de exercer suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e, portanto, lucros positivos para o maior número possível de capitalistas. (HARVEY, 1998, p. 118).

---

<sup>24</sup> Ver Moura, 1996.



Observa-se que essas duas áreas de dificuldades têm implicações diretas com a educação profissional, uma vez que:

1) o preço incorpora, entre outras variáveis, o valor da força de trabalho e este está relacionado com a qualificação da força de trabalho;

2) a subsunção real da força de trabalho ao capital (controle) só aprofunda o processo de alienação do trabalhador. Logo, no sistema capitalista, a formação *omnilateral* do homem, decorrente dos avanços tecnológicos no “chão de fábrica”, é uma ilusão.

As dificuldades sistêmicas acima, apontadas por Harvey (1998), tensionam permanentemente as políticas públicas setoriais uma vez que a “mão invisível” do mercado tem se mostrado incapaz de garantir o crescimento estável do capitalismo.

A questão que se coloca, no âmbito da educação profissional, é a seguinte: uma rede de *escolas comunitárias* pertencente ao *setor público não-estatal* responderá às crises sistêmicas inerentes ao sistema capitalista?

## CAPÍTULO 5

### LIMITES E POSSIBILIDADES DO CENTRO POLITÉCNICO COMO INSTITUIÇÃO DO *SETOR PÚBLICO* *NÃO ESTATAL*

Pensar os limites e possibilidades do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul implica retomar, neste momento, o conjunto de informações e reflexões já anunciadas anteriormente.

Buscou-se, nos capítulos precedentes, situar o Centro Politécnico como parte do *redesenho institucional* de uma política pública de educação profissional que, por sua vez, é parte de um *redesenho institucional* do Estado Brasileiro.

A “*publicização*” dos serviços considerados não exclusivos de Estado, ou seja, a transferência para o *setor público não estatal*, através de entidades qualificadas como *organizações sociais*, dos serviços de educação, saúde, pesquisa e outros, hoje sob responsabilidade do Estado, visa, segundo o governo, lograr maior controle social direto desses serviços por parte da sociedade civil.

Outro objetivo do processo de “*publicização*” é a busca de resultados, entendido como aumento da qualidade e diminuição dos custos, obtidos a partir de indicadores pactuados mediante *contrato de gestão*<sup>25</sup> com as *organizações sociais*.

---

<sup>25</sup> O contrato de gestão é o instrumento firmado entre o poder público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. (BRASIL, Lei 9.637, de 15/05/1998)

Barreto (1999, p. 129), ao analisar as *organizações sociais* na reforma do Estado brasileiro, afirma:

Na realidade, o que está em questão não é a sobrevivência, em si, dessas organizações, mas a legitimidade das políticas sociais como responsabilidade do Estado e a criação de mecanismos jurídicos-institucionais que garantam esse compromisso.

A análise mais aprofundada desse tema reabre a discussão sobre a questão social nas sociedades modernas. Segundo Castel, a questão social envolve sobretudo o enfrentamento de um dos dilemas fundamentais das sociedades contemporâneas, qual seja, o conflito entre a lógica do mercado (eficácia econômica) e a universalização dos direitos.

Para Barreto (1999, p.111-121) o *setor público não-estatal* é:

caracterizado como instância intermediária entre o Estado e o mercado, emerge como possibilidade de conciliação da eficiência das empresas privadas com a finalidade social dos serviços públicos. Além disso, constitui espaço de ampliação da representação social e de abertura para a democratização do processo decisório das políticas públicas, aqui entendida como condição para garantir resultados sociais efetivos.

(...)a implantação desse modelo inaugura nova forma de parceria entre sociedade e o Estado, baseada em resultados, que conjuga autonomia, flexibilidade e responsabilidade na gestão: o Estado assume o financiamento total ou parcial, e as organizações sociais qualificadas para tanto absorvem a prestação desses serviços, ficando responsáveis pelos resultados pactuados através do contrato de gestão.

Para Santos (2000), a “*publicização*”, constitui um retrocesso na institucionalização das políticas públicas, na forma de *setor público não-estatal* para atender serviços essenciais à população. Diz ele que:

Inobstante, em termos práticos, caminha-se para a privatização desses serviços e, o que poderá ser mais grave, à verdadeira feudalização ou apropriação clientelista e patrimonialista dessas entidades. Elas receberão recursos orçamentários estatais, podendo, ainda, obter outros ingressos (prestação de serviços, doações, legados, financiamentos, etc.). Na verdade, por meio de contratos de gestão poderão ser forçadas a isso, dado que – como já vem se verificando nos contratos firmados sob o pálio da própria Lei nº 9.637 – as entidades “qualificadas” têm por meta a busca de “receitas próprias” a serem obtidas por meio de venda de seus serviços ou produtos junto à sociedade, descaracterizando-se característica essencial da prestação de serviços públicos que é a sua *gratuidade*. (SANTOS, 2000, p. 114).

Santos (2000, p. 124), após fazer uma análise da proposta de criação de *organizações sociais*, conclui:

Materializando a fraude no processo de implantação das Organizações Sociais, a criação de tais entidades, embora formalmente ato autônomo de particulares, na verdade nada tem de autônoma: é mera *transformação*, induzida e orientada pelo Poder Público, *de entidade estatal preexistente em entidade privada*. Essa situação já se acha *expressamente admitida* no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, quando afirma que a transferência de serviços não-exclusivos para o setor público não-estatal dar-se-á ‘transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais.

Mesmo aqueles que se alinham favoravelmente ao processo de “publicização” demonstram certa preocupação com as mudanças propostas, em curso. Exemplo disso é Barreto (1999, p. 126), que afirma:

Como se pode verificar, a reforma do setor dos serviços competitivos – ou não-exclusivos do Estado – nesse momento, é a que apresenta maior desafio ao governo, na medida em que promove profundas alterações, envolvendo aspectos culturais, valorativos, conceituais, jurídicos e institucionais, entre outros. O governo, ao caracterizar as atividades sociais do Estado como serviços competitivos ou não-exclusivos e ao promover a transferência das entidades públicas prestadoras desses serviços para o setor público não-estatal mediante sua transformação em organizações sociais de direito privado, altera profundamente a natureza da relação – e, portanto, do compromisso – do Estado com essa área. Trata-se de profunda mudança estrutural, cuja aceitação dependerá, em grande parte, da capacidade de atendimento desse novo tipo de arranjo institucional.

Um aspecto relevante levantado por Santos (2000) refere-se a riscos da “feudalização”, ou seja, ao risco da apropriação clientelista e patrimonialista das organizações sociais criadas pelo processo de “*publicização*”.

A soma das corporações empresariais, sindicais ou educacionais isoladamente não representam a sociedade civil. Mesmo juntas não abarcam o que se compreende por sociedade civil. Existe uma parcela da população que não se sente representada por essas organizações.

O Centro Politécnico de Jaraguá do Sul, como foi demonstrado no resgate de sua história, constituir-se-á como *organização social* responsável pela elevação do nível educacional, cultural e técnico dos jovens e trabalhadores do município, conforme expresso

no estatuto da mantenedora. Até o momento, porém, não possui regimento interno que explicita como todos os agentes sociais interessados na educação profissional no município poderão interferir na gestão e no projeto político-pedagógico da escola.

As entidades que são sócias co-mantenedoras da APOLITEC representam somente uma parcela dos agentes sociais que hoje têm interesse na profissionalização dos jovens e trabalhadores do município de Jaraguá do Sul.

Outra observação a ser feita é a coordenação das ações de educação profissional no município. Na condição de coordenador destas ações, o poder público municipal terá pouca ingerência no Centro Politécnico, uma vez que o mesmo não faz parte da rede pública municipal, mas, sim, é uma *escola comunitária* administrada por uma mantenedora. Como alerta Santos (2000), a “feudalização” decorrente da implementação de *organizações sociais*, pode tornar inoperantes e inócuas as decisões do poder público.

Este alerta também é feito por Barreto (1999, p. 135):

a questão da coordenação de governo, conjugando ações intra e intersetoriais, estatais e não-estatais, emerge com toda potência. Isso porque a maioria das políticas públicas exige articulação entre organizações de um mesmo setor, assim como entre vários setores, tais como: saúde, educação, saneamento, habitação, transportes, segurança etc. Nesse caso, as abordagens baseadas na mera busca de eficiência individual das organizações revelam-se insuficientes porque desconsideram a importância vital do papel das instâncias governamentais de coordenação.

Um último aspecto a se levantar, para análise dos limites e possibilidades do Centro Politécnico, é sobre o papel que cumpre uma *escola comunitária* de educação profissional, na reprodução social.

Em recente estudo sobre a reestruturação industrial em Santa Catarina, Lins (2000) analisa o comportamento das pequenas e médias empresas – PMEs - têxteis e vestuaristas durante a década de 90. Ao analisar os meios de inserção e competitividade das PMEs da

região nordeste catarinense, observou, quanto à força de trabalho e aspectos socioculturais, que:

A qualificação da mão-de-obra foi apontada por quase todas as PMEs como um dos principais atributos da região. Menos homogêneas foram as opiniões sobre a atuação dos sindicatos de trabalhadores, tendo empresas se dividido sobre o significado da ação sindical. Isso requer contextualização, pois em Joinville o setor têxtil-vestuarista revela declínio desde os anos 80, o que teria contribuído para moderar o ímpeto reivindicatório dos trabalhadores, como fez salientar um dirigente de empresa. Em Jaraguá do Sul, ao contrário, indicou-se que o sindicato continuava forte, tanto que impunha piso salarial para costureiras considerado o mais alto da região. De todo modo, o clima social da área figurou quase sempre como destacado fator de atratividade. Daí terem as PMEs atribuído importância à herança sociocultural: 2/3 consideraram vantajosa a descendência européia (principalmente germânica) de boa parte da população, porque, segundo as empresas, tal circunstância representava oferta de mão-de-obra caracterizada a contento em relação a aspectos como disciplina e dedicação ao trabalho, e também representava maiores chances para relações entre patrões e empregados impregnadas do sentido de colaboração, haja vista a presença de certos valores comuns enraizados na sociedade.

(...) Entretanto, isso, não significa ausência de tensões no diálogo social. Uma ilustração refere-se à prorrogação da data-base dos trabalhadores de Jaraguá do Sul, no primeiro semestre de 1997, em virtude de discordância não negligenciáveis: os empresários queriam redução do piso salarial, pois consideravam-no elevado e prejudicial à competitividade (em comparação com outras regiões do país, como o Nordeste brasileiro), enquanto os trabalhadores pleiteavam aumento de 55%, além de outros benefícios. (LINS, 2000, p. 194).

O progressivo avanço do processo de industrialização do Vale do Itapocú e a relativa vantagem sistêmica (infra-estrutura e qualificação da força de trabalho) da região indica como cenário provável a consolidação do parque industrial e a sua integração econômica, tanto macro-regional como internacional.

Tal consolidação deve se dar dentro de um contexto cujo processo de acumulação do capital continuará se sustentando por dois pilares fundamentais: superexploração do trabalho e a intervenção estatal, conforme lembrou Michels (1997).

Este cenário econômico determina a dinâmica social e política do município de Jaraguá do Sul. O processo de migração para a região tende a continuar. A diferenciação da classe trabalhadora, dado o processo de terceirização e precarização das relações de trabalho, deve continuar, porém a antiga dicotomia entre colono-operário e operário urbano vai aos poucos

desaparecendo com o processo de urbanização, fazendo surgir outras, os “integrados” no setor dinâmico da economia local e os “periféricos” – terceirizados e com contratos temporários.

Essa reestruturação do mercado de trabalho, decorrente das condições da *acumulação flexível*, do avanço da inserção econômica das empresas no mercado globalizado e a urbanização crescente do município de Jaraguá do Sul, colocarão novos desafios para o Centro Politécnico, dada sua condição de instituição que atua fundamentalmente no espaço da reprodução social.

Cabe perguntar, qual a possibilidade de o Centro Politécnico como *espaço público não-estatal*, absorver no seu regimento interno, na sua organização didática e no seu planejamento institucional, a diversidade de aspirações dos agentes sociais do município interessados na formação profissional de nível técnico e tecnológico?

O caráter público do Centro Politécnico será comprovado a medida que conseguir atender as seguintes condições: a) sua capacidade de incorporar as contradições sociais decorrentes da visão de mundo presentes na sociedade local; b) possibilitar a reflexão sobre os vínculos entre a ciência, a técnica e a sociedade; c) manter a equidade de acesso e permanência e d) ser mais um agente na esfera pública institucional do município que contribuirá para prover acesso coletivo aos bens e serviços públicos.

Desse ponto de vista, só o futuro confirmará o caráter público ou não do Centro Politécnico. Porém, o resgate histórico da sua constituição aqui realizado, as *condições de contorno* dadas pelas reformas da educação profissional e do Estado e as relações históricas entre capital e trabalho no município de Jaraguá do Sul, apontam como possibilidade histórica a apropriação *clientelista* e *patrimonialista* do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle social da esfera pública estatal e a qualidade dos serviços públicos constituem-se nas duas principais reivindicações democráticas das classes trabalhadoras. Por outro lado, tanto o controle social da esfera pública estatal, quanto a qualidade dos serviços públicos prestados aos trabalhadores/cidadãos constituem-se nas duas principais justificativas das reformas do Estado e da educação profissional para consolidação de um *setor público não-estatal*.

Esta coincidência aparente, entre o desejo de ampla parcela da população e os fins declarados das reformas neoliberais, impõe um aprofundamento teórico sobre a relação Estado e sociedade civil e das estruturas de poder vigentes na sociedade brasileira. Apreender as contradições e os conflitos subjacentes àquela coincidência aparente e explicitá-los, é parte do esforço desenvolvido nesta dissertação.

Optou-se por abordar a educação profissional na sua dimensão de política social de natureza pública. Na análise aqui realizada, do *redesenho institucional* no âmbito da educação profissional, buscou-se elementos teóricos para se estabelecer um *juízo de valor* quanto a eficácia do *setor público não-estatal* para atender efetivamente o desejo de ampla parcela de jovens e trabalhadores de verem atendidos os seus direitos de acesso à profissionalização.

O resgate da história do Centro Politécnico cumpriu o papel de situá-lo na dinâmica sócio-econômica do município de Jaraguá do Sul. Através desse resgate foi possível explicitar os métodos de ação dos agentes sociais que influenciaram na política pública de educação profissional implementada no município, além de perceber, como a sociedade civil



efetivamente se estruturou e se organizou frente às mudanças impostas pela reforma da educação profissional.

O Centro Politécnico de Jaraguá do Sul neste momento é uma realidade de direito, porém sua materialização como *espaço público não-estatal* será determinada por uma correlação de forças entre os diversos agentes sociais interessados na educação profissional dos jovens e trabalhadores no município.

Reconhecer a legitimidade dos diversos agentes sociais e incorporá-los como sujeitos históricos que têm a contribuir na definição da política pública de educação profissional no município de Jaraguá do Sul é o desafio da próxima etapa, sob pena de se estar gestando uma nova experiência de privatização dos recursos públicos no âmbito da educação profissional, confirmando a *tradição patrimonialista* do Estado brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Bomtempo Editorial, 1999.

AUED, B. W. (Org.). **Educação para o (des)emprego**: (ou quando estar liberto da necessidade do emprego é um tormento). Petrópolis: Vozes, 1999.

AUED, I. M. **Capital e emancipação humana**. Texto para discussão. 1998. Florianópolis: CSE/UFSC, ano IV, n. 9, 1998. Mimeo.

AZEVEDO, J. M. L. **Educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BARRETO, M.I. As organizações sociais na reforma do Estado Brasileiro. In: BRESSER PEREIRA, L.C; GRAU, N.C. (Org.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BENJAMIN, C.& ELIAS, L. A. (Org.). **Brasil**: crise e destino. Entrevistas com pensadores contemporâneos. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, N.; BOVERO, M. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: J. Z. E., 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico**. Câmara do Ensino Básico. Relator: Fábio L. M. Aidar. Parecer nº. 16/99. Brasília: MEC, 1999.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio**. Câmara de Ensino Básico. Relatora: Guiomar N. Mello. Parecer nº. 15/99. Brasília: MEC, 1998.

\_\_\_\_\_. Decreto nº2.208, de 17 abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20/dez./1996, que estabelece as diretrizes e base da educação. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 1549-28, de março de 1997. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Portaria Ministerial nº 646 de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei nº 9394/96 e no Decreto nº 2208/97 e dá outras providências. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE). Organizações Sociais. **Cadernos do MARE**, n. 2. Brasília: MARE. 1998.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Disponível em: <<http://www.mare.gov.br>>, 1995.

\_\_\_\_\_. Ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e do Trabalho (MEC/MCT/MTb). **Questões críticas da educação brasileira: consolidação de propostas e subsídios para ações nas áreas da tecnologia e da qualidade**. Brasília: MEC, 1995. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC/PROEP). **Metodologia da pesquisa da atividade econômica regional – PAER – e estratégias, concepção e procedimentos básicos para trabalho de pesquisa de campo**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/proep>>, 2000.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/proep>>, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/SEFOR). **Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado**. Brasília: TEM/SEFOR, 1999a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Reconstruindo a institucionalidade da educação profissional no Brasil**. Brasília: MTE/SEFOR, 1999b.

BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Cadernos do MARE**, n. 1. Brasília: MARE, 1997.

BRESSER PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (Org.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Ed. F. G. Vargas, 1999.

CARMO, P.S. **Ideologia do trabalho**. Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1992

CARNOY, M. **Estado e teoria Política**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

CASTRO, C. M. **Estratégias de capacitação para el BID**. Documento referência, apresentado na XXXIV reunião de la comisión técnica CINTERFOR/OIT. Montevideo/Uruguai: CINTERFOR/OIT, 1999. Mimeo.

CÊA, G. S. S. **A educação profissional sob a ótica da mediação e da ruptura: Reflexões sobre o PLANFOR**. Trabalho apresentado na ANPED/2000. Mimeo.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

CORREIO DO POVO. Jaraguá do Sul /SC, 23 out. 1993.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Formação de formadores para educação profissional**. Brasília: MTE/SEFOR/CODEFAT, 2000.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). **Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de linha de produção**. São Paulo: DIEESE, 1994.

\_\_\_\_\_. **Formação profissional: um novo espaço de negociação**. Pesquisa DIEESE nº 14. São Paulo: DIEESE, maio, 1998.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIO-ECONÔMICOS – DIEESE/SC. **Qualificação, formação e emprego em Santa Catarina: quadro crítico da situação dos trabalhadores.** Florianópolis: DIEESE, 1997.

ETFSC - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório de avaliação da situação atual da UnED/JS e propostas de encaminhamentos.** Florianópolis: ETFSC, 1996. Mimeo.

\_\_\_\_\_. **Projeto do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul.** Florianópolis: ETFSC/APOLITEC, 1998. Mimeo.

FERRETI, C. (Org.) **Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 1994.

FIOD, E.G.M. **Homens sem paz: escola, trabalho e colonização.** 1995. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

FONSECA, M. O financiamento do Banco Mundial á educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, LIVIA DE.(Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1998.

FRIGOTTO, G.(Org.). **Educação e crise do trabalho: Perspectiva de final de século.** Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho.** Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, P., SADER, E.(Org.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que Democracia.** Petrópolis: Vozes, 1999.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública.** Tradução Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna.** 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998.

KIRSCHNER, T.C. (Coord.). **Modernização tecnológica e formação técnica-profissional no Brasil: impasses e desafios**. Brasília: IPEA, mar. 1993. Mimeografado. (Texto para discussão, n. 295).

KUENZER, A. **Ensino Médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

LEITE, M. P.; NEVES, M. A. (Org.). **Trabalho, qualificação e formação profissional**. São Paulo, SP; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

LIMA FILHO, D. L. (Org.). **Educação Profissional: Tendências e Desafios**. Documento Final do II Seminário sobre a reforma do ensino profissional. Curitiba: SINDOCEFET/PR, 1999.

LINS, H. N. **Reestruturação Industrial em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2000.

LISBOA, A. M. **Desordem do trabalho, economia popular e exclusão popular**: algumas considerações. Florianópolis: CSE/UFSC, ano IV, n. 6, 1998. Mimeografado. (Texto para discussão).

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1990.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARKET, W. (Org.). **Trabalho, qualificação e politecnia**. Campinas: Papyrus, 1996.

MARX, K. **O Capital**. 11 ed. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, tomo 1, 1987.

\_\_\_\_\_. **A ideologia Alemã**. São Paulo: M. Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultura, 1999. (Coleção Os Pensadores).

MICHELS, I. L. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento**: do planejamento econômico –1956 aos precatórios – 1997. Campo Grande: UFMS, 1998.

MORAES, C. S. V. A reforma do ensino médio e a educação profissional. In: Trabalho e Educação. **Revista do NETE**, n. 3, Belo horizonte: FAE/UFMG, 1998.

MOURA, G. A. P. A teoria da regulação e as demandas de uma educação politécnica. In: FIDALGO, F. S. (Org.). **Gestão do Trabalho e formação do trabalhador**. Belo Horizonte: Movimento Cultura Marxista, 1996.

NASCIMENTO, E. P. Notas a respeito da escola francesa de regulação. **Educação & Sociedade**, Campinas: Cedes – Centro de Estudos Educação e Sociedade, n. 40, dez. 1991.

PAIVA, V. **Produção e qualificação para o trabalho**: uma revisão bibliográfica internacional. Rio de Janeiro: IEI/ANPEC/PNPE, 1989.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

POULANTZAS, N. **Poulantzas**: sociologia. Organizador Paulo Silveira. Coordenador Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

REVISTA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Brasília: MEC, ano I, n. 2, out. 2000.

ROCHA, I. O. **A industrialização de Joinville (SC)**: da gênese às exportações. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

SANTOS, L. A. **Agencificação, publicização, contratualização e controle social**: possibilidades no âmbito da reforma do aparelho do Estado. Brasília: DIAP, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Brasília: MEC Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHÖRNER, A. **O arco-íris encoberto – Jaraguá do Sul, o trabalho e a história**: operários, colonos-operários e faccionistas. Joinville: Oficina Comunicações, 2000.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP: CEDES, v. 61, 1997.

SILVA, M. A. **A indústria de equipamento elétrico do nordeste catarinense**: um estudo de geografia industrial. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

TORRES, C. A. Estado, Privatização e Política Educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, P. **Pedagogia da Exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TUMOLO, P. S. **Da subsunção formal do trabalho à subsunção real da vida social ao capital**: apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo. Florianópolis, 2000. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Reestruturação produtiva no Brasil**: um balanço crítico da produção bibliográfica. Trabalho apresentado na ANPED/1998. Florianópolis, 1998. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Trabalho**: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo. In: **Perspectiva**, v.14, n. 26, p. 39-70, 1996.

UNITRABALHO. **Avaliação do PLANFOR**: uma política pública de educação profissional em debate. São Paulo: Unitrabalho, 1999.



## **ANEXOS**

## **ANEXO 1**

# **LEGISLAÇÃO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

# RELAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

(Fonte :<<http://www.mec.gov.br>> página do MEC na Internet)

Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394, de 20/12/96), complementada a seguir pelo Decreto n.º 2.208, de 17/04/97, ficou caracterizada a Educação Profissional, de forma específica.

Consolidado o conceito da Educação Profissional e sua operacionalização no âmbito das instituições de ensino e dos setores públicos e privados envolvidos com esse segmento da Educação, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) tem colocado em evidência seu papel nesse contexto tão significativo para um país, que é o caso da Educação para o Trabalho.

Textos legais:

## Constituição Federal

Capítulo III e Atos das Disposições Constitucionais Transitórias com a Incorporação da Emenda 14.

Lei n.º 9.394, de 20/12/96

Também chamada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

Decreto n.º 2.208, de 17/04/97

Regulamenta o §2º do art.36 e os artigos 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Emenda Constitucional n.º 14

Modifica os art. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal, e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Lei n.º 8.948, de 08/12/94

Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

Lei n.º 9.649, de 27/05/98

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Lei n.º 9.424, de 24/12/96

Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

Portaria n.º 646/97, de 14/05/97

Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei n.º 9.394/96 e no Decreto n.º 2.208/97 e dá outras providências.

Resolução CNE n.º 2/97

Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.

Portaria n.º 1.005/97, de 10/09/97

Institui, no âmbito da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, a Unidade de Coordenação do Programa – UCP.

Portaria Interministerial n.º 1.018/97, de 11/09/97

Cria o Conselho Diretor do Programa de Reforma da Educação Profissional - PROEP.

Decreto n.º 2.406, de 27/11/97

Regulamenta a Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências.

Portaria n.º 2.267/97, de 19/12/97

Estabelece diretrizes para elaboração do projeto institucional de que trata o Art. 6º do Decreto n.º 2.406 de 27 de novembro de 1997, que regulamenta a Lei n.º 8.948, de 08 de dezembro de 1994.

Parecer CNE/CEB n.º 17/97

Diretrizes Operacionais para Educação Profissional em nível nacional.

Parecer CNE/CEB n.º 16/99

Institui as Diretrizes Curriculares da Educação Profissional de Nível Técnico.

Resolução CNE/CEB n.º 04/99

Institui as Diretrizes Curriculares da Educação Profissional de Nível Técnico.

Parecer CNE/CEB n.º 10, aprovado em 05 de abril de 2000

Orientações sobre os procedimentos para a implantação da Educação Profissional de Nível Técnico.

Parecer CNE/CEB n.º 33, aprovado em 07 de novembro de 2000

Novo prazo final para o período de transição para a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Aguardando homologação.

Portaria n.º 1.647 de 25/11/99

Dispõe sobre o credenciamento de centros de educação tecnológica e a autorização de cursos de nível tecnológico da educação profissional (considerando-se o disposto na Lei Nº 9.131/95, na Lei n.º 9.394/96, e no Decreto n.º 2.406/97 ).

Portaria n.º 27 de 02/03/00 - Publicada em 08 de março de 2000, no Diário Oficial.

Portaria n.º 28 de 02/03/00 - Publicada em 08 de março de 2000, no Diário Oficial.

Portaria n.º 30, de 21/03/00 - Publicada em 23 de março de 2000, no Diário Oficial

Portaria 445, de 31/03/00 - Publicada em 03 de abril de 2000.

Portaria n.º 80, de 13/09/00 - Publicada em 15 de setembro de 2000, no Diário Oficial.

**ANEXO 2**  
**ESTATUTO DA APOLITEC**

# **ESTATUTO DA APOLITEC**

## **CAPÍTULO I**

### **DA DENOMINAÇÃO SEDE E DURAÇÃO**

Art. 1º - A Associação Politécnica de Jaraguá do Sul – APOLITEC, nestes Estatutos denominada ASSOCIAÇÃO, fundada em 13 de março de 1998, é uma instituição de caráter comunitário e regional, sem fins lucrativos, de finalidade educacional técnica, que se regerá pelo presente estatuto e pela legislação pertinente.

Art. 2º - Tem sede e foro jurídico na cidade e Comarca de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, à Rua dos Imigrantes, sem número.

Art. 3º - Seu prazo de duração é indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS FINALIDADES E MEIOS DE AÇÃO**

Art. 4º - A ASSOCIAÇÃO tem por objetivo contribuir para a elevação do nível educacional, cultural e técnico, mediante:

I - criação, instalação, manutenção e administração de estabelecimentos de ensino técnico-profissionalizante e instituições de pesquisa e extensão;

II - estabelecimento e manutenção de serviços educacionais na área da educação profissional técnica;

III - prestação de serviços técnicos e desenvolvimento de pesquisas tecnológicas aplicadas;

IV - colaboração e assistência a instituições similares ou outras entidades nos campos de sua especialidade.

Art. 5º - A ASSOCIAÇÃO goza de autonomia administrativa, financeira e disciplinar e as instituições por ela mantidas gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e econômico-financeira, nos termos da legislação pertinente.

Art. 6º - As disposições atinentes à autonomia administrativa, financeira e disciplinar serão regidas pelo presente Estatuto e as referentes à autonomia didático-científica, administrativa e econômico-financeira das Instituições mantidas pela ASSOCIAÇÃO, estão consubstanciadas em ordenamentos jurídico-institucionais próprios.

## **CAPÍTULO III**

### **DO PATRIMÔNIO, RECURSOS E DISSOLUÇÃO**

Art. 7º - O patrimônio da ASSOCIAÇÃO é constituído por bens e direitos a ela doados, pelos adquiridos no exercício de suas atividades e pelos provenientes de rendas patrimoniais.

Art. 8º - Para a manutenção de seu patrimônio e cumprimento de sua finalidade a ASSOCIAÇÃO poderá obter recursos de:

I - subvenções ou doações de organismos estatais, autárquicos, culturais, educacionais, de cunho civil ou religioso, sejam nacionais ou estrangeiros, respeitadas as exigências legais, empresas de economia mista, empresas privadas, da União, do Estado, de Municípios e de pessoas físicas;

II - contribuições de seus associados;

III - taxas, anuidades e mensalidades pelos serviços educacionais prestados;

IV - aluguéis, comissões e corretagens.

§ 1º - A aplicação de bens e direitos para a obtenção de novas rendas só serão admissíveis quando destinados aos fins previstos neste Estatuto.

§ 2º - A renda líquida da Sociedade apurada em balanços anuais, será aplicada integralmente na consecução de seus objetivos sociais, referidos no Art. 4º destes Estatutos. A sociedade poderá constituir um Fundo de Reservas Especial, composto de uma porcentagem sobre a renda líquida, a ser fixada em cada exercício pelo Conselho de Curadores. Este Fundo será destinado a compensar eventuais diminuições do patrimônio da Sociedade, resgate de empréstimo, ou a juízo da Assembléia, a completar a verba para investimentos.

Art. 9º - A alienação de bens móveis e imóveis dependerá da aprovação do Conselho de Curadores.

Art. 10 - A ASSOCIAÇÃO extinguir-se-á:

I - pela impossibilidade de dar cumprimento a sua finalidade;

II - por deliberação unânime dos membros do Conselho de Curadores;

III - pelas demais formas previstas em Lei.

Parágrafo único: Extinta a ASSOCIAÇÃO, o patrimônio e os demais bens serão destinados a outra entidade congênere, de acordo com a legislação em vigor, ressalvando as disposições específicas de convênios firmados com outras instituições, mediante aprovação do Conselho de Curadores.

## **CAPÍTULO IV DOS SÓCIOS**

Art. 11 - Poderão associar-se as pessoas físicas e jurídicas que desejarem colaborar para a realização dos objetivos da ASSOCIAÇÃO e concordarem com os presentes estatutos, desde que admitidas de acordo com as normas estabelecidas no Artigo 12.

Parágrafo Único – As Pessoas Jurídicas associadas serão representadas por pessoa devidamente credenciada.

Art. 12 - O quadro social é composto de três categorias de sócios, assim classificados:

I - sócios co-mantenedores os que promoveram e assinaram os atos constitutivos da sociedade, além de outros que comprometendo-se a cooperar de maneira substancial para a realização dos objetivos sociais, forem posteriormente admitidos nesta categoria;

II - sócios contribuintes aqueles que se comprometerem a pagar as contribuições fixadas para a categoria e forem nela admitidos;

III - sócios honorários os que receberam, por serviços excepcionais prestados à sociedade, esse título.

§ 1º: Os sócios co-mantenedores e os sócios honorários são admitidos por deliberação da Assembléia Geral.

§ 2º: Para a admissão na categoria de sócios contribuintes o interessado encaminhará a proposta à Presidência que deliberará a respeito.

§ 3º: Nenhum sócio poderá pertencer, simultaneamente, a mais de uma das diferentes categorias.

## **CAPÍTULO V**

### **DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS**

Art. 13 – São direitos dos sócios co-mantenedores:

I - solicitar a qualquer tempo esclarecimento sobre as atividades da Sociedade;

II - assistir às Assembléias Gerais e tomar parte em todas as discussões e deliberações;

III - indicar nomes de pessoas para votar e serem votadas para os cargos administrativos da ASSOCIAÇÃO e das Instituições integrantes.

Art. 14 – Aos sócios contribuintes e aos honorários assistem os mesmos direitos enumerados no artigo precedente, excluído o de tomar parte nas deliberações e votações das Assembléias Gerais, inciso II e III do Artigo 13.

Art. 15 - São deveres dos sócios de qualquer categoria:

I - respeitar os estatutos, os regulamentos expedidos para sua execução, as deliberações das Assembléias Gerais, do Conselho de Curadores e da Presidência.

II - prestar as contribuições fixadas para a respectiva categoria;

III - concorrer para a realização dos fins sociais.

Art. 16 - Os sócios que deixarem de cumprir os deveres estatutários poderão ter suspensos os seus direitos ou serem excluídos do quadro social.

Art. 17 - Os sócios poderão pedir sua exclusão do quadro social mediante solicitação por escrito à Presidência.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO**

Art. 18 – São órgãos da administração da ASSOCIAÇÃO:

I - a Assembléia Geral;

II - o Conselho de Curadores;

III - a Presidência.

Art. 19 - A Associação será administrada pelo Presidente eleito pela Assembléia Geral para mandato de 4 anos, com início no mês de maio, facultada a recondução.

Art. 20 – A Presidência poderá autorizar a constituição de procuradores especiais, em nome da ASSOCIAÇÃO, para o fim de coadjuvã-la na administração, sendo que tais procuradores ocuparão postos de sua imediata confiança, competindo a ela escolher denominação apropriada para cada cargo, conforme sua natureza. Referidos procuradores terão os poderes e deveres que lhes forem fixados nos respectivos instrumentos de mandato.

Art. 21 – O Presidente tem poderes para validamente obrigar a sociedade, assinando contratos, procurações judiciais e extra-judiciais, admitindo e demitindo empregados, movimentando



contas bancárias, assinando cheques e ordens de pagamento, emitindo e endossando títulos de crédito em geral, de interesse social.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA ASSEMBLÉIA GERAL**

Art. 22 – A Assembléia Geral dos sócios, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da ASSOCIAÇÃO, tendo poderes, dentro dos limites da lei e destes Estatutos, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.

Art. 23 – A convocação da Assembléia Geral será feita pelo Presidente da ASSOCIAÇÃO, através de carta-convite, com antecedência de 10 (dez) dias, indicando, ainda que sumariamente, a ordem do dia, local, data e hora da reunião.

§ 1º - O “quorum” mínimo para a instalação da Assembléia Geral, salvo nos casos previstos no Artigo 25, é de metade dos sócios em condições de votar, em primeira convocação, ou qualquer número, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos mais tarde. Os sócios poderão fazer-se representar em Assembléia por procurador devidamente credenciado através de documento probatório.

§ 2º - A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da ASSOCIAÇÃO. Na sua ausência, por seu substituto legal. Na falta de ambos, pelo representante mais idoso, que coordenará a eleição do presidente da mesa.

§ 3º - O presidente da Mesa escolherá entre os presentes um ou mais secretários.

§ 4º - As deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria de votos dos sócios presentes em condições de votar, cabendo ao presidente da mesa o voto de qualidade.

§ 5º - As deliberações das assembleias Gerais serão registradas em livro próprio.

Art. 24 – A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente nos quatro primeiros meses após o término do exercício social, cabendo-lhe especialmente:

I - deliberar sobre a prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório da gestão, o balanço geral e o parecer do Conselho de Curadores;

II - eleger, reeleger ou substituir os membros da Presidência e do Conselho de Curadores;

III - eleger lista triplíce a ser apresentada ao Presidente da ASSOCIAÇÃO para nomeação do Diretor Geral das Instituições Integrantes;

IV - destituir o Diretor Geral das Instituições Integrantes;

V - deliberar sobre os planos de trabalho formulados pela Presidência para o ano entrante;

VI - decidir sobre alterações estatutárias.

Art. 25 – A Assembléia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses da Sociedade assim o exigirem, ou quando dois terços (2/3) dos sócios em condições de votar assim o exigirem.

## CAPÍTULO VIII DO CONSELHO DE CURADORES

Art. 26 – O Conselho de Curadores, órgão de fiscalização econômico-financeira da ASSOCIAÇÃO, será constituído por 6 (seis) representantes dos Sócios Co-mantenedores.

§ 1º - O Presidente do Conselho de Curadores será eleito na sessão de instalação, presidida pelo conselheiro mais idoso, dentre os membros do órgão.

§ 2º - O presidente terá, além do seu, o voto de qualidade, no caso de empate.

§ 3º - O mandato dos conselheiros, cuja posse dar-se-á na própria Assembléia Geral da eleição, será de 4 (quatro) anos, facultada a recondução.

§ 4º - É vedada a acumulação de representação no Conselho de Curadores.

§ 5º - Em suas faltas ou impedimentos temporários, não serão substituídos os representantes no Conselho de Curadores.

§ 6º - Perderá o mandato o conselheiro que não comparecer a 3 (três) sessões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas em seu mandato, sem motivo justo, a juízo do Conselho de Curadores.

§ 7º - Somente a vacância do cargo no Conselho de Curadores influi na determinação do “quorum” do órgão.

§ 8º - O presidente da ASSOCIAÇÃO participa das reuniões do Conselho de Curadores, sem direito a voto.

Art. 27– Ao Conselho de Curadores compete:

I – dar parecer sobre:

- a) proposta orçamentária anual da ASSOCIAÇÃO;
- b) propostas orçamentárias plurianuais;
- c) prestações de contas da administração da ASSOCIAÇÃO, submetendo-o à Assembléia Geral;
- d) remuneração e vantagens atribuídas aos cargos da administração executiva superior e setorial das Unidades mantidas pela ASSOCIAÇÃO, bem como dos dirigentes de Órgãos Suplementares;
- e) realização de investimentos de montante superior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
- f) operação de crédito asseguradas por garantia real;
- g) alienação de bens móveis de montante superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- h) alienação de bens imóveis.

II – aprovar o próprio Regimento;

III – eleger comissões de caráter temporário, sempre que for necessário.

Parágrafo único - Os valores citados nas alíneas “e” e “g” do inciso I serão corrigidos anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) ou outro índice que represente o poder aquisitivo da moeda, se o mesmo deixar de ser publicado.

Art. 28 – O Conselho de Curadores, para apreciar matéria de sua competência, reunir-se-á, a cada 6 (seis meses) ordinariamente e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por 1/3 (um terço) dos seus membros.

§ 1º - As decisões do Conselho de Curadores serão formalizadas através de atas e de resoluções.

§ 2º - As reuniões do Conselho de Curadores serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos seus membros, sendo que as decisões serão tomadas, no mínimo, por 2/3 (dois terços) dos presentes.

§ 3º - O presidente terá, além do seu, o voto de qualidade, no caso de empate.

## **CAPÍTULO IX** **DA PRESIDÊNCIA**

Art. 29 – À Presidência da Associação, como órgão executivo superior, cabe a coordenação, fiscalização e a superintendência das atividades da ASSOCIAÇÃO no seu todo, na forma da lei, destes Estatutos e das deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Curadores.

Parágrafo único – É constituída por um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 30 – Ao Presidente compete:

I - aprovar a minuta dos regimentos e regulamentos das unidades educacionais, que vierem a ser criadas, na forma do artigo 4º destes Estatutos.

II - ter a iniciativa da implementação dos objetivos a que se refere o artigo 4º destes Estatutos.

III - representar a ASSOCIAÇÃO em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;

IV - coordenar e supervisionar os serviços administrativos da ASSOCIAÇÃO e dos seus órgãos;

V - aplicar e movimentar os recursos da ASSOCIAÇÃO;

VI - praticar os demais atos necessários e inerentes a atividades executivas;

VII - determinar a execução das resoluções da Assembléia Geral e do Conselho de Curadores;

VIII - elaborar, assessorada por membros do Conselho de Curadores, as propostas orçamentárias anual e plurianual, bem como as prestações de contas;

IX - apresentar o relatório anual e o balanço geral;

X - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou pelos estatutos da Associação e dos regimentos dele derivados;

XI - convocar e presidir as Assembléias Gerais;

XII – nomear o Diretor Geral das Instituições integrantes, escolhido de uma lista tríplice apresentada pela Assembléia Geral;

XIII - assinar os instrumentos das procurações outorgadas nos termos do artigo 20, devendo o respectivo instrumento de mandato especificar claramente os poderes outorgados;

XIV - deliberar acerca de todas as questões que não tenham sido previstas nestes Estatutos e que não sejam de competência privativa da Assembléia Geral.

Art. 31 – Ao Vice-presidente compete desempenhar as funções de Presidente quando do impedimento deste.

Parágrafo único - Nos casos de afastamento definitivo, o Vice-presidente concluirá o mandato do Presidente.

## **CAPÍTULO X**

### **DAS INSTITUIÇÕES INTEGRANTES**

Art. 32 - Atendendo às finalidades citadas neste Estatuto, a Associação manterá o Centro Politécnico de Jaraguá Do Sul, que tem como finalidade promover o desenvolvimento das Ciências Técnicas, formar profissionais de nível técnico, objetivando o bem-estar e a valorização do Ser humano.

Art. 33 - Visando alcançar suas finalidades, o Centro Politécnico de Jaraguá do Sul se propõe a:

I - propiciar condições de educação da pessoa como sujeito e agente de seu processo educativo e de sua história, pelo cultivo do saber, através de seus cursos, programas e atividades;

II – formá-la profissionalmente, nas diferentes carreiras técnicas exigidas pela sociedade, com vista a sua valorização e ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural;

III - ser uma instituição aberta a toda a sociedade, contribuindo para seu desenvolvimento econômico, intelectual e espiritual.

Art. 34 - O Centro Politécnico de Jaraguá do Sul goza de autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar, nos termos da Lei, deste estatuto e de seu regimento.

Art. 35 - A estrutura didático-científica e acadêmico-administrativa do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul obedecerá aos princípios fixados na legislação sobre o ensino técnico profissionalizante.

Art. 36 – A Instituição poderá fazer convênio com a Escola Técnica Federal de Santa Catarina, Unidade de Ensino Descentralizada de Jaraguá do Sul, para a implantação dos cursos, administração didático-pedagógica e atividades docentes através da cessão de professores, funcionários da referida Escola.

Art. 37 - A estrutura e o funcionamento do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul mantido pela ASSOCIAÇÃO serão regulados pelos ordenamentos jurídico-institucionais respectivos.

Art. 38- A Diretoria do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul será constituída de um Diretor Geral, um Diretor Acadêmico e um Diretor Administrativo.

§ 1º - O mandato da diretoria será de 4 (quatro) anos, com início no mês de maio, podendo haver recondução;

§ 2º - O Diretor Geral será nomeado pelo Presidente da ASSOCIAÇÃO, escolhido de lista tríplice apresentada pela Assembléia Geral;

§ 3º - O Diretor Acadêmico e o Diretor Administrativo serão nomeados pelo Diretor Geral;

§ 4º - Em suas ausências, o Diretor Geral será substituído pelo Diretor Administrativo. Nas ausências de ambos, pelo Diretor Acadêmico.

## **CAPÍTULO XI**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 39 – Os sócios de qualquer categoria, bem como os membros da Presidência e do Conselho de Curadores não respondem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela ASSOCIAÇÃO.

Art. 40 - A ASSOCIAÇÃO não atribuirá qualquer remuneração aos membros da Presidência e do Conselho de Curadores; nem distribuirá lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, comantenedores ou associados sob nenhuma forma ou pretexto, aplicando a sua receita integralmente na consecução de seus objetivos sociais.

Art. 41 – A ASSOCIAÇÃO promoverá a oferta de cursos profissionais de nível básico em sua programação, abertos a alunos das redes públicas e privadas de educação básica, assim como a trabalhadores com qualquer nível de escolaridade, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 4º do Decreto Nº 2.208, de 17 de abril de 1997 e obedecidas as demais normas contidas no presente Estatuto.

Art. 42 – Os sócios da APOLITEC se obrigam a garantir 50% das vagas oferecidas nas entidades mantidas pela ASSOCIAÇÃO mediante a concessão de bolsas de estudo.

Art. 43 – Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral da ASSOCIAÇÃO.

Art. 44 – O presente Estatuto entrará em vigor após sua aprovação, nos termos da legislação instituidora e após sua inscrição no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Jaraguá do Sul.

Art. 45 - Subscrevem o presente estatuto os representantes devidamente credenciados das instituições abaixo, sócios co-mantenedores, conforme inciso I do Art. 12:

- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE JARAGUÁ DO SUL, CGC 84.434.372/0001-16, representada por seu presidente, Sr. Eduardo Ferreira Horn;
- ASSOCIAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS DO VALE DO ITAPOCU, CGC 83.785.030/0001-88, representada por seu presidente, Sr. Richard Peter Hermann;
- CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS JARAGUÁ DO SUL, CGC 82.739.061/0001-30, representada por seu presidente, Sr. Sérgio Luiz Nagel;
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL REGIONAL JARAGUAENSE - FERJ, CGC 83.130.229/0001-78, representada neste ato por sua presidente, Sra. Carla Schreiner;
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Verninghaus;
- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, CGC 82.738.543/0001-75, representado por seu presidente, Sr. Charles Alfredo Bretzke.
- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JARAGUÁ DO SUL, CGC 83.388.934/0001-70, representado por seu presidente, Sr. Blásio Mannes;
- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE JARAGUÁ DO SUL, CGC 83.108.829/0001-30, representado por seu presidente, Sr. Durval Marcatto Júnior;
- SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DO MATERIAL ELÉTRICO DE JARAGUÁ DO SUL, CGC 83.151.563/0001-08, representado por seu presidente, Sr. Luiz Alberto Oppermann;
- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE JARAGUÁ DO SUL - CGC 83.618.330/0001-72, representado por seu presidente, Sr. Bruno Breithaupt.

## **ANEXO 3**

### **QUADRO DA EQUIPE E INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELA IMPLANTAÇÃO DO PROEP CENTRO POLITÉCNICO DE JARAGUÁ DO SUL**







## **ANEXO 4**

# **QUADRO DA SÍNTESE DA ANÁLISE DO CONTEXTO EXTERNO DO CENTRO POLITÉCNICO**



## **ANEXO 5**

### **QUADRO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS POR ÁREA DO CENTRO POLITÉCNICO**



## **ANEXO 6**

# **CORRESPONDÊNCIA DOS SINDICATOS PATRONAIS DE JARAGUÁ DO SUL PARA A ETFSC**





**ANEXO 7**

**LEI MUNICIPAL Nº 1.642/92 JARAGUÁ DO SUL**





## **ANEXO 8**

### **CORRESPONDÊNCIA DA ACIJS PARA A ETFSC**



**ANEXO 9**

**LEI ESTADUAL Nº 1.172/94 SANTA CATARINA**



**ANEXO 10**

**PORTARIA MINISTERIAL Nº 724/94 AUTORIZA O  
FUNCIONAMENTO DA UNED DE JARAGUÁ DO SUL**



**ANEXO 11**

**CONVÊNIO DO MEC COM A PREFEITURA  
MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL (EXTRATO)**





**ANEXO 12**

**CONTRATO DE COMODATO ENTRE A ETFSC E A  
WEG S.A.**





**ANEXO 13**

**CORRESPONDÊNCIA DA ACIJS PARA OS  
PARLAMENTARES CATARINENSES**









**ANEXO 14**

**CONVÊNIO DA ETFSC COM A ASSOCIAÇÃO  
POLITÉCNICA DE JARAGUÁ DO SUL**





## **ANEXO 15**

### **ROTEIROS DE ENTREVISTAS**

**PPGE/CED/UFSC**  
**DISSERTAÇÃO / MARCOS NEVES**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA**  
**PROFª SONI DE CARVALHO**  
**DIRETORA DA ETFSC - JULHO1994/ DEZEMBRO 1998**

1. Em que condições você encontrou a Unidade de Ensino de Jaraguá do Sul ao assumir a Direção da ETFSC?
2. O que você sabe da história da Unidade de Ensino de Jaraguá do Sul? Como ela surge?
3. Que informações você tem sobre a participação dos diversos setores sociais de Jaraguá do Sul na implantação desta Unidade em 1994 ?
4. Qual a relação que se estabeleceu entre a direção da Unidade e a direção geral da ETFSC com estes setores sociais no período de implantação da Unidade de Jaraguá ?
5. Qual a relação que a sua gestão buscou estabelecer com esses setores sociais de Jaraguá do Sul?
6. A Unidade de Ensino de Jaraguá do Sul surge com dois cursos: eletromecânica e textil. O que você sabe sobre o por quê da definição por esse dois cursos?
7. Por quê na sua avaliação esta Unidade de Ensino nunca se tornou uma Unidade de Ensino como a Unidade de São José, ou seja, uma unidade de fato e de direito?
8. Quais as principais mudanças que você sentiu no relacionamento do MEC com as ETFs quando Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato assumiram o governo?
9. Com o surgimento do PROEP linha comunitária houve uma articulação para criar o Centro Politécnico de Jaraguá do Sul. Na sua opinião quais foram os principais atores sociais na articulação dessa iniciativa?
10. Você participou ativamente do processo de negociação do Projeto do Centro Politécnico em Brasília. Quais os principais pontos de negociações?
11. Como surge a APOLITEC ? A direção da ETFSC participou desse processo ?
12. Por quê na sua opinião somente as entidade sindicais patronais participaram da fundação da APOLITEC?
13. Em 27 de junho de 1998 o presidente Fernando Henrique Cardoso esteve em Jaraguá do Sul anunciando o convênio com o PROEP que criava o Centro Politécnico de Jaraguá do Sul. Quais foram os principais articuladores dessa visita na sua opinião, já que você acompanhou todo o ato cerimonial? E que importância teve esse evento para a cidade?
14. A sra. Carla Schreiner da FERJ – Fundação Educacional Regional Jaraguense – foi eleita presidente da APOLITEC. Qual a participação da FERJ nesse processo?
15. A indicação do atual diretor da Unidade de Ensino de Jaraguá do Sul Sr. Edilson B. Tarachucky para a direção geral do Centro Politécnico foi sua. Qual a estratégia adotada para a sua indicação?
16. Na montagem do projeto do Centro Politécnico, exigia-se um estudo de mercado. Qual as informações que você tem sobre esses estudos?
17. Qual a sua opinião sobre esta linha de financiamento do PROEP chamada “linha comunitária”?

**PPGE/CED/UFSC**  
**DISSERTAÇÃO / MARCOS NEVES**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA**  
**PROF<sup>a</sup> WILSON B. ZAPELINI**  
**DIRETOR DE ENSINO DA ETFSC - JULHO1994/ SETEMBRO1999**

- 1) O que você sabe da história da Unidade de Ensino de Jaraguá do Sul? Como ela surge?
- 2) Que informações você tem sobre a participação dos diversos setores sociais de Jaraguá do Sul na implantação desta Unidade em 1994 ?
- 3) A Unidade de Ensino de Jaraguá do Sul surge com dois cursos: eletromecânica e textil. O que você sabe sobre o por quê da definição por esse dois cursos?
- 4) Por quê na sua avaliação esta Unidade de Ensino nunca se tornou uma Unidade de Ensino de fato e de direito da ETFSC, a exemplo da Unidade de São José?
- 5) Quais as principais mudanças que você sentiu no relacionamento do MEC com as ETFs quando Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato assumiram o governo?
- 6) Com o surgimento do PROEP linha comunitária houve uma articulação para criar o Centro Politécnico de Jaraguá do Sul. Na sua opinião quais foram os principais atores sociais na articulação dessa iniciativa?
- 7) Você participou do processo de negociação do Projeto do Centro Politécnico em Brasília? Quais os principais pontos de negociações?
- 8) Como surge a APOLITEC ? A direção da ETFSC participou desse processo ?
- 9) Como foi a experiência do seminário de planejamento estratégico do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul?
- 10) Por quê na sua opinião somente as entidade sindicais patronais participaram da fundação da APOLITEC uma vez que algumas entidades sindicais dos trabalhadores foram convidadas para o seminário de planejamento estratégico?
- 11) A sra. Carla Schreiner da FERJ – Fundação Educacional Regional Jaraguense – foi eleita presidente da APOLITEC. Qual a participação da FERJ neste processo?
- 12) Na montagem do projeto do Centro Politécnico, exigia-se um estudo de mercado. Qual as informações que você tem sobre esses estudos?
- 13) Segundo informações que tenho você contribui para elaboração de outros projetos para o PROEP linha comunitária em Santa Catarina. Quais os municípios e as entidades e/ou instituições educacionais que sustentam esses projetos aprovados?
- 14) Nesses municípios quais os setores sociais que se envolveram ativamente na articulação da proposta?
- 15) Que informações você tem sobre o estágio de implantação que se encontram estas experiências?
- 16) Qual a sua opinião sobre esta linha de financiamento do PROEP chamada “Linha Comunitária”?

**PPGE/CED/UFSC**  
**DISSERTAÇÃO / MARCOS NEVES**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA**  
**PROFª EDILSON B. TARACHUCKI**  
**DIRETOR DA UNIDADE DE ENSINO DA ETFSC EM JARAGUÁ DO SUL ABRIL 1997/2001**

- 1) Quanto tempo você é professor da Unidade de Ensino de Jaraguá do Sul?
- 2) O que você sabe da história da Unidade de Ensino de Jaraguá do Sul? Como ela surge?
- 3) Que informações você tem sobre a participação dos diversos setores sociais de Jaraguá do Sul na implantação desta Unidade em 1994 ?
- 4) A Unidade de Ensino de Jaraguá do Sul surge com dois cursos: eletromecânica e textil. O que você sabe sobre o porquê da definição por esse dois cursos?
- 5) Por quê na sua avaliação esta Unidade de Ensino nunca se tornou uma Unidade de Ensino de fato e de direito da ETFSC, a exemplo da Unidade de São José?
- 6) Com o surgimento do PROEP linha comunitária houve uma articulação para criar o Centro Politécnico de Jaraguá do Sul. Na sua opinião quais foram os principais atores sociais na articulação dessa iniciativa?
- 7) Você participou do processo de negociação do Projeto do Centro Politécnico em Brasília? Quais os principais pontos de negociações?
- 8) Como surge a APOLITEC ? Você na condição de diretor da Unidade de Ensino da ETFSC em Jaraguá do Sul participou desse processo ?
- 9) Como foi a experiência do seminário de planejamento estratégico do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul?
- 10) Por quê na sua opinião somente as entidade sindicais patronais participaram da fundação da APOLITEC uma vez que algumas entidades sindicais dos trabalhadores foram convidadas para o seminário de planejamento estratégico?
- 11) A sra. Carla Schreiner da FERJ – Fundação Educacional Regional Jaraguense – foi eleita presidente da APOLITEC. Qual a participação da FERJ neste processo?
- 12) Na montagem do projeto do Centro Politécnico, exigia-se um estudo de mercado. Qual as informações que você tem sobre esses estudos?
- 13) Qual a participação dos professores da Unidade de Ensino de Jaraguá do Sul no processo de definição do Centro Politécnico?
- 14) Quais as principais questões levantadas pelos professores sobre esse processo?
- 15) Quais as principais dificuldades que você antevê para a transição da Unidade de Ensino da ETFSC em Jaraguá do Sul para o Centro Politécnico?
- 16) Qual a sua opinião sobre esta linha de financiamento do PROEP chamada “Linha Comunitária”?

**ANEXO 16**

**REPORTAGENS 1997 à 2000  
JORNAIS DIVERSOS**



















































